

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA

Henrique Pedro Bresolin Montoza

**ENTRE O CAIS DO VALONGO DE ONTEM E O
MUSEU DO AMANHÃ: MEMÓRIA, MÍDIA E
TEMPORALIDADES NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO
DE JANEIRO (2015-2019)**

Niterói
2020

HENRIQUE PEDRO BRESOLIN MONTOZA

LINHA DE PESQUISA
POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA

**ENTRE O CAIS DO VALONGO DE ONTEM E O MUSEU DO AMANHÃ:
MEMÓRIA, MÍDIA E TEMPORALIDADES NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE
JANEIRO (2015-2019)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Marcelo Timotheo Da Costa

NITERÓI

2020

HENRIQUE PEDRO BRESOLIN MONTTOZA

**“ENTRE O CAIS DO VALONGO DE ONTEM E O MUSEU DO AMANHÃ:
MEMÓRIA, MÍDIA E TEMPORALIDADES NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE
JANEIRO (2015-2019)”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 23 de dezembro de 2020 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Prof. Dr. Marcelo Timotheo Da Costa

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Prof.^a Dr.^a Mary Lucy Murray Del Priore

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Prof. Dr. Jorge Luiz Prata De Sousa

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC)

Resumo

Este projeto tem como foco a Zona Portuária do estado do Rio de Janeiro, e particularmente a relação conflituosa entre os significados de dois monumentos presentes na mesma: o Cais do Valongo, reencontrado nas escavações de um projeto de revitalização da área em 2011, sendo o maior porto ancoradouro de navios negreiros vindos da África em funcionamento no século XVIII e início do século XIX no país, e o Museu do Amanhã, inaugurado em dezembro de 2015 a menos de 800 metros do mesmo. Através de análises da mídia, da historiografia pertinente ao tema, procuramos identificar e entender esta relação entre temporalidades (passado e futuro, simbolizadas pelos monumentos), as estruturas dos lados envolvidos nesta disputa de significados desde suas fundações em épocas diferentes do país mas que se encontram de 2015 a diante. Pretende-se, então, tomar a coexistência atual entre esses dois monumentos como chave de leitura para refletirmos e observarmos o construir da Memória Afro-Brasileira no Rio de Janeiro no meio deste ‘fogo cruzado’ de informações entre o ontem, o hoje, e o amanhã, bem como suas diferentes apropriações e seus usos políticos e históricos no Porto do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Escravidão; Memória; Tempo presente; Museus; Rio de Janeiro;

Abstract

This Project has its focus on the Portuary Zone of the state of Rio de Janeiro, and particularly the conflictuous relations between two monuments of it: the Valongo Warf, rediscovered on the excavations of a revitalization program in course in 2011, becoming the biggest anchorage port of slave ships in function in the XVIII and XIX century in Brazil, and the Museu do Amanhã (tomorrow museum), funded in 2015 in less than 800 meters from the Warf. Through analysis of the media and the historiography relevant to the theme, we seek to identify and understand this relationship between temporalities (past and future, represented by the monuments), the structures of both sides involved on this dispute of meanings since its foundations in different ages of Brazil, but who find each other in 2015 onwards. We seek to take this present time coexistence between this two monuments as a way to reflect and watch the construction of the Afro-Brazilian Memory in Rio de Janeiro in the middle of this ‘crossfire’ of information between yesterday, today, and tomorrow, as well as its different appropriations and political/historical uses in the Port of Rio de Janeiro.

Key-Words: Slavery; Memory; Present Time; Museums; Rio de Janeiro;

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Lista de Imagens

Imagem 1: Fotografia Museu do Amanhã 2017	11
Imagem 2: Fotografia Museu do Amanhã e Píer Mauá 2017	11
Imagem 3: Fotografia Cais do Valongo 2017	12
Imagem 4: Fotografia Instituto e Pesquisa Pretos Novos 2017	12
Imagem 5: Mapa Região Portuária	17
Imagem 6: Fotografia Monumento Cais da Imperatriz 2017.....	23
Imagem 7: Fotografia Cais do Valongo 2017.....	28
Imagem 8: Fotografia placas Valongo 2017	28
Imagem 9: Fotografia placas Valongo 2017	29
Imagem 10: Fotografia lixo jogado no Valongo 2016	33
Imagem 11: Fotografia entulho no Valongo 2016	34
Imagem 12: Fotografia placas Valongo 2019	100
Imagem 13: Fotografia placas Valongo 2019	100
Imagem 14: Fotografia placas Valongo 2019	101
Imagem 15: Fotografia placas Valongo 2019	102
Imagem 16: Fotografia Cais do Valongo 2019	102
Imagem 17: Fotografia Cais do Valongo 2019	103
Imagem 18: Fotografia Cais do Valongo 2019	103

Lista de Tabelas

Tabela 1: Páginas O Globo.....	79
Tabela 2: Reportagens O Globo.....	79

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1- Panorama historiográfico e teórico sobre as memórias Afro-Brasileiras na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro	15
Capítulo 2- Investigações midiáticas sobre o Cais do Valongo e o Museu do Amanhã	45
Capítulo 3- Dissonâncias <i>In Loco</i> e o futuro do Porto Maravilha	81
Considerações Finais	105
Referências Bibliográficas	111

Introdução

A Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, e particularmente a relação conflituosa de dois monumentos presentes na mesma – o Cais do Valongo, reencontrado nas escavações de um projeto de revitalização da área em 2011, sendo um dos maiores portos ancoradouros de navios negreiros vindos da África em funcionamento nos séculos XVIII e XIX no país, e o Museu do Amanhã, inaugurado em dezembro de 2015 a menos de 800 metros do referido Cais – são o foco do presente trabalho. Esta dissertação visa pensar as estruturas de cada um dos lados envolvidos nesta dissonância de temporalidades desde sua formação, em épocas diferentes do país, mas que se encontram e evidenciam de 2015 em diante.

O Museu do Amanhã é o produto final de um programa de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro iniciado em 2009 intitulado “Porto Maravilha”, e foi inaugurado em meio a diversas polêmicas no que diz respeito à gentrificação - processo de reorganização do espaço urbano, realizado de acordo com o interesse e “as necessidades do modo de produção dominante na economia e que está em sintonia com os propósitos da estrutura dominante da sociedade em um período histórico determinado” (FURTADO, 2015) - ignorando os moradores do local e suas necessidades prévias, visando objetivos estéticos e comerciais. A construção do mesmo foi efetivada através de financiamentos público/privado (parte decisiva foi financiada pelo grupo Santander e pelo grupo Globo¹), custando 230 milhões de reais. Erigindo tal monumento urbano, visava-se inovar em aspectos que vão desde seu design e funcionalidade, até o teor e formato das exposições que por ali passam.

De forma que Clientes do Santander têm descontos e facilidades para visitar o museu, o mesmo foi divulgado com bastante frequência pela mídia de forma geral, atraindo somente no seu fim de semana de estreia mais de 25 mil visitantes ao local². Na mesma Zona Portuária encontra-se também o Cais do Valongo que hoje, através de muita luta política por parte dos movimentos sociais Afro-Brasileiros, se fez lugar de memória (NORA, 1993)³ da população negra local. O Cais, com seu funcionamento iniciado em 1774, ajuda a compor (como um dos principais portos) o sistema portuário da cidade do Rio de Janeiro, onde a partir de 1751 até

¹ LEMOS, Ronaldo. Processo e criação. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/processo-e-criacao> Acesso em: 3/08/2017

² G1 Rio de Janeiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/museu-do-amanha-recebe-25-mil-pessoas-no-1-fim-de-semana-aberto.html> Acesso em: 29/07/2019

³ NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, 1993.

1850 aportaram ao menos 929 mil africanos em condição de escravidão vindos nos navios negreiros para o Rio de Janeiro⁴.

Pretende-se, então, tomar a relação entre esses dois monumentos como chave de leitura para a análise do que aqui chamaremos inicialmente de Guerra de Memória⁵: a superposição de um discurso histórico frente a outro, de maneira forçosa e autoritária, afim de ditar a maneira como se colocarão as narrativas históricas e historiográficas sobre o passado, e, por conseguinte o futuro de grupos políticos e sociais distintos que, no nosso caso são ligados pelo mesmo espaço físico e temporal (de 2015 à frente) no Rio de Janeiro. Nos propomos a pensar também que tipos de diferenças e similaridades podem ser construídas e constituídas no meio deste ‘fogo cruzado’ informacional entre passado e futuro, temporalidades contidas no espaço da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

Esta temática chamou a minha atenção no final de em 2017, ano que me graduava no curso de História e necessitava de um assunto para o trabalho de conclusão de curso. Durante minha graduação, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), tive muitas disciplinas e estágios que mesclavam a história e a museologia. Por ter lugar numa cidade histórica de Minas Gerais, chamada Mariana, minha formação se inclinou de maneira sem volta para esta abordagem, como uma lente para enxergar possibilidades do fazer historiográfico através do ambiente dos museus e suas narrativas.

Colocado isto, acompanhava à distância as polêmicas apresentadas pelo projeto Porto Maravilha e as então recentes manifestações durante a abertura do Museu do Amanhã e do Museu de Arte do Rio, sem saber quais motivações ou partes estavam envolvidas. Em um primeiro momento, me chamou a atenção muito mais a monumentalidade das duas instituições, e sua imediata ampliação das possibilidades de uso de um museu no Brasil. Acostumado a acompanhar instituições como o Museu da Inconfidência em Ouro Preto, com sua narrativa clássica, bem delimitada e com início meio e fim sobre a inconfidência mineira, a inauguração dos museus do Porto Maravilha inauguraram em minha percepção uma nova maneira de compor instituições museais.

Em dezembro de 2016, fiz um trabalho para uma disciplina da graduação comparando o Museu da Inconfidência com o Museu do Amanhã, apresentando pontos onde os mesmos divergiam e pontos onde se pareciam e por conta dele dei uma rápida passada pelo Cais do

⁴ Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos, <http://www.slavevoyages.org> (Acesso em 20/03/2020).

⁵ PEREIRA, Mateus. Nova direita? guerras de memória em tempos de comissão da verdade (2012-2014). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-87752015000300863&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02/08/2019.

Valongo. Apresentando neste trabalho o Museu do Amanhã como uma revolução dos museus no Brasil, prossegui me aprofundando no mesmo e nas teorias que o envolviam desde antes de sua concepção.

Após alguns meses com a temática já trabalhada, procurava prestar mais atenção no que acontecia nos entornos dos museus do Porto Maravilha. Até que encontrei na internet, através do site geledes.org, um depoimento⁶ assinado por Ronilso Pacheco que é interlocutor social da ONG Viva Rio e intitulado “Não consigo entrar no Museu do Amanhã”. Neste artigo, o autor coloca em perspectiva a questão da memória Afro-Brasileira do porto perguntando se alguém considerou a instauração de uma instituição como o Museu do Amanhã nas proximidades dos campos de concentração nazistas de Auschwitz.

Denunciando o racismo explicitado no bojo do Porto Maravilha (e seus produtos), Ronilso Pacheco me permitiu iniciar alguns questionamentos que se transformaram nesta dissertação. Ainda na gênese das questões levantadas pelo depoimento de Pacheco, decidi visitar todos os lugares apresentados pelo mesmo, para buscar compreender presencialmente as tensões descritas. Como formando em história, parecia um dever compreender todos os lados envolvidos no que eu começava a compreender como uma disputa discursiva.

Nesta visita, que considero o primeiro trabalho de campo do que veio a ser este trabalho, encontrei as mesmas pontualidades destacadas pelo autor do depoimento. Procurei então uma maneira de registrar a problemática com as ferramentas que tinha à mão naquela época. Assim, com o celular, tirei as seguintes fotografias para retornar a Minas Gerais com algum material e trabalhar a questão.

⁶PACHECO, RONILSO. *Não consigo entrar no museu do amanhã*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-consigo-entrar-no-museu-do-amanha/>>. Acesso em: 10/11/2020.



Imagem 1 - Fotografia de Henrique Bresolin. Museu do Amanhã, julho de 2017.



Imagem 2 - Fotografia de Henrique Bresolin. Museu do Amanhã e Pier Mauá, julho de 2017.



Imagem 1 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, julho de 2017.



Imagem 4 - Fotografia de Henrique Bresolin. Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, julho de 2017.

Todas as fotos foram tiradas no mesmo dia, na mesma tarde de domingo, com um intervalo de no máximo 10 minutos (tempo de caminhada entre um ponto fotografado e outro). A partir desta tarde, percebi ter em mãos uma temática para trabalhar pela via da história e da museologia. Uma temática urgente da história, que acontecia literalmente na frente dos meus olhos e capturava a minha total atenção como historiador quase formado. Analisei o material que levantei neste dia no trabalho de conclusão de curso apresentado no ano de 2017, mas

percebi que era necessário um aprofundamento maior. Necessário no sentido em que meus objetos analisados sofriam transformações enquanto eu os estudava. Ao longo da pesquisa, novos fatos que mereciam menção iam aparecendo de forma que o tema se atualizava e em espaço de meses era possível obter outros diagnósticos do que se desenvolvia na Zona Portuária da cidade. Sendo assim, achei necessário trabalhar este tema no mestrado e transformá-lo nesta dissertação.

Procurei então tratar as relações conflituosas entre a Zona Portuária histórica e o Porto Maravilha entre os anos de 2015 e 2019, obviamente sem me desfazer da história que compõe o Valongo e sua ligação com o Brasil escravocrata. Dividi então a dissertação em três capítulos que ajudariam a compor esta análise.

Inicialmente, o trabalho tinha como objetivo dois capítulos teóricos e um ‘prático’, com abordagens etnográficas e antropológicas de levantamentos de dados e materiais a serem trabalhados aqui. O terceiro capítulo seria desenvolvido em 2020 esticando em um ano o recorte temporal escolhido. Entretanto, a pandemia do Covid-19 impossibilitou esta abordagem que planejava, além de outras intervenções, entrevistas com público e dirigentes das instituições, fazendo com que o recorte tivesse que se ater até o ano de 2019.

Segue então, a nova configuração da pesquisa aqui apresentada. O Capítulo 1 tem como objetivo ser a fundação teórica e conceitual da dissertação. Portanto, o mesmo tem a importância de selecionar os parâmetros a serem tratados pelo trabalho, e oferecer clara discussão e complementação entre toda a bibliografia aqui utilizada. No mesmo apresento os conceitos que farão parte da minha leitura da Zona Portuária, como memória, presenças, temporalidades, presentismo, musealização, guerras de memória e etc. Utilizo igualmente fontes diversificadas: materiais bibliográficos como notícias, depoimentos, dossiês, documentação técnica proveniente das obras de revitalização, além de artigos, livros e capítulos de autores da área da memória e patrimônio.

O Capítulo 2 capítulo visa analisar nossos objetos através de outra plataforma de observação: a midiática. Esta seção do trabalho tratará de acompanhar a construção da mídia acerca do Cais do Valongo e do Museu do Amanhã. Para ter acesso às reportagens sobre os dois monumentos, assinei o jornal O Globo no dia 29 de abril de 2019. A assinatura foi necessária pela plataforma não disponibilizar de maneira gratuita seu acervo. A partir da assinatura, pude pesquisar as palavras chaves “Museu+do+Amanhã” e “Cais+do+Valongo”.

O que foi pesquisado no acervo foram as palavras “Museu do Amanhã” e “Cais do Valongo”, nas edições de 2015 a 2019 (o início no ano de 2015 se dá por ser o ano de abertura

do Museu do Amanhã). E, com os resultados, 10 matérias de cada ano sobre o Museu do Amanhã, e 10 matérias de cada ano sobre o Cais do Valongo foram selecionadas e resenhadas para serem analisadas. O objetivo, além de demonstrar a construção midiática dos dois como monumentos pertencentes ao Porto carioca, é uma análise quantitativa (em relação aos números publicados de cada tema) e qualitativa (sobre o que falam as reportagens, quais as semelhanças e dissidências entre as representações dos dois monumentos). Os anos analisados neste capítulo permanecerão de 2015 a 2019, pois a ideia é mostrar esta construção simultânea de ambos os locais por meio das notícias que circularam durante estes 5 anos, e orientaram constituições de pensamentos e opiniões sobre o Porto carioca.

O Capítulo 3 busca inicialmente uma aplicação mais prática das relações explicitadas nos capítulos anteriores. Inicialmente nele utilizaremos artigos, dissertações e teses produzidos sobre a Zona Portuária, Museu do Amanhã, Valongo e seu funcionamento, fontes que têm em comum serem oriundas de trabalhos de campo *in loco* ou da documentação gerada pelas obras, e que ajudam a complementar o debate sobre o que está sendo produzido no âmbito acadêmico brasileiro sobre os objetos pertinentes ao presente debate nos últimos anos. Esta parte se faz necessária e interessante porque, apesar de não utilizar os mesmos embasamentos teóricos, estes artigos e trabalhos ajudam a ampliar nosso entendimento sobre o pano de fundo no qual ocorre a discussão aqui estudada. Ainda no capítulo terceiro são incluídas a minha participação no evento “Porto Maravilha 10 anos”, que buscava debater os anos posteriores ao projeto e reflexões teóricas sobre a formação e consolidação de discursos históricos/historiográficos que envolvam a narrativa evidenciada pelo ‘reencontro’ do Valongo e seus materiais encontrados nas escavações.

Com esta estrutura, procuro discorrer sobre os problemas e situações identificados aqui à priori, e como trabalhei os mesmos nos dois anos do mestrado em que me concentrei no tema.

Capítulo I - Panorama historiográfico e teórico sobre as memórias Afro-Brasileiras na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro

Tendo estabelecido os pontos de partida e as problematizações iniciais, utilizaremos de um enfoque teórico que visa pensar a história da Zona Portuária do Rio de Janeiro de forma geral, suas transformações e ressignificações como lugar de memória, para entender suas aplicações no cotidiano real do local, os usos políticos destas temporalidades distintas e o que representam essas mudanças tanto física como simbolicamente. Utilizando obras que tratam da memória coletiva/social, atravessaremos uma análise que já conta com diversas visitas de campo com um direcionamento teórico explicitado.

Começando então pelo Museu do Amanhã, temos a instituição que misturou duas palavras aparentemente impossíveis de existir uma seguida da outra e visou inovar em aspectos que vão desde seu design e funcionalidade, até o teor e formato das exposições que por ali passaram.

Visitando o site do mesmo, temos as seguintes considerações sobre sua exposição principal, que funciona em um formato totalmente digital:

A Exposição Principal do Museu do Amanhã, concebida com base em uma proposta curatorial do físico e doutor em cosmologia Luiz Alberto Oliveira, ocupa o segundo andar do Museu, onde o público é levado a percorrer uma narrativa estruturada em cinco grandes áreas: Cosmos, Terra, Antropoceno, Amanhãs e Nós, que somam mais de 40 experiências disponíveis em português, espanhol e inglês. Cosmos aborda a visão que somos feitos da mesma matéria que as estrelas, nos conectamos com o universo e as nossas origens. Aqui o visitante já começa a lidar com as perguntas que pautarão o seu percurso: quais as dimensões da nossa existência? Como chegamos até aqui? Que futuro desejamos? Em Terra, três grandes cubos de sete metros de altura, com conteúdos que investigam as três dimensões da existência: Matéria, Vida e Pensamento. No cubo da Vida, por exemplo, o DNA, elemento comum a todas as espécies, está representado no exterior. Internamente, a diversidade e a interconectividade da vida na Mata Atlântica surgem em uma seleção de fotos produzidas durante três expedições realizadas no ecossistema da Baía de Guanabara. A área seguinte, Antropoceno, ponto central da experiência da Exposição Principal, aborda o entendimento que a atividade humana se tornou uma força geológica: estamos transformando a composição da atmosfera, modificando o clima, alterando a biodiversidade, mudando o curso dos rios. Toda a vida na Terra terá de se adaptar a estes novos tempos plenos de incertezas – e oportunidades. O espaço dos Amanhãs foca nas grandes tendências globais. Somos cada vez mais pessoas no mundo, vivendo por muito mais tempo. Cidades gigantescas e hiperconectividade. Viveremos em um planeta com intensas transformações do clima e da biodiversidade. Seguiremos ampliando as fronteiras do conhecimento e

aperfeiçoando as tecnologias. Como e onde vamos viver? O visitante é convidado a pensar nas questões de sustentabilidade e convivência. O percurso encerra com o exercício da imaginação no Nós, que propõe o engajamento do visitante na ideia de que o Amanhã começa agora, com as escolhas que fazemos. O hoje é o lugar da ação⁷.

Para iniciar a compreensão acerca desta nova instituição e seus formatos, baseados na obra de Jacy Seixas (2004)⁸, vemos em 1980 o ‘boom’ da memória, e a multiplicação dos meios dessa mesma memória. Mais importante que isso, vemos também a plurificação dos sentidos e fins atribuídos a memória, onde percebemos, junto com a desvalorização do poder da história como disciplina, uma preocupação atribuída ao futuro, individual e coletivamente. Manuel Luiz Salgado Guimarães (2007)⁹ por sua vez, mostra o surgimento de um novo sistema de comunicação, através das novas tecnologias, que traz consigo um ‘bombardeamento’ de informações. Informações estas, que cercam o sujeito inserido na sociedade de várias formas, nem sempre mostrando utilidade ou verossimilhança. De modo que, a perceptível mudança no formato dessas informações (que, por conseguinte, muda também à forma de passar e transmitir estas informações), altera a relação entre a escrita e já mencionada memória. De forma que, um museu inserido nestas contínuas mudanças, precise também se alterar e alterar a forma que é acessado.

Demandas de informações diferentes se impõem, e mais que isso, a forma de acesso a estas informações também. Assim, no Museu do Amanhã, vemos esta demanda de certa forma materializada: utilizações de pesquisas, dados, produções e estudos feitos no passado com um formato totalmente (ou, quase totalmente) novo visando o futuro, de forma que haja uma quebra no tradicionalismo do regime presentista¹⁰. O museu, além da exposição principal, tem e teve outras exposições relacionadas à quebra da ideia de *copyright*, e que questionam o conceito de cópia e direitos autorais, além de fotografias sobre o espaço físico que existia ali antes da construção do museu, e sua implosão. De forma que fica claro a intenção do museu em inovar em relação as outras instituições do gênero. Aliás, é possível classificá-lo como um novo gênero de museu, com utilizações diferentes de memória e história, oriundo de demandas de formatos também diferentes, de lugares que tratam do passado de maneira estática. Uma pergunta

⁷ Disponível Em: < <http://museudoamanha.org.br/pt-br/exposicao-principal> > Acesso em 25 de julho de 2018.

⁸ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In; BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. Anais do Museu Paulista, v.15, no. 2, jul.-dez., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n2/a02v15n2.pdf>

¹⁰ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

(hoje) local de memória e toda sua história, percebemos aqui as primeiras disparidades que levantaram os questionamentos iniciais do trabalho: por que um lugar de dimensões notáveis e aplicações tecnológicas infinitas tem uma objetividade de futuro, se, poucos metros antes, sequer nos interessamos pelo passado da própria Zona Portuária?

Para iniciar um direcionamento maior sobre o Cais, utilizaremos aqui da obra organizada pelo antropólogo Milton Guran (2016), produzida pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de forma geral, e é o dossiê apresentado a UNESCO para a proposta de inscrição do cais na lista de Patrimônio Mundial¹². O projeto, disponibilizado na internet mostra, em diversos subitens, o porquê da necessidade da inclusão do local (descoberta arqueológica proveniente também do processo de revitalização da zona portuária carioca, conhecido como Porto Maravilha) na lista de patrimônios internacionais da UNESCO.

Sendo assim avaliemos aqui a parte do dossiê nos atendo até antes da sua primeira reforma arquitetônica na primeira metade do século XIX, já empenhada em apagar e silenciar o que o cais e seu funcionamento realmente eram.

O tráfico atlântico de africanos escravizados constituiu o maior processo de migração forçada da história da humanidade. Essa população cativa se tornou parte fundamental da viabilização econômica e da formação social do continente americano e sua movimentação nas embarcações escravagistas fez do Atlântico o principal espaço mundial de intercâmbios e trocas durante mais de trezentos anos. (GURAN et al, 2016, p. 85)

O Dossiê do sítio arqueológico (2016) afirma que a história do Cais do Valongo e do seu entorno está indissolivelmente ligada à história universal, por ter sido a porta de entrada do maior volume de africanos escravizados nas Américas. O Rio de Janeiro era então, a mais afro-atlântica das cidades costeiras do território brasileiro, e estava conectado por rotas de longa distância não apenas ao restante do Império Português, mas também a um circuito marítimo onde se cruzavam embarcações europeias e de diferentes partes das Américas e da Ásia. A cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565, tornou-se capital do Vice-Reinado do Brasil em 1763, sede da Coroa portuguesa entre 1808 e 1821, e após 1822, capital do Império brasileiro. Por tudo isso, situava-se no núcleo central dessas relações transoceânicas, sendo o Valongo o seu cais mais ativo nas primeiras décadas do século XIX. No século XVIII, a maior parte dos desembarques de cativos e sua comercialização se realizavam na então rua Direita, no centro comercial e administrativo da cidade. A visão cotidiana daquelas pessoas escravizadas e tudo

¹² GURAN, Milton *et al.* *DOSSIÊ SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO: PROPOSTA DE INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf. Acesso em: 14 ago. 2018.

que envolvia sua compra e venda, ademais dos receios de contaminação por doenças que poderiam trazer de suas viagens, e o triste espetáculo de sua condição depauperada motivou a reclamação sistemática por parte da elite da cidade que por ali circulava. Tal situação levou os vereadores da Câmara a proporem em 1759 a transferência do local desse comércio de gente. A mudança, porém, contou com a firme oposição dos comerciantes de escravos levando a um impasse que só foi resolvido com a intervenção do Vice-Rei, Marquês do Lavradio, que efetivou a transferência em 1774.

Segundo o Dossiê, o caminho do Valongo passou a ser chamado de Rua do Valongo (ou Valonga como consta de alguns mapas e gravuras) e a praia do Valongo, que começava na pedreira conhecida como Pedra do Sal, tinha duas denominações. A primeira pequena enseada onde desembocava o caminho do Valongo se chamava Valonguinho. Em seguida a esta a enseada entre o Morro do Livramento e o Morro da Saúde era o Valongo propriamente dito. Foi nessa área onde se instalou o complexo comercial escravagista do Valongo, com seus armazéns, depósitos de escravos e demais dependências necessárias à atividade. Após a chegada do Príncipe Regente português e de sua Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, o tráfico de africanos escravizados se intensificou, com a nova dinâmica urbana e as demandas da cidade que se tornara a sede de um dos mais vastos impérios globais da época. Por essa razão, inúmeros soberanos africanos enviaram ao Rio de Janeiro seus representantes a fim de prestar respeitos à Corte e estabelecer alianças com as autoridades portuguesas em terras brasileiras e travar acordos comerciais com os traficantes de africanos escravizados aqui estabelecidos. Em 1810, os soberanos dos reinos de Aladá e do Daomé, ambos situados na atual República do Benin, mandaram representantes ao Brasil para ter contato com a Corte. O mesmo fez o rei do Ngoio (no atual Norte de Angola), que enviou um alto funcionário para entrevistar-se com o Príncipe Regente D. João, que deu ordens para que fosse bem recebido o enviado do soberano de tão importante reino da baía de Cabinda. O comércio escravista, operado no dia a dia por mercadores em estabelecimentos na região do Valongo, era negócio de interesse das mais altas autoridades. De acordo com o Dossiê, a leitura dos periódicos de época revela também que:

O Valongo tornou-se cenário de ações de resistência e insubordinação, revelando o não-conformismo dos escravizados com situações que viviam, e que pode ser percebido nas denúncias de fugas constantes. Uma nova investida das autoridades em direção à região do Valongo se deu a partir de 1842, pela construção de um novo cais a fim de receber a esposa do Imperador Pedro II, evento que ocorreu em 1843. Foi decidido que esta seria construído sobre o antigo Cais do Valongo, atendendo a uma dupla motivação: receber condignamente a Imperatriz e ocultar materialmente a memória do lugar de desembarque de africanos escravizados. A esse tempo, a participação do Brasil nessa atividade fazia com que fosse classificado internacionalmente

como um país atrasado pelas nações mais desenvolvidas. No entanto, a presença brasileira no comércio de almas seria ativa até 1850. Ainda estava em construção o novo cais sobreposto ao Cais do Valongo, quando a região do Valongo começaria a viver um período de declínio da atividade escravista substituída pela exportação de café, uma mercadoria em ascensão no mercado internacional. O cultivo do café era então produzido com ampla utilização de mão de obra de africanos escravizados, o que motivava a continuidade do tráfico por portos clandestinos na cidade e seu entorno. (GURAN et al, 2016, p. 91)

Nesse contexto descrito pelo Dossiê, ainda que fosse expressiva a presença negra na região do Valongo, começava a se delinear um projeto de “embranquecimento” da história daquela região, que se expressou tanto na construção do Cais da Imperatriz sobre o Cais do Valongo, como na mudança do nome da rua do Valongo, lugar do mercado de escravos, a qual passou a se chamar Rua da Imperatriz. No entanto, nas esquinas das ruas do Valongo se reuniam os capoeiras, praticantes de uma das expressões mais vigorosas de resistência da cultura afro-brasileira. Designavam-se como capoeiras os africanos e afrodescendentes que praticavam a arte da capoeiragem, desenvolvida no Brasil no século XIX. A capoeira era uma dança de guerra e ao mesmo tempo um jogo, em que os praticantes se enfrentavam numa roda numa luta, em movimentos marcados ao som de palmas e instrumentos específicos a essa atividade (como o berimbau). Nessa luta poderiam desarmar e derrubar o oponente com golpes de perna acrobáticos.

Com esta explicação mais direta acerca das origens históricas, e essa preocupação em situar o leitor no espaço/tempo, vemos neste excerto do documento o ponto de partida ao que tange nossa preocupação com o Valongo e sua história. Entretanto, como dito anteriormente, o Valongo também foi redescoberto através das escavações arqueológicas do “Porto Maravilha”. Sendo assim, para iniciarmos a nossa abordagem, com nossas questões e problematizações indicadas inicialmente, é necessário outra parte do dossiê: um trecho de uma opinião acerca de fatores sociais de Tânia Andrade de Lima (2013)¹³, uma das arqueólogas envolvidas na revitalização portuária do Rio de Janeiro, publicado na Revista Latino-Americana de arqueologia histórica:

Sem condições de escrever sua própria história, os escravos do Valongo deixaram para trás esses objetos, perdidos, abandonados, esquecidos ou escondidos. Através dos seus pertences, eles falam sobre suas angústias, seu desespero, mas também sobre suas esperanças e sobre as estratégias de sobrevivência que desenvolveram, em um discurso silencioso, porém extremamente eloquente. Essa foi a herança que eles puderam deixar para a

¹³ LIMA, Tânia Andrade de. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. Vestígios -Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Belo Horizonte, v. 7, n.1, jan- jul,177-207, 2013.

sua descendência e também para a posteridade, agora recuperada pelas escavações arqueológicas. (ANDRADE LIMA, 2013, p. 186)

De acordo com Tânia Andrade Lima (2013) o Valongo exala opressão, racismo, intolerância, desigualdade e marginalidade no limite. Evocando um passado pesado e opressor, cujas consequências se fazem sentir até hoje e serão sentidas ainda por muito tempo no Brasil. Por isso mesmo, impregnado do sentido de lugar, estimula a reflexão e inspira consciência social, o que favorece sua transformação em espaço de engajamento e diálogo cívicos, (...). A arqueóloga afirma que sua força e poder simbólico podem ser colocados a serviço das causas da militância negra contra a desigualdade social, política, econômica, assim como do ativismo político que luta pelos direitos humanos mais fundamentais e pelo respeito à diversidade étnica. Segue dizendo que foi parte do propósito “devolver aos escravizados do Valongo – ignorados ou esquecidos pelas narrativas dominantes e que ficaram à sombra por dois séculos – o direito de serem lembrados. É preciso lembrar, lembrar sempre e em qualquer circunstância.” (ANDRADE LIMA, 2013, p. 188)

E, nessa circunstância, a materialidade desses erros trazida à tona pela arqueologia no Cais do Valongo constitui um alerta constante e uma denúncia permanente de tal forma que o confronto direto com a violência ali praticada estimula no presente um sentido de justiça social (...). Ele é um símbolo de um passado que jamais poderá se repetir na trajetória da humanidade e sua exposição ao público, como um local destinado à reflexão e à lembrança, pode contribuir para inspirar a tolerância e o respeito às diferenças. (Ibid.,189.)”. (Dossiê do sítio arqueológico Cais do Valongo, 2016, p. 26 e 27).

Tendo agora já uma noção maior do que é o cais do Valongo e toda a sua valoração histórica e caráter formulador da cidade do Rio de Janeiro, podemos ter um panorama maior do que constrói o conflito entre representações e temporalidades aqui estudado. Assim sendo, mostrando a opinião de uma pessoa que trabalhou no sítio arqueológico cais do Valongo, podemos apresentar com mais clareza a já mencionada 1ª reforma de “embelezamento” ocorrida no Valongo e na pedra do sal, para então entendermos o que já é dado como um processo conhecido em andamento no marco histórico.

Em 1843, o cais é aterrado ganhando mais 60 cm de distância do mar para a recepção da princesa Tereza Cristina, futura esposa de dom Pedro II. Passando a receber o nome de Cais da Imperatriz, o cais já não funcionava da mesma maneira que era nos primeiros 30 anos do oitocentos. Devido ao início das leis abolicionistas no resto do mundo, o Brasil recebia menos e menos escravos, de forma que o Cais do Valongo e a zona portuária carioca, de maneira geral, lidava com todos indivíduos do tráfico de almas que não foram ‘comprados’ ou que representavam resistência a este sistema; lidava também com as famílias que se formaram por

relações afetivas iniciadas pelo lugar comum a muitas pessoas arrancadas de sua terra natal. Lidava de maneira geral, com um novo mundo iniciado após a intervenção do sistema escravagista no continente africano; uma nova África, a ‘pequena África’¹⁴, se iniciava nos ancoradouros cariocas.

De forma que este primeiro aterramento ocorrido no final da primeira metade do século XIX, que se iniciou com 60 centímetros para o recebimento da imperatriz (que ainda nomeou o local), foi o primeiro passo do soterramento completo acontecido em 1911, que fez com que o Valongo só fosse ‘descoberto’ de novo em 2011. Juntando a funcionalidade do cais já não receber tantos escravos, e a necessidade de um local de estética agradável para quem não conhecesse para recepcionar a imperatriz e sua corte nascia o cais da imperatriz, forçosamente sobreposto ao passado, a história e a memória do real cais do Valongo.

Com a ajuda de Suely Carneiro¹⁵ (2005) podemos adicionar ao debate uma linha de raciocínio que preza pelo entendimento do sujeito do Negro escravizado e toda sua família e descendentes, uma vez que perceptivelmente, estes sujeitos tem menos e menos a representação de sua imagem como ser humano preservada. Segundo Carneiro (2005):

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala”. (CARNEIRO, 2005, p. 99)

Oferecendo clara objetificação do porquê ressignificar um ancoradouro “limpo” (no sentido mais sujo da palavra, com uso de violência e opressão que é conhecida da polícia do estado do RJ¹⁶) de todos os que realmente uma vez ocuparam aquele lugar e não tinham mais pra onde ir, pois foram tirados de suas casas à força, um lugar que simbolizava a venda de um ser humano, ainda que recorrente na época; em um local de estética agradável, com um monumento a dita imperatriz, para mostrar o espírito acolhedor do brasileiro que receberia sua princesa europeia.

¹⁴ MOURA, R. 1983. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Funarte/INM.

¹⁵ CARNEIRO, Aparecida Suely. *A construção do outro como Não-ser como fundamento do Ser*. Feusp. São Paulo, 2005. Disponível em: < <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-suely-carneiro-tese1.pdf> > . Acesso em: 18/08/2017.

¹⁶ ARANTES, Erika Bastos. “A vida fora do cais: cotidiano e repressão policial no Porto Carioca.” In: “*O Porto Negro: Cultura e Associativismo dos Trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX.*” (P. 89-146). Acessado em http://www.historia.uff.br/mundosdotrabalhauuff/textos/Dissertacao_Erika_Arantes.pdf

Assim, foi a obra de reforma urbana autorizada pelo então prefeito, Pereira Passos, nos primeiros anos do século XX. Soterrar completamente o agora ‘cais da imperatriz’ por uma questão de funcionalidade do local, concluindo assim, o que chamo aqui de 1ª reforma do cais, que envolve desde sua mudança de Valongo para cais da Imperatriz, no Brasil Império de 1843 até o então soterramento completo no início do século XX, já no Brasil República. A ‘modernização’ envolvida nesta transformação de Valongo para Cais da Imperatriz se findou com um obelisco presente até hoje no já ‘recuperado’ Valongo. Um monumento em formato de ‘poste’, mas com uma coroa em cima, com uma placa, com os dizeres: “*Neste local existiu o cais da imperatriz. Em 1843 o antigo cais do Valongo foi alargado e embelezado, para receber a futura imperatriz Teresa Cristina que chegava para casar com D. Pedro II*”.



Imagem 6 - Fotografia de Henrique Bresolin. Monumento Cais da Imperatriz, Rio de Janeiro, julho de 2017.

Destaco aqui o uso da palavra ‘embelezado’, que, embora de fato propiciou uma estética mais agradável a corte que chegava, representa os aparatos mais violentos do estado como morte, tortura, queima de casas, expulsões, humilhação e sofrimento. Talvez, para a sociedade que presenciou o soterramento total do lugar por uma questão de utilização da rua, a beleza estética valia mais do que a feiura impregnada neste tipo de ação, e os legados que ela deixa.

É necessário destacar aqui a dificuldade na preservação ou continuidade a cultura e vida africana que era comum aos sujeitos em situação de escravidão no porto carioca. Abdias do Nascimento (1978) ¹⁷ pode nos ajudar a entender a complexidade de haver resistências sob

¹⁷ NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro . Processo de um racismo mascarado*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/o->

condições sub-humanas e que descaracterizam um passado aos africanos e seus descendentes. Segundo o mesmo, que fala dos escravos no Brasil de uma maneira geral, mas tem sua utilização completamente encaixada no recorte aqui estudado, vemos que:

Nem todos os africanos condutores dessas culturas e seus descendentes estavam em condições de manter vivas e desenvolver suas respectivas contribuições à cultura do novo país, na medida em que eles próprios se achavam sob terríveis condições. Vítimas permanentes da violência, suas instituições culturais se desintegraram no estado de choque a que foram submetidas. As línguas africanas -expressão fundamental da visão-de-mundo de suas respectivas culturas- foram destruídas, com raras exceções para fins rituais. O racismo, exatamente como classifica as raças em "superior" e "inferior", em prega idêntico critério para rotular as línguas em "inferior" e "superior". (NASCIMENTO, 1978, p. 103)

A fim de teorizar com mais embasamento o trabalho, utilizo de análises de diferentes autores da área da história relacionada à memória, e suas representações e significações, para explicar estas reformas arquitetônicas e a recorrente prática de (literalmente) soterrar passados ocorridos no Valongo.

Sendo assim, início o direcionamento teórico com Andreas Huyssen (2000) e sua obra *Seduzidos Pela Memória*¹⁸, onde, resumidamente, o autor mostra uma ‘musealização compensatória’ por conta de uma entropia do passado, onde o mesmo desaparece rapidamente. ‘Musealizar’ um objeto pode ser uma forma de compensar seu rápido esquecimento. Entretanto aqui, a questão não reside em ‘musealizar’ ou ‘desmusealizar’ algo, e sim, investigar a forma pela qual esta tentativa de transformar algo em museu é feita. Sendo assim, o autor fala sobre uma resignificação do passado, o que chama de ‘globalização da memória’, caindo no item principal de sua relação com este trabalho: o uso político da memória. A cultura da memória, como mostra Huyssen (2000), implica em uma relação causal clássica: o que lembrar, e o que esquecer. E mais ainda, a reflexão se estende ao PORQUE lembrar e PORQUE esquecer. E, subsequentemente, o que é fomentado a ser lembrado, e o que é fomentado a ser esquecido. Este poder de controle, segundo o autor, se mostra perigoso por poder transformar qualquer coisa em passado, mesmo o que não aconteceu.

Aqui, encontramos o primeiro ponto de ligação teórica com um autor já utilizado neste trabalho, Pierre Nora (1993)¹⁹ e sua diferenciação entre memória e história. Segundo o mesmo,

genocidio-do-negro-brasileiro-processo-de-um-racismo-mascarado-abdias-do-nascimento.pdf . Acesso em: 18/08/2017.

¹⁸ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

¹⁹ NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, 1993.

uma memória se opõe a história pelo fato da história representar uma série de esforços intelectuais colocados em cima da memória, com registros, problematizações, críticas, reflexões. Segundo o autor, “A história dessacraliza a memória”. Assim, trazendo o direcionamento teórico a vias mais aplicáveis neste trabalho, encontramos em Michel Polak (1992), e seu texto memória e identidade social²⁰, onde o mesmo fala do conceito de ‘lugar de memória’.

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. Para a minha geração na Europa este é o caso da Segunda Guerra Mundial. Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Aqui estou me referindo ao exemplo de certos europeus com origens nas colônias. A memória da África, seja dos Camarões ou do Congo, pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento. Outro exemplo seria o da segunda geração dos *pieds noirs* na França, que na verdade nem chegaram a nascer na Argélia, mas entre os quais a lembrança argelina foi mantida de tal maneira que o lugar se tornou formador de memória. (POLLAK, 1992, p. 03)

Agora, abordando o ponto de vista do revisionismo, ou o simples atropelar de um lugar por outro lugar (como o acontecido no 1ª reforma do Valongo) sem a preocupação o responsabilidade de representa-lo como sua memória oferece, trazemos em Pierre Vidal-Naquet (1988)²¹ e um capítulo presente em sua obra “Os assassinos da memória” chamado “sobre o método do revisionismo”, uma explicação. Segundo o autor, alguns métodos do revisionismo se apresentam como “a mentira pura e simples, o falso, o apelo a uma documentação completamente fantástica” (VIDAL-NAQUET, 1988, P.40). O que valida o ponto do prefeito Pereira Passos que decidiu soterrar por completo em 1911 o cais e todo seu passado. Não há erro, se não houver vestígios do erro. E deslegitimar a voz de pessoas já removidas dos lugares

²⁰ POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

²¹ VIDAL-NAQUET, Pierre. “Os Assassinos da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o Revisionismo”. Campinas: Papirus, 1988.

em que se arranjaram após serem tomados de seu continente, é mais fácil do que explicar nas escolas o erro que cometemos nos anos anteriores.

Com Milton Santos (2011) ²² é possível aprofundar mais o debate neste segmento:

A cultura de massas é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação que é, frequentemente, exterior ao corpo social. A cultura popular tem suas raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, a vontade de enfrentar o futuro sem romper a continuidade. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e o seu meio. Assim, desde que imunizadas contra os fatores de banalização que o consumo, entre outras causas, carrega, as populações desenraizadas terminam por reconstruir uma nova cultura popular, que é ao mesmo tempo filosofia e, por isso, um caminho para a libertação. (SANTOS, 2011, p. 144)

A comparação que estabeleço aqui sintetiza neste raciocínio: Se, na primeira reforma, o silenciamento e apagamento da cultura dos escravos que formavam o que era na verdade, o Cais do Valongo foi primeiro promovido pela reforma e mudança de nome para ‘Cais da Imperatriz’; na reforma mais recente, é promovida pela total falta de ‘musealização’ do local, que não possui nada além de duas placas e correntes no entorno, que sequer impedem que a população jogue lixo no local. Nas visitas que fiz ao local em 2017, 2018 e 2019 pude perceber entulho, garrafas de cerveja e água, diversos pacotes de comida e etc, todos dentro do ‘cercado’ de correntes construído em volta do ‘grande achado’ arqueológico do Rio de Janeiro de 2011.

Um museu que trata o Amanhã, recebe infinitas vezes mais visitas que um ‘recorte da realidade’ representado por uma corrente e poucas placas que carregam o passado inconveniente da cidade e do país. Para representar meu argumento de uma ligação entre a primeira e a última reforma no Valongo, vou utilizar de um depoimento que tive acesso, por acaso. Conheci, ainda em 2017 uma pessoa originária república do Congo que, na época morava e estuda no RJ, e perguntei se ele conhecia o cais do Valongo, se sabia de algo. Para minha surpresa, na sua escola em sua terra natal, ele diz ter estudado sobre o tema, coisa que nunca (em minha carreira curta como professor, mas longa como aluno) vi numa escola no Brasil. Segue, de maneira integral, o depoimento que pedi ao mesmo sobre esta situação:

No meu percurso universitário em História no meu país a República do Congo ou Congo Brazzaville, comecei a estudar sobre o comércio Transatlântico os Bantu para às Américas nomeadamente sobre o Brasil, e após, pesquisei

²² SANTOS, Milton. *O espaço da cidadania e outras reflexões* / Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3). Disponível em: <http://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/img-pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>. Acesso em: 18/08/2017.

também sobre a herança africana Bantu no Brasil e os lugares de memória da escravização neste país. E é partir dessa pesquisa no Congo Brazzaville, que eu descobri que o Rio de Janeiro foi o maior Porto da importação dos Escravizados Africanos na toda a América Latina e mesmo da planeta do século XVI até XIX e ao mesmo um lugar importante de venda dos escravizados aqui nas Américas Latinas espanholas em parceria direto com o porto de Luanda de Angola atual que foi um dos maiores Portos fornecedores dos escravizados na costa de golfo de Guiné. Então, eu me disse no Congo, antes de vir para no Brasil na Cidade do Rio, que eu vou achar um grande museu da Escravização, que vai ser um lugar grandão que comemora essa trágica memória africana no Rio à imagem do Slavery International Museum da Inglaterra. Cheguei aqui no Rio, fui lá ano passado, na zona Portuária com um amigo brasileiro, ele me mostra apenas um lugar seco, um tipo de buraco retangular e com uma placa de algumas escritas, que mesmo se não estiver curioso e atencioso para ler, o pedestre pode achar que é uma placa de informações da estrada. Minha decepção foi grande ver esse lugar que representa nada de memória em comparação com aquele tráfico intenso no Rio de Janeiro, e de repente fui desanimado sem motivação para voltar. E após, eu ouvi falar do senhor que o projeto da construção do atual do Museu de Amanhã foi inicialmente o Museu da Escravização, mas que por vontade política, não foi construído. Isso é absurdo pretender se projetar no futuro com Museu de Amanhã, sem conhecer o passado, enquanto quando um país conhece melhor seu passado, pode pensar melhor o futuro. Mas é triste no caso do Brasil.

(SAMBA TOMBA Justes Axel, mestrando em ciências sociais/ UFRRJ. Agosto 2017)

Samba nos mostra mais uma parte que contribui com o esquecimento forçoso, com o silenciamento e tentativa de apagamento da cultura africana que formava o Valongo: a falta total da abordagem do tema nas escolas do RJ ou qualquer outro estado brasileiro. Enquanto na África o tema é tratado em sala de aula, aqui, necessitamos de políticas públicas que implementassem obrigatoriamente o conteúdo nas escolas, mas ainda a passos lentos e distantes de uma aplicação séria em sala de aula. O cais que Samba encontrou aquele dia em abril de 2016 é o mesmo das seguintes imagens:



Imagem 7 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, julho de 2017.



Imagem 8 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, julho de 2017.



Imagem 9- Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, julho de 2017.

Numa notícia de 2011, emitida pelo jornal O Globo, e que envolvia de certa forma a descoberta do sítio arqueológico do Valongo, o então prefeito Eduardo Paes se manifestou: “Fui lá no sábado vistoriar as obras e, quando vi aquilo, fiquei absolutamente chocado. Vou fazer uma praça como em Roma. Ali estão as nossas ruínas romanas”²³. A parte confusa, é que trata-se do mesmo Eduardo Paes mediu à construção do Museu do amanhã, que também demonstrou casos de gentrificação direta, tão popular no Rio de Janeiro desde o Valongo. Pessoas foram expulsas de suas casas, os preços do entorno aumentaram até se mostrar impossível viver numa área que antes representava a ‘baixa’ sociedade carioca²⁴.

²³ DAFLO, Rogério. O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/escavacoes-de-obra-de-drenagem-da-zona-portuaria-encontram-restos-dos-cais-da-imperatriz-do-2816387> Acesso em: 03/08/2017

²⁴CARLONS, Claudio Antonio S. Lima. Porto maravilha para quem. Disponível em: <https://portomaravilhaparaquem.wordpress.com/2012/05/06/uma-olhar-critico-a-zona-portuaria-do-rio-de-janeiro/> Acesso em: 03/08/2017

O caminho que este raciocínio atravessa chega a alguns questionamentos, como por exemplo, qual o lugar da história da escravidão no Brasil no meio desta guerra de memórias e temporalidades, onde o brasileiro precisa lidar com seu passado doloroso, enquanto vive ansioso pelo futuro sustentável? Apagar a história da escravidão, por meio da seletividade dos espaços da recordação, se mostra uma forma de alienação. Uma alienação que tem como causa, o apagamento sutil, mas efetivo de vetores que compõe a vasta formação das identidades do Brasil.

No dia 9 de julho de 2017, o Cais recebeu o título de “Patrimônio mundial” da UNESCO²⁵. Para a Representante da UNESCO no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noleto (2017), “o Cais do Valongo tem valor histórico, arqueológico e cultural, traz memórias de um período da história que não pode se repetir jamais e, por isso mesmo, precisa ser lembrado. O seu reconhecimento internacional ressalta uma época muito importante para a formação da cultura brasileira e das Américas”²⁶. Acrescentando a discussão uma querela antiga entre os historiadores, Noleto (2017) fala sobre a história e seu poder de orientação ante ao passado (ou o esvaziamento completo desta ideia de uso da história) quando fala de ‘um período da história que não pode se repetir jamais e por isso mesmo, precisa ser lembrado’ (grifo meu). Seria o simples fato de lembrarmos de algo capaz de execrar a possibilidade de repetir este algo, considerado ruim (ou um erro) após uma análise do passado? Ainda é possível aprender com a história?

Esta pesquisa se iniciou antes desta inclusão pela UNESCO acontecer, de forma que este acontecimento desdobraria novos rumos para o estudo que pensei inicialmente. Entretanto, após uma segunda visita de campo acontecida nos dias 23 e 26 de julho de 2017, vi que os caminhos tomados aqui não precisariam ser tão diferentes dos já estabelecidos. Após uma breve teorização acerca deste momento da “Patrimonialização” do cais, volto a este raciocínio com mais ênfase.

Para explicar este momento de reconhecimento e transformação, que tem como pontapé inicial o dossiê organizado por Guran (2016) e já citado aqui, utilizarei o texto de François Hartog (2006) publicado na revista *Varia História* intitulado “Tempo e Patrimônio”²⁷. Ao falar

²⁵ O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/cais-do-valongo-ganha-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco-21570573> Acesso em: 05/08/2017.

²⁶ Unesco Office. Unesco. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/valongo_wharf_is_the_new_brazilian_site_inscribed_on_unesco Acesso em: 06/08/2017.

²⁷ HARTOG, François. “Tempo e Patrimônio”. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

de um processo semelhante ao estudado neste ensaio, que ocorreu na França no final do século XX, o historiador pode situar nosso debate dos dias atuais:

Os 'Lugares de Memória' do historiador Pierre Nora chegaram ao diagnóstico de uma "patrimonialização" da história da França, senão da França mesma, na medida em que a mudança de um regime de memória a outro nos fazia sair da 'história-memória' para entrar em uma 'história-patrimônio'. Notável em relação a isto é a definição dada na lei de 1993 sobre o patrimônio monumental: 'nosso patrimônio é a memória de nossa história e o símbolo de nossa identidade nacional'. Passando para o lado da memória, ele se torna memória da história e como tal símbolo de identidade. Memória, patrimônio, história, identidade, nação se encontram reunidos na evidência do estilo direto do legislador. Nesta nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade: a palavra-chave dos anos 1980. Mas, trata-se menos de uma identidade evidente e segura dela mesma do que de uma identidade que se confessa inquieta, arriscando-se de se apagar ou já amplamente esquecida, obliterada, reprimida: de uma identidade em busca dela mesma. (HARTOG, 2006, p. 06)

Hartog (2006) ainda posiciona em que fundo se desenrola esta nova configuração acerca da relação direta entre patrimônio, memória e história. O autor mostra que o século XX, ao passo que é o século onde em sua maioria se invocou o futuro, também é o século que deu uma extensão maior ao presente. Este presentismo, como nomeia o autor, é o nosso atual regime de historicidade. Encontramos aqui um elo entre Hartog (2006) e Huyssen (2000)²⁸, que fala da 'Musealização Compensatória' devido a entropia da concepção de tempo atual. Percebemos então, no nosso caso, uma musealização compensatória do cais do Valongo, que se encontra no meio desta dissonância discursiva temporal no Brasil atual. Entretanto, devemos pensar até que ponto se torna compensatória de fato esta musealização. Seria uma tentativa de cristalização do objeto no espaço tempo a fim de estabelecer lugares de memória e identidade faltosos no Brasil? Ou uma musealização que chame atenção e faça o visitante refletir sobre o passado nacional?

Seguimos este debate teórico, agora através da obra de Achille Mbembe (2014), *Crítica da Razão Negra*²⁹, onde o mesmo fala sobre o tempo e sua relação com a memória e o patrimônio:

O tempo, consequentemente desvela-se aqui pela sua capacidade de deixar vestígios de um acontecimento primordial - um acontecimento destruidor, de cujo fogo é um dos significantes maiores. O tempo, por consequência, vive-se, vê-se e lê-se na paisagem. Antes da recroação, existe a visão. Recordar é ver, literalmente, o vestígio deixado fisicamente no corpo de um lugar pelos acontecimentos do passado. Não existe, no entanto, corpo de um lugar que não se relacione, de certa maneira, com o corpo humano." (MBEMBE, 2014, p. 213)

²⁸ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

²⁹ MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

Assim, deixando claro o cenário em que acontece nossa avaliação entre o que representa o Museu do Amanhã e o que representa o cais do Valongo, podemos perceber fatores que contribuem e formam e agravam o problema, como a dificuldade de lidar com o distanciamento entre presente e futuro, por exemplo.

Caminhando mais a frente, entramos na discussão mais simples após esta questão da musealização exacerbada e compensatória ser apresentada: este processo de patrimonialização oferecida pela UNESCO, falando em termos práticos, mudou algo no cotidiano e na representação do Valongo?

Para responder a esta pergunta, iniciaremos o raciocínio apresentando mais um elemento trazido à tona no processo de escavação arqueológica na Zona Portuária carioca: O cemitério dos Pretos Novos, e o Instituto de Pesquisa e memória dos Pretos Novos, que nasceu após a descoberta do cemitério. Para explicar melhor a dinâmica, utilizo o artigo de Regina Coeli Mendes Valadão e Vera Lucia Dodebei (2015), publicado na revista *Musear* da Universidade Federal de Ouro Preto.³⁰ As autoras afirmam que a zona portuária da cidade foi marcada desde a sua ocupação, como um espaço de disputas sociais, econômicas e territoriais. Na região há um movimento crescente relacionado à busca de tradições, lutas identitárias e simbólicas pelos afro-descendentes e o IPN é um espaço onde cabem manifestações e propagação dessas culturas. Baseados em informações adquiridas em oficinas realizadas no próprio IPN, sabe-se que o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos - IPN é uma Instituição que foi criada em 2005, após uma descoberta casual do Cemitério dos Pretos Novos, em 1996, no processo de reforma de residência, localizada na Rua Pedro Ernesto, 36. O nome de Cemitério dos Pretos Novos está relacionado ao fato de ter sido ali o local em que eram enterrados os escravos – pretos novos - que não resistiam à viagem e morriam antes de serem comercializados no mercado do Valongo que funcionou de 1774 a 1830. Neste local foram encontrados fragmentos de crânios e ossos humanos dentre artefatos de cerâmica, vidro, metais e outras evidências arqueológicas.

Atualmente, as únicas iniciativas que mantém o IPN funcionando são os pagamentos de cursos e venda de objetos oferecidos pela instituição, que se esforça sem qualquer auxílio do estado para não encerrar de vez seu funcionamento, pela falta de incentivo.

Dando procedimento quanto o questionamento proposto a pouco, temos a seguinte notícia, publicada no jornal O Globo, no dia 1 de agosto de 2017, com o slogan que diz:

³⁰ DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos; VALADÃO, Regina Coeli Mendes,. “Porto Maravilha”: Tradição e Inovação nos Museus da Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Musear*, Ouro preto, n. 1, p. 13-24, jan. 2015.

“Visitantes não respeitam área restrita do Cais do Valongo, na Zona Portuária”³¹. Na matéria, temos que: “Segundo comerciantes e moradores da Zona Portuária, são comuns casos de pessoas que invadem o espaço para fazer selfies sobre as pedras”. Mais à frente após a matéria indicar a utilização do Cais como lugar onde algumas pessoas em condição de rua dormiam, lemos que as condições higiênicas do local também são deixadas de lado e comumente é encontrado lixo no local. A reportagem oferece uma resposta à guarda municipal do RJ, que informa por meio de nota que diz que o patrulhamento da área foi iniciado no dia 21 de julho. Entretanto, linhas após, é dito que a equipe de reportagem esteve no local e não viu nenhuma viatura sequer patrulhando o perímetro na hora informada.

Na minha primeira visita ao Cais do Valongo, em dezembro de 2016, registrei as seguintes imagens que já mostravam o descaso da organização do monumento, que foi em 2017 contemplado pela UNESCO com o título de Patrimônio da Humanidade. Nas duas, é perceptível a presença de lixo e entulho no perímetro interno do cais.

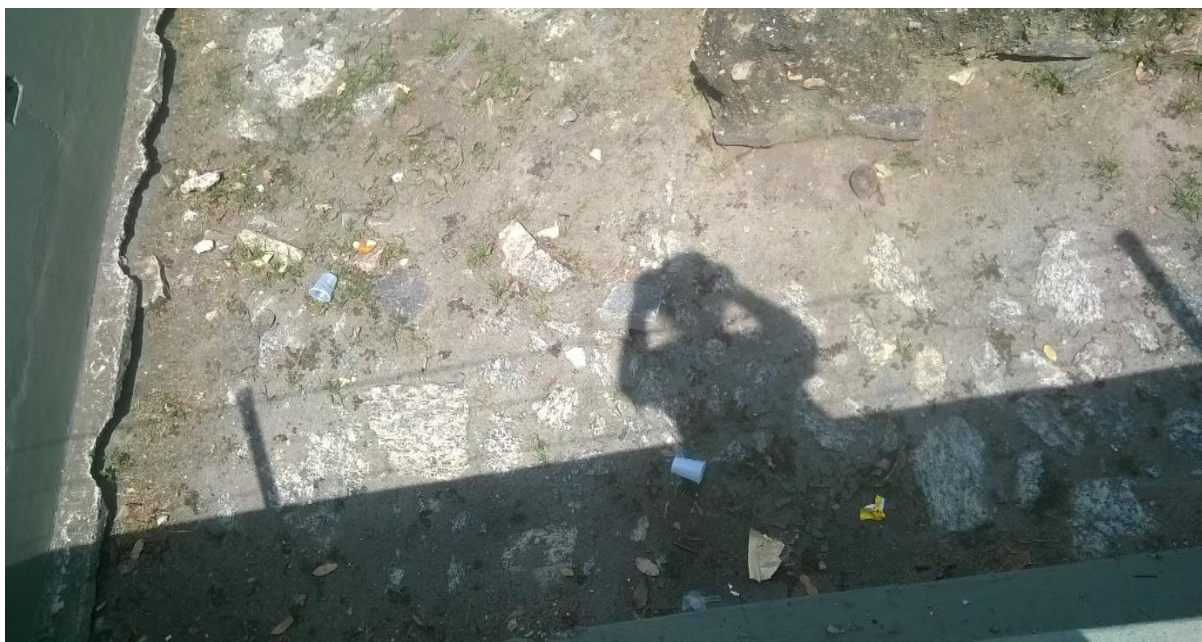


Imagem 10 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, dezembro de 2016.

³¹ Matéria completa disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/visitantes-nao-respeitam-area-restrita-do-cais-do-valongo-na-zona-portuaria-21655091> Acesso em: 03/03/2019.



Imagem 11 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, dezembro de 2016.

Como indicam Jancsó e Pimenta (2000)³² sobre a já conhecida prática de anulação da identidade de certos grupos brasileiros, “não parece ser irrelevante destacar que a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com o todo corpo social do país, e dotou-se para tanto de um Estado para manter sob controle o inimigo interno.” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 440).

Assim, percebemos que na prática, pouco mudou ao já desvalorizado Cais do Valongo, que, como já mencionado, tenta resistir e se manter por conta dos que de fato compõem aquele local de memória. E isso, apesar de ofuscada pelo brilho do Museu do Amanhã, numa cidade e num tempo onde olhar para o futuro elimina automaticamente a possibilidade de olhar para o passado e perceber vozes e identidades verdadeiramente nacionais que, tiveram suas memórias negadas e apagadas pela entropia do passado e a aceleração do tempo presente em direção a um futuro que, claramente, também não é de todos.

A fim de pensar na formação e aplicação do conceito de memória a ser trabalhado neste capítulo vamos relacionar os principais participantes no campo intelectual e acadêmico do debate nas últimas décadas, buscando teorizar as aplicações práticas sobre o pensamento da formação da dita memória Afro-Brasileira no porto carioca. Entender a discussão teórica se faz

³² JANCSÓ, István. e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta. 1500-2000; a experiência brasileira. Formação: Histórias. São Paulo, Editora Senac/São Paulo, 2000.

necessário para situar o trabalho, mas com ciência da necessidade de uma aplicação direta e eficaz para a pesquisa de maneira geral. Assim sendo, inicialmente, temos o verbete de Jacques Le Goff (1990) sobre o conceito de memória³³. Tratando de um conceito mais geral sobre o termo, o autor ofereceu uma consistente prévia do debate. Ao considerar, logo no início do texto, a *crucialidade* da memória, no sentido mais literal da palavra temos o cruzamento de memórias como ponto de partida para compreender formações de memórias (e por conseguinte, narrativas históricas) coletivas através das lembranças individuais inerentes ao sujeito (ancestralidade, primeiras relações sociais, etc). O autor oferece inicialmente uma concepção fisiológica da lembrança que se transforma em memória no cérebro. O francês mostra o funcionamento orgânico e biológico da questão, mostrando até que ponto a construção de uma cadeia de lembranças individual é consciente e o quanto é inconsciente. Para tal é necessário compreender que lembrar de algo é esquecer de todo o resto, além deste algo.

Mostrando a volatilidade da memória (ainda como esforço mnemônico intrínseco ao funcionar do cérebro) que se fundamenta pela oralidade, o autor leva adiante o raciocínio cronologicamente ao demonstrar como a cultura escrita afeta diretamente o funcionamento da lógica de lembrar. Uma vez em que há registros sobre algo a ser lembrado, as perguntas sobre essas lembranças agora escrita passam a ser outras: se essa memória é ‘válida’ para a sociedade em que vive, se é de fato real e verossímil. Já de cara encontrando problemas sobre de quem vem essa ‘validação’ de memórias individuais que se tornarão coletivas, e por consequência, quais recordações serão ‘levadas a sério’ e serão incorporadas pelos costumes e tradições já coletivas.

Ao atravessar cronologicamente o conceito da palavra memória, o autor aponta seu argumento ao mostrar de que maneira esta mesma memória se desenrolou com o passar dos anos. Partindo de uma pré-história (registros) e da tradição da oralidade cumprindo este esforço de não se deixar esquecer um certo passado, passando pela idade medieval e sua maneira escrita de produzir e inserir vestígios de passados na sociedade. Ao demonstrar que estes métodos de criação de uma narrativa (como arquivos, árvores genealógicas, brasões e etc) sobre o passado individual, familiar e coletivo passavam por estrita gestão da igreja e nobreza. De forma que, como chama atenção o autor, muitos ‘passados’ já sendo negligenciados desde então pelo sistema vigente.

³³ LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

O autor então passa pelo medievo chegando então a contemporaneidade e ao que vem chamar de ‘revolução memorial’, no pós segunda guerra e no surgimento de computadores e seu armazenamento massivo de informações. Percebendo as conexões entre Le Goff (1990) o projeto que visa reconsiderar e reavaliar memórias de um grupo específico, por muito negligenciado pelas instituições que ‘validam’ e ‘confirmam’ estes passados, que são os escravos trazidos da África para o Brasil. De forma que o autor perpassa também pela condição dos institutos acadêmicos também como centro dessa ‘validação’ de memórias e passados, é necessário perceber a importância acadêmica (e a falta de narrativas históricas, que formarão as memórias a partir daí) das pessoas que compuseram o Brasil escravista, base do Brasil de hoje. O ponto de complemento de Le Goff (1990) ao meu trabalho se enxerga na parte em que o autor aponta que a memória coletiva é acima de tudo um instrumento de poder. De afirmação, existência, coexistência e validação, e que cabe aos “profissionais da área buscarem a ‘democratização’ da memória (...) que deve servir a libertação dos homens” (LE GOFF, 1990, p. 411).

O próximo texto presente nesta introdução teorizada, é o de autoria de David Lowenthal (1998)³⁴. Lançado na revista da Puc-SP Projeto História, o texto do autor traz questões como a tangibilidade do passado conhecido e o quão ‘real’ ele é para nós. O autor aponta, inicialmente que a incerteza fundamental do passado faz com que nos sobrecarreguemos deste passado, procurando trazer materialidade ao que já não é presente. Lowenthal (1998) parte da pergunta ‘faria diferença caso não houvesse passado?’ para mostrar o que chama de ‘sobreposição coletiva’: para validar nossas próprias lembranças, precisamos de outras lembranças. Mostrando então o caráter de construção da identidade pessoal que tem a lembrança e a memória, o autor deixa claro a importância da memória individual na formação da coletiva: são necessárias para coexistir e se afirmar o que são.

“Com o passar do tempo reorganizamos nossas lembranças, conservando mais ou menos o mesmo material, mas adicionando outros elementos, que mudam seu sentido e importância” (LOWENTHAL, 1998, p. 101). Como cada ato de lembrar altera novamente as lembranças, o autor demonstra a volatilidade do caráter pessoal da memória. Sendo este o ponto ao qual o autor contribui com minha pesquisa, uma vez que o mesmo afirma que a estabilidade que a história oferece se deve em grande parte a sua divulgação impressa, produzir materiais e meios de memória (acadêmica ou não) sobre o grupo escolhido se mostra como uma maneira de

³⁴ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o passado. Proj. História, São Paulo, (17), nov. 1998. p.63-201.

‘sedimentar’ esse caminho. Não só falando sobre o passado, mas também sobre o presente tratamento dado a memória negra e escrava no Brasil, que se transformará nas análises futuras sobre o tempo atual.

Ao exemplificar tipos de memória, o autor aponta o termo ‘memento’ (p. 80) que significam recordações propositadamente recuperadas da grande massa de coisas recordadas. Ou seja, memórias criadas intencionalmente para serem memórias, para serem vistas do futuro. E este mesmo memento aparece como combustível do que o autor chama de ‘revisão’, que resumidamente é a sobreposição de algumas lembranças a outras, que conseqüentemente se apagam na formação da memória coletiva de uma nação. Pela leitura toda é perceptível quais grupos no Brasil hoje tem suas lembranças e memórias estabelecidas e quais grupos não. Minha pesquisa se direciona a um grupo que não tem um discurso histórico claro e verossímil, buscando evitar o revisionismo, tido pelo autor como o uso político deste maquinário da ‘revisão’.

Outro texto que tem a acrescentar ao trabalho de maneira geral é o “Una Mensaje desde Troya: Si Pinochet me hubiera hecho caso”, de Ariel Dorfman (2007)³⁵, que, ao tratar da ditadura militar do Chile, utiliza de uma alegoria da guerra de Tróia para falar diretamente com Augusto Pinochet. Ao citar a Ilíada para exemplificar a importância de um funeral, tanto em uma guerra (como a de Troia), como em uma Ditadura (no Chile, na década de 1970).

Se até mesmo Aquiles devolveu o corpo de Heitor para sua família para ser devidamente sepultado e enterrado, o autor cobra uma postura parecida do ditador chileno, para que devolva o corpo dos presos e torturados políticos para as respectivas famílias. Levando em consideração o cenário político e intelectual do Chile na década de 1970, o texto é um apelo pelo direito da família de gerir a memória e a narrativa histórica daquele indivíduo que fora morto por razões políticas.

Obviamente o texto recém mencionado oferece um prisma para averiguarmos constantes violações de direitos humanos simples como o direito a uma memória, uma identidade. Exemplos de violação desses direitos são as ditaduras militares na América do Sul no século XX, a escravidão na construção do ocidente, o holocausto nazista entre outras efemérides. O texto aqui contribui no sentido de averiguar acontecimentos históricos (recentes a nós ou não) que destituem esses direitos mais básicos, porém frágeis o suficiente para serem ameaçados.

³⁵ DORFMAN, Ariel. "Una Mensaje desde Troya: Si Pinochet me hubiera hecho caso". In: Otros Septiembres: Provocaciones desde un Norte perplejo. Buenos Aires, Seix Barral, (Los Tres Mundos, Ensayo), 2007.

O artigo de Gilberto Velho intitulado “Memória, Identidade e Projeto” (1988)³⁶ publicado na revista *Tempo Brasileiro* também vem a acrescentar na dissertação ao ponto em que insere a relação entre memória e projeto na formação de uma identidade. Projeto Para o autor, ela seria uma síntese de valores e costumes que visam alcançar finalidades específicas. De forma que, o que guia o projeto é a memória, em busca da sedimentação da identidade. Segundo Velho (1988), as ‘unidades englobantes’ do indivíduo numa sociedade como nação, linhagem, família, partido, igreja que ditam esses projetos utilizando da construção de sua memória para direcionar estes indivíduos em seus respectivos projetos. Entretanto estes projetos estão sendo construídos em uma sociedade moderna que tem a constante mudança como certeza englobante.

Segundo o autor, o indivíduo-sujeito é aquele que faz projetos. Direcionamentos de aplicação da ação e cognição como este (ditados pela memória das unidades englobantes da sociedade) compõem o indivíduo, a identidade, o self. Nesta relação conflituosa, Gilberto Velho (1988) evidencia o porquê da dificuldade de estabelecer identidades de certos grupos históricos como os escravos africanos, que, forçosamente tiveram que abandonar seu projeto, que formava sua identidade para trabalhar forçosamente no projeto de outro indivíduo. Ao abdicar do projeto, a escravização de seres humanos os obriga a abdicar do self e prejudicar suas memórias, forçando as gerações seguintes a não sequer conhecer os projetos e memórias de seu lugar de origem, enfraquecendo assim, a formação da identidade destes indivíduos.

Esta noção complementa o trabalho no sentido de ajudar a humanizar o sujeito africano que foi colocado em situação de escravidão, mostrar que previamente a ser escravo ele era uma identidade, que tinha projetos de ação humana ditadas pela sua própria memória da sociedade em que vivia.

E finalizando este raciocínio teórico com o texto de Luciana Heymann (2006)³⁷ intitulado “O”devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos”, onde inicialmente a mesma oferece um panorama francês da expressão ‘dever de memória, para então trazer a discussão sobre a memória na sociedade brasileira.

Inicialmente, para a autora dever de memória é “uma expressão cunhada ao longo dos anos 1990 e que, em poucas palavras, remete à ideia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras

³⁶ VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 95, out/dez, 1988, p.119-126.

³⁷ HEYMANN, Luciana. O”devoir de mémoire” na França contemporânea : entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC,, 2006. 27f.

dessas memórias.” (HEYMANN, 2006, p. 04). Segundo a mesma, o estado francês mais e mais media este tipo de discussão, com o auxílio da comunidade acadêmica e participação dos cidadãos. Já de início é perceptível a contribuição da autora ao meu projeto, entretanto, sua contribuição se mostra de forma mais clara ao adentrar o sub-capítulo intitulado “‘Concorrência, ‘abuso’, ‘manipulação’: a memória desviada” que diretamente vai de encontro a minha utilização do termo “guerras de memória”. Neste item a autora discorre sobre as ditas ‘apropriações’ da memória, principalmente da memória vinculada a traumas, barbáries, crimes contra a humanidade, tragédias em geral. Ao discorrer, a autora mostra que esta memória ‘reivindicativa’ pode sofrer maus-usos que a distorcem de seu objetivo principal ocasionando na sobreposição de memórias de grupos sobre outros, o que Tzvetan Todorov (apud Heymann 2006) chamava de abusos da memória.

Entretanto, nos capítulos intitulados ‘a gestão de passados sensíveis no Brasil’ e ‘memórias e identidades Negras em questão’ é que se encontram o maior complemento da autora à minha pesquisa. Nossos temas dialogam e se complementam no sentido que Luciana afirma que, se na França o passado é obsessão, sempre presente na sociedade que chega a ‘não passar’, no Brasil, temos o contrário: um país sem memória. Esta situação do dever da memória confere, na França, um caráter político claro da memória no país, onde cada grupo, através de sua narrativa e projeto, utiliza da memória pra defender seus interesses. No Brasil, segundo a autora, este uso da memória não é feito por todos –como confere uma democracia.

Aplicando de maneira mais direta esta análise no Brasil, Luciana aponta que com a queda do mito da ‘democracia racial’ foi possível evidenciar a questão da dificuldade da construção e manutenção de uma narrativa histórica/mnemônica dos negros no Brasil desde a escravidão. A autora aponta certas intervenções recentes do estado, como a criação da lei que obriga o ensino de História da África no país, as cotas em concursos para afrodescendentes como forma de tentativas de reparações históricas, mas ainda insuficientes e mínimas. Como percebemos com a autora, a importância da memória da escravidão no país está direcionada a trajetórias de lutas e resistência à barbárie, e não afim de recompensar de maneira indenizatória algum descendente de escravos. Direcionada a construção da real multiculturalidade brasileira e seus verdadeiros agentes, através das afirmações e construções de suas identidades, e por fim, suas memórias.

Neste sentido explicitado, temos um detalhe de grande importância na nossa leitura. Em 19 de novembro de 2011 à luz das recentes escavações que tinham reencontrado o Cais do Valongo, de decorrentes protestos civis pela moradia e remoções, de orientações da comunidade

acadêmica nacional e estrangeira, o prefeito Eduardo Paes através do decreto 34.803³⁸ da mesma data institui a criação do “Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana”, e o grupo de trabalho curatorial do mesmo. Se incluem neste circuito histórico, segundo o decreto, o Centro Cultural José Bonifácio (atual Muhcab - Museu da História e da Cultura Afro-brasileira), Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, Cais do Valongo, Jardins do Valongo, Largo do Depósito e Pedra do Sal.

Neste momento final do primeiro capítulo, se faz necessário compreender com mais detalhes outro componente desta equação toda: o Projeto Porto Maravilha. Se faz necessário pois de certa forma tanto o Valongo como o Museu do Amanhã tem ligação com esta Operação Urbana Consorciada, que, tem no Museu do Amanhã um produto final e que ‘reencontrou’ (balizada pela ação dos movimentos sociais e acadêmicos que conheciam o passado da área) o Cais do Valongo.

Dessa forma, utilizaremos dois capítulos do livro “A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos”, ambos escritos por Carlos Vainer (2000) para explicar o cenário que propiciou o surgimento e a operacionalização do projeto Porto Maravilha. O Primeiro³⁹ intitulado “Os liberais também fazem Planejamento Urbano? Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro” nos leva a novembro 1993, quando a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro fechava conjuntamente com a Associação Comercial da cidade (ACRJ) e a federação das indústrias (FIRJAN) um acordo para um Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PEC-RJ). Segundo o autor, em fevereiro de 1994, se forma um consórcio mantenedor do PEC-RJ pela organização de 46 empresas dos mais variados ramos, entre eles bancos, associações hoteleiras, jornal O Globo, imobiliárias, shoppings e etc.

Neste caso, segundo o autor o PEC-RJ aparece como despolitizado e despolitizador da questão urbana, pela falta da participação popular na composição do plano. Apesar de, inicialmente no projeto serem incluídas algumas organizações sindicais e civis da cidade, na hora das votações que comporiam o projeto, apenas a parte empresarial teve destaque, por questões burocráticas e ou contratuais. O mesmo aponta uma empresa de consultoria catalã chamada Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. foi contratada para ajudar na gerência do plano,

³⁸Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2011/3480/34803/decreto-n-34803-2011-dispoe-sobre-a-criacao-do-circuito-historico-e-arqueologico-de-celebracao-da-heranca-africana-e-o-grupo-de-trabalho-curatorial-do-projeto-urbanistico-arquitetonico-e-museologico-do-circuito>>. Acesso em 23/05/2020

³⁹ VAINER, Carlos. “Os liberais também fazem Planejamento Urbano? Glosas ao ‘Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.’” In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

aproveitando-se de campanhas de revitalização arquitetônicas e urbanísticas acontecidas em algumas cidades europeias, a exemplo de Barcelona nos anos anteriores.

Vainer (2000) aponta então o projeto como “Farsa com objetivos de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade” (VAINER, 2000. p. 115). O mesmo aponta ainda que o PEC-RJ despontou como a construção de uma nova hegemonia urbana que ditaria métodos e regras a partir dali. Outro ponto interessante a nossa análise é o de construções de consenso neste caso, e como esta construção se deu. Segundo o autor “Ele constrói o consenso porque o supõe como instaurado previamente. Na verdade não se trata de construí-lo no processo político, mas simplesmente de reconhece-lo, identificá-lo e enuncia-lo.” (VAINER, 2000. p. 118).

Esta terminologia de construção de consenso sob a luz desta análise de Vainer (2000) nos será útil mais a frente, mantendo o entendimento de que na prática não há consensos, apenas uma ideia pré-concebida que o mesmo existe, buscando um tom apaziguador para questões deste tipo que envolvem muitas partes, muito distintas entre si.

Ao mencionar “uma nova hegemonia urbana” Vainer (2000) aponta uma nova tendência do entendimento sobre o que é o espaço urbano. Uma tendência despolitizadora, sem participação efetiva popular, com interesses comerciais, executivos e cosmopolitas, regidas por termos como globalização, competição e lucro.

Tendo isso em mente, o segundo texto do mesmo nos ajudará a compreender esta nova percepção do espaço urbano, que conforme nos mostrou o autor, abriu caminho para a fabricação de projetos como o Porto Maravilha. Intitulado “Pátria, Empresa e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”⁴⁰, o autor nos mostra o funcionamento desta tendência discursiva do espaço urbano.

Segundo Vainer (2000), esta tendência vinda da Europa e seu recente ‘sucesso’ nas reformas urbanas e arquitetônicas em algumas cidades como Barcelona e Lisboa é oriunda do planejamento empresarial e acaba por colocar as cidades sob esta lógica empresarial. De forma que, como uma empresa, a cidade precisaria competir por investimentos e atrações, por capital, tecnologias, novos negócios e etc. Esta lógica coloca a produtividade e competitividade no cerne da discussão sobre a cidade e seus acessos, e vem recuperar um espaço anteriormente ocupado por planejamento urbano tecnocrático e autoritário.

⁴⁰ VAINER, Carlos. “Pátria, Emprego e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano” In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

Dito isto, a cidade então passa a ter três características principais: mercadoria (como cidade objeto de luxo), empresa e pátria. Indica o autor que, a dificuldade de unificar essas três características com a nossa realidade vivida no Brasil e no Rio de Janeiro teve como resultado a apropriação da cidade pelo que chama de “Interesses empresariais globalizados” (Vainer, 2000. p. 78).

Sendo assim, tendo em vista os dois capítulos de Vainer, vamos iniciar a discussão sobre o Porto Maravilha. Balizado pelas obras aqui recém citadas, percebemos diversas semelhanças com o cenário que produziu o projeto, contendo nele diversos direcionamentos explicitados pelo autor, que falava da década de 90 do século XX. Segundo Geane Rocha⁴¹

“Dessa forma, o Porto Maravilha surge como uma continuidade do projeto Plano Porto do Rio, criado na gestão de César Maia (PTB) em 2001. O projeto que não é realizado, e é retomado por Eduardo Paes (PMDB) em 2009. Apesar das semelhanças entre os projetos, o projeto do Porto Maravilha busca se afastar e corrigir os erros do Porto do Rio, principalmente em relação ao fracasso do projeto do Museu Guggenheim. O Porto Maravilha torna-se então a principal marca da gestão de Paes. O audacioso projeto do Porto Maravilha trata-se de uma intervenção que atinge uma área de quase cinco milhões de metros quadrados. Além da ampliação da estrutura viária e criação dos museus, o projeto contava ainda com requalificação dos espaços públicos, reforma de antigos armazéns, demolição da Perimetral (realizada entre 2013 e 2014), reforma e ampliação da rede de saneamento básico.” (ROCHA, 2020, p. 31)

Geane Rocha (2020) nos mostra a existência de um projeto de revitalização da Zona Portuária prévio ao Porto Maravilha intitulado Plano Porto do Rio, criado em 2001. O Porto Maravilha tem ali sua origem, mas visa objetivos maiores e mais ousados, visando reformular os erros do projeto anterior. Por 40 votos a favor e 1 contra⁴² o projeto foi aprovado na câmara da cidade do Rio de Janeiro em 29 de outubro de 2009 e no dia 23 de novembro do mesmo ano o prefeito Eduardo Paes sancionou a lei⁴³ complementar de número 101 que autorizava o poder executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da região do Porto do Rio de Janeiro. Nesta lei complementar, o artigo primeiro fala:

⁴¹ ROCHA, Geane. A cultura afro-brasileira na Zona Portuária do Rio de Janeiro: A construção da memória em intervenções urbanísticas e no Museu de Arte do Rio. 2020.98 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

⁴² G1 (Rio). Vereadores do Rio aprovam projeto de revitalização do porto: Por 40 votos a um, vereadores aceitaram proposta da prefeitura. Projeto inclui demolição do Elevado da Perimetral.. **O Globo**, [S. l.], 29 out. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1360248-5606,00-VEREADORES+DO+RIO+APROVAM+PROJETO+DE+REVITALIZACAO+DO+PORTO.html>. Acesso em: 11 out. 2020.

⁴³ Disponível em:

Esta Lei Complementar institui a Operação Urbana Consorciada - OUC da região do Porto do Rio de Janeiro, na Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU criada nesta Lei Complementar, que compreende um conjunto de intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental de parte das Regiões Administrativas I, II, III e VII, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

Uma matéria do ano de 2016 do site A Pública⁴⁴ nos mostra a fonte inicial do dinheiro do Projeto Porto Maravilha:

Por meio do FGTS, a Caixa Econômica Federal (CEF) assumiu todos os gastos da Parceria Público Privada, em troca dos Cepacs e terrenos públicos da região. O banco injetou R\$ 3,5 bilhões para dar o pontapé inicial. A maior parte desse recurso concentra-se nos cinco primeiros anos da operação, que consumiram R\$ 5 bilhões para fazer as intervenções de maior porte, como a demolição da avenida Perimetral. (...)A expectativa era que a valorização dos terrenos públicos e os Cepacs bancassem o restante do compromisso de R\$ 8 bilhões assumidos pela CEF. Mas a conta não fechou. Em valores corrigidos, o compromisso total chega, hoje, a R\$ 9,9 bilhões. O interesse do mercado ficou abaixo do esperado, e, já no ano passado, foi preciso mais um aporte do FGTS para bancar a PPP, no valor de R\$ 1,5 bilhão.

Interessante de se perceber é que essa se coloca como uma das maiores parcerias público-privadas do país, que após o financiamento da Caixa Econômica, teve parte de seu dinheiro levantada pelos chamados CEPACS (Certificados de Potencial Adicional de Construção) que fomentaram a especulação imobiliária e por conseguinte a gentrificação, perceptíveis até os dias de hoje no local. E a partir destes mesmos CEPACS se organizaram os primeiros movimentos sociais de moradores que se viam atingidos pelo processo.

Outro ponto contrastante com o planejamento do Porto Maravilha é a entrega dos equipamentos culturais erguidos pelo projeto (como o Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio) à gestão privada da concessionária Porto Novo formada pelas construtoras Carioca Engenharia, OAS e Oderbrecht. E ainda assim, os mesmos dispositivos culturais sofreram constante ameaça de fechamento e descontinuidade por falta de dinheiro e nas gestões seguintes à de Paes na prefeitura.

No ano de 2017 existiu ainda uma tentativa de instaurar uma Comissão Parlamentar Investigativa sobre o Porto Maravilha⁴⁵ pelo vereador Tarcísio Motta, mas sem sucesso. O

⁴⁴ Disponível em: < <https://apublica.org/2016/08/a-outra-historia-do-porto-maravilha/>>. Acesso em: 13/09/2020

⁴⁵ PITASSE, Mariana. CPI do Porto Maravilha precisa de quatro votos para ser iniciada no Rio de Janeiro: Em duas semanas, campanha online para pressionar vereadores reuniu quase 5 mil usuários. **Brasil De Fato**, Rio de Janeiro, p. 1-1, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/29/cpi-do-porto-maravilha-precisa-de-quatro-votos-para-ser-iniciada-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 11 set. 2019.

projeto, motivado inicialmente pelos eventos mundiais sediados pelo Brasil como Olimpíadas e Copa do Mundo, agora quebrava suas ‘fôrmas iniciais’ e se desenvolvia à parte disso.

Cap II- Investigações midiáticas sobre o Cais do Valongo e o Museu do Amanhã

Se no primeiro capítulo nos concentramos nas disputas de presenças nos espaços físicos do porto, a intenção agora é analisar as ocupações destes espaços denotadas e presenciadas pela mídia que ajuda a construir consensos através da informação prestada. Conforme explicitado na introdução do trabalho, fiz a assinatura do jornal o Globo em abril de 2019 para ter acesso às reportagens que serão trabalhadas aqui.

Sobre a abordagem de análise histórica pelo ponto de vista do jornalismo na constituição de uma história do tempo presente, mais especificamente como ferramenta da “operação historiográfica”⁴⁶ aqui preterida, temos em Ana Regina Rego e seu artigo “Articulação temporal e essência narrativa: o jornalismo para além do tempo presente”⁴⁷ uma introdução ao raciocínio que norteará a análise documental e sua possibilidade de utilização como documento histórico e como vetor de (construção de) memórias em tempo real:

Vale, portanto, pensar o jornalismo como um fenômeno capaz de temporalizar a temporalidade dos demais que a ele recorrem em busca de informações, mas que, todavia, ao adotar a linguagem presentificada (mesmo quando o presente não está em cena) se coloca como uma sucessão permanente de agoras, (...) A sucessão de agoras escolhida pelo jornalismo moderno retira do tempo o próprio tempo do jornalismo, quando consideramos a sua textualidade. Embora seja necessário reconhecer que a historicidade latente de determinados contextos expostos na narrativa jornalística tenha força para temporalizar a temporalidade de todo o texto que se coloque ao lado dele. E é, portanto, pela força do ser no mundo que o jornalismo enquanto fenômeno escapa, eventualmente, do tempo vulgar. (REGO, 2018, p. 155-156)

Nesse sentido, e pensando no jornalismo enquanto fenômeno, é que conseguimos visualizar que a primazia do presente em sua narrativa difere de sua própria expectativa possível (...) Vale, no entanto, ressaltar que o jornalismo carrega a potência de temporalizar os contextos, dotando-os de uma dada temporalidade cuja extensão do presente pode ultrapassar o presente dos que o fazem, tanto do ponto de vista da compreensão e configuração das ações narradas, como do ponto de vista dos narradores. (REGO, 2018, p. 157)

⁴⁶ CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

⁴⁷ REGO, Ana Regina. Articulação temporal e essência narrativa: o jornalismo para além do tempo presente. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 03, p. 149-168, dez. 2018.

Também é possível adicionar ao raciocínio nesse direcionamento com a obra de José Fernando Saroba Monteiro (2018), “Tempo Presente: Entre os métiers do Historiador e do Jornalista.”⁴⁸:

História e Comunicação, além de pertencerem ao campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, também apresentam outras similaridades e cruzamentos diversos. É comum, por exemplo, falarmos em História da Comunicação, História do Jornalismo, História da Imprensa, História dos Meios de Comunicação ou mesmo História da Propaganda, História da Publicidade etc. E não é raro a História se apropriar de recursos da Comunicação, especialmente quanto às fontes, como veremos adiante, além das mídias também já se fazerem presentes no próprio cotidiano do historiador; quando vai redigir um texto, por exemplo, usa um computador e quando vai publicá-lo, um livro – e, praticamente durante todo o tempo, até quando ensina, o historiador recorre a alguma mídia para exercer seu ofício. Dentre as diferentes possibilidades de cruzamentos entre a História e a Comunicação temos a própria compreensão do presente, pois o historiador não só enxerga o presente como resultado do passado, mas também o passado como construção do presente. E como compreender esse presente sem o auxílio da Comunicação, das mídias, das notícias dos jornais, das matérias de revistas, das reportagens de TV, do rádio ou dos artigos e vídeos *on-line* etc.? Além disso, podem os historiadores fazer pesquisas sobre a imprensa, sobre as mídias, sobre a publicidade etc.? Por outro lado, como pode a Comunicação produzir material sem levar em conta a construção histórica, de suas mídias, de suas pautas e de sua própria produção precedente? Também podem os comunicólogos realizar pesquisas sob uma perspectiva histórica? São questões que parecem se responder sozinhas, pela obviedade da necessidade desses entrelaçamentos. (MONTEIRO, 2018, p. 521- 522)

Com toda certeza, uma resposta para essas questões seria a própria História do Tempo Presente, que, muitas vezes, anuncia o acontecimento “do agora” como já pertencente à História e são inúmeros os exemplos: “A saída das operárias da fábrica” projetada pelo cinematógrafo de Auguste e Louis Lumière, em 1895, os discursos inflamados de Hitler, o afrontamento do jovem chinês a tanques de guerra na Praça da Paz Celestial, em 1989, a chegada do homem à Lua, em 1969, o choque dos aviões com as torres do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, as movimentações, a partir de 2010, que culminaram na Primavera Árabe ou mesmo a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, todos são acontecimentos que foram registrados já com a predestinação de serem fatos históricos e, nesse momento, vemos com maior distinção os enlaces entre a História e a Comunicação, entre o saber histórico e as mídias, a capacidade de registro do presente e seu reconhecimento e enquadramento em um contexto mais amplo da História. (MONTEIRO, 2018, p. 526)

Um terceiro ponto de vista a ser considerado como justificativa metodológica do capítulo a seguir e também a ligação feita entre jornalismo e discurso histórico com a memória, ponto inicial de discussão de toda a dissertação (que também será levado em consideração na

⁴⁸ MONTEIRO, José Fernando Saroba. Tempo presente: entre os métiers do historiador e do jornalista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 510 - 539, abr./jun. 2018.

construção deste capítulo) é o trabalho de Bruno Leal Pastor de Carvalho⁴⁹ sobre diferentes possibilidades de memória no trato jornalístico:

Antes de seguir adiante e incorrer em um equívoco conceitual, é importante deixar claro que o “lugar de memória” aqui atribuído ao jornalismo é um tanto diferente da expressão de mesmo nome criada pelo historiador francês Pierre Nora, na década de 1980 em sua monumental obra sobre o tema. Na ocasião, Nora cunhou o conceito para se referir à acumulação quase religiosa de testemunhos, documentos, imagens e todos os “sinais visíveis daquilo que foi” à luz do que já não seríamos. Através da busca de uma identidade inencontrável, estaríamos elegendo lugares simbólicos e monumentalizados a fim de servirem como referência em um mundo que se move rápido demais. Quando se coloca o jornalismo como um “lugar de memória” algumas qualidades do conceito de Nora continuam valendo. Ninguém duvida que o jornalismo seja testemunho ou uma categoria documental que registra um determinado tempo ou espaço. No entanto, para compreendê-lo plenamente enquanto “lugar de memória” é preciso estudá-lo através de duas perspectivas, a partir de duas dinâmicas de seu funcionamento. Uma delas diz respeito a seu poder de presentificação; a outra, de sua capacidade de historicização. A presentificação consiste na capacidade jornalística de problematizar, no presente, fatos passados ou da História. Geralmente são fatos tratados como emblemáticos, caracterizados por uma forte polêmica e envoltos por querelas não resolvidas ou mal explicadas. É digno de nota o voluptuoso apetite de nosso modelo de jornalismo por temas que escapam ao registro do cotidiano ou, de uma maneira mais ampla, do presente. Afinal, a prática jornalística obedece a um “estatuto” amplamente difundido e aceito que diz que sua matéria prima, por excelência, é o reino do presente, do “aqui-e-agora”, do acontecimento ainda quente. (...)Passando agora para o segundo aspecto do jornalismo como “lugar de memória”, temos o fenômeno de historicização dos acontecimentos presentes. Mas o que seria bem isso? Tomando em termos simples seria o processo inverso da presentificação, ou seja, o movimento de já conjugar no passado aquilo que mal deixou se suceder no presente. (CARVALHO, 2006, p. 76 -78)

Se por um lado, a presentificação do jornalismo aparenta estar próxima de esgotar os fatos da história num frenesi memorialista sem precedentes, a historicização, por outro, parece inflacionar a mesma história com tantos eventos do presente. O jornal como um lugar de memória se fundamenta no movimento desses deslocamentos temporais. Se nosso jornalismo não se encarrega de informar apenas, mas de lembrar também, quais as implicações disso para a profissão e para a sociedade? Para o jornalista, trabalhar como um produtor de memória pode atrapalhar em sua função prioritária: informar com a maior objetividade possível. Para aqueles que querem transformar a todo custo o presente em história, sempre apelando para o toque emocional, fica o conselho de rever a questão, pois o jornalismo é ainda o lugar da informação e não de salvação. Por mais que o jornalismo se torne, no futuro, uma fonte histórica importante para os homens, isso só será qualificado enquanto tal a partir das próximas gerações. No que diz respeito à questão da presentificação, especificamente, ela é válida desde que não evoque o passado apenas por

⁴⁹ CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **A percepção do tempo através do jornalismo contemporâneo - A valorização do presente e a demanda de memória no jornal O Globo**. 2006. 109 p. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) - ECA, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

evocá-lo ou apenas atendendo interesses políticos de terceiros. Esta instrumentalização do passado pode ser extremamente danosa. (CARVALHO, 2006, p. 97)

Assim como Bruno Carvalho, o jornal que escolhi como plataforma de observação do Cais do Valongo e do Museu do Amanhã de 2015 a 2019 foi o jornal O Globo. A escolha da plataforma tem dois motivos. O primeiro é o fato do jornal pertencer ao Grupo Globo, da fundação Roberto Marinho que, segundo consta no site do museu é a instituição responsável pela ‘Concepção’ do Museu do Amanhã, e co-patrocinadora do mesmo.

O segundo motivo é evidenciado pelo trabalho de Ana Cristina Costa de Lima e Silva (2017)⁵⁰ que apresenta os esforços pelo jornal O Globo para uma criação do que a mesma chama de “um consenso positivo” sobre o projeto Porto Maravilha (aprovado por lei em 2009, iniciado em 2011, que tem no Museu do Amanhã seu produto final). A autora exemplifica diversos dispositivos de controle de informações sobre as obras do Porto Maravilha para a construção de uma relação do local com uma historicidade ‘apaziguadora’ entre o passado e o futuro no local⁵¹, já pensada em seus estágios iniciais.

A reprodução de padrões internacionais na "revitalização" da cidade, que passa a ter aparência e estrutura muito semelhantes comparativamente com outras metrópoles que passaram por processos de gentrificação, coexiste, no caso do Rio de Janeiro, com um tipo de memorialismo arquitetônico reivindicado pelos empreendedores urbanos. Assim, no Porto Maravilha, foi criado um ambiente propício ao lazer, consumo e entretenimento, desenvolvido, especialmente, a partir de construções como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR). O discurso em torno desses empreendimentos, por exemplo, sustenta a ideia de **vanguarda, futuro, modernidade**. A escolha do arquiteto espanhol Santiago Calatrava, responsável por diversas obras em cidades que adotam o padrão de empreendedorismo urbano como orientação de gestão pública, para pensar o projeto do Museu do Amanhã traduz esse pensamento. Sempre respaldado pela mídia, esse discurso de vanguarda e modernidade pode ser encontrado, recorrentemente, em *O Globo* durante a pesquisa. (SILVA, 2017, p. 80)

Assim sendo, o jornal O Globo, fundado em 1925 é tido em 2018 como o jornal que lidera o mercado em número de vendagem e de assinaturas. Segundo o site da Associação

⁵⁰ SILVA, Ana Cristina Costa de Lima E. **Porto Maravilha: arbitrariedade, mídia e produção de consenso na construção da nova região portuária do Rio de Janeiro**. Orientador: Prof. Dr. Marcio de Souza Castilho. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) - Instituto de Arte e Comunicação Social, UFF, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3826>. Acesso em: 12 jan. 2020.

⁵¹Trabalho apresentado por Leopoldo Guilherme Pio (UNIRIO) intitulado "Presentismo no Porto: a patrimonialização como recurso estratégico no Rio de Janeiro", apresentado no IV Seminário Arte, Cultura e Poder Realizado na UERJ, Agosto de 2019.

Nacional de Jornais⁵², “O número de exemplares impressos e assinaturas digitais registrou avanço de 6,6%, passando de 295.408 em janeiro para 315.044 em dezembro de 2018”.

A plataforma de acesso às reportagens é chamada de “Acervo O Globo”, e segundo a própria definição do site⁵³

O Acervo O GLOBO é um site que permite o acesso à versão digital de todas as páginas e matérias do Jornal O GLOBO desde sua primeira edição, em 29 de julho de 1925. As páginas digitalizadas estão organizadas por edição e podem ser acessadas de duas formas: pela data exata, usando a ferramenta de busca por edição; ou na pesquisa por termos e palavras-chaves. As matérias consistem em fragmentos das páginas digitalizadas, que foram extraídas com o objetivo de facilitar a busca no site e a leitura desses textos, ao serem ampliados na tela. No Acervo O GLOBO você encontrará textos sobre acontecimentos atuais, relacionados a fatos históricos que foram retratados nas páginas do GLOBO ao longo de suas mais de nove décadas de existência.

Começo agora estas análises que são o ponto central do capítulo. As observações feitas aqui não se resumirão apenas se as matérias existem ou em que número existem, mas sim o que falam e como falam. As seguintes análises estão divididas e organizadas da seguinte forma: através de cada ano, estarão dispostas as 10 reportagens analisadas sobre o Valongo, e as 10 analisadas sobre o Museu do Amanhã. De forma que os títulos das reportagens, os autores e as datas de publicação estão expostos nas notas de rodapé, para que o leitor enquanto observa a minha resenha, possa acessar facilmente o autor e o título da matéria, bem como a data que foi publicada. Assim, divido em itens para cada ano, e sub-itens para organizar, dentro do ano, as matérias do Museu do Amanhã e as Matérias do Cais do Valongo.

1. 2015

1.1– Cais do Valongo em 2015 n’O Globo:

“Cais do Valongo” aparece em 35 páginas do jornal em 2015, em 37 matérias diferentes. Com maior quantidade em fevereiro, com 9 páginas.

A primeira matéria⁵⁴ busca passar esclarecimentos sobre o que é o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, e como o mesmo passava na época por um período de incertezas sobre o seu funcionamento. A reportagem mostra que, apesar de receber mais de 3 mil visitantes

⁵² ROSA, Bruno. **O GLOBO cresce em assinantes e lidera mercado de jornais**. [S. l.], 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/component/k2/midia-nacional/16022-o-globo-cresce-em-assinantes-e-lidera-mercado-de-jornais.html>. Acesso em: 2 mar. 2020.

⁵³ O QUE é o Acervo O Globo. **Acervo O Globo**. [S. l.]. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/#sobreAcervo>. Acesso em: 5 mar. 2020.

⁵⁴ IPN chegou a fechar em dezembro. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.734, 3 jan. 2015. Jornais de Bairro, p. 8.

no ano anterior, o IPN tinha chegado a fechar por conta da falta de recursos destinados ao funcionamento do mesmo. Contém uma entrevista com um jornalista que faz parte da equipe técnica do Instituto, afim de revelar sua importância como ponto de partida do Circuito de celebração da herança africana na região, que contém não só o Cais do Valongo e o IPN, como a Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do depósito e o Centro Cultural José Bonifácio. Ainda denota que a prefeitura, através do Cedurp (Companhia de desenvolvimento urbano da região do Porto do Rio de Janeiro), recebeu com preocupação a notícia do fechamento e prometeu assumir certos custos como a limpeza e produção de materiais institucionais visando o total funcionamento do instituto.

A próxima matéria⁵⁵ indica uma atividade do Museu de Arte do Rio com um dia inteiro dedicado ao Cais do Valongo. Segundo o autor, uma exposição, um livro e um documentário serão lançados e discutidos no dia. Todos os produtos finais são resultados de oficinas e palestras realizados no Valongo, pelo grupo de capoeira Kabula Rio.

A terceira reportagem⁵⁶ tem como intuito divulgar a exposição “450 maneiras de amar o Rio” que conta com fotógrafos profissionais e amadores que retrataram o porto carioca, no dia 21 de março. A exposição teve lugar na praça ao lado do Cais do Valongo e contou com imagens da zona portuária que estava em transformação na época com as obras de revitalização Porto Maravilha.

A próxima reportagem⁵⁷ analisada fala sobre o banco de dados da Universidade de Emory, Atlanta, intitulado “Slave Voyages”. O arquivo, que tem em sua composição documentos e registros de diferentes portos do mundo, oferece uma nova análise sobre a quantidade dos africanos aportados no Rio de Janeiro e no Valongo, apontando para a possibilidade de serem mais de 2 milhões de sujeitos em situação de escravidão. A matéria tem entrevistas com Manolo Florentino (único brasileiro envolvido no banco de dados) e David Etis, coordenador do projeto. A matéria indica que, conforme atualizações em relação aos números analisados, o número pode ser alterado novamente. Com uma pintura de Debret sobre a Praça XV, e uma foto do Valongo ao fundo, a reportagem visa anunciar a constante atualização de informações sobre o funcionamento do Cais e da escravidão no estado e no país.

⁵⁵ CASTELLO, José. Prelo: Ao redor do Valongo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.769, 7 fev. 2015. Prosa e Verso, p. 5.

⁵⁶ GOIS, Ancelmo. A transformação do Porto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/a-transformacao-do-porto-563177.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁵⁷ FRANÇA, Renan. O tamanho real da escravidão: Pesquisa americana indica que a cidade recebeu 2 milhões de africanos, o dobro do que era estimado. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.826, 5 abr. 2015. Rio, p. 12.

Na quinta matéria o texto da jornalista⁵⁸ se debruça sobre os materiais encontrados nas escavações arqueológicas realizadas no Centro e Zona Portuária do Rio. Segundo a mesma, as recentes obras de revitalização da área revelaram diversos sítios arqueológicos que permitiram localizar vestígios que ligam diretamente ao passado escravista do Rio de Janeiro. A jornalista oferece certo detalhamento sobre os objetos encontrados, e demonstra o caráter pessoal dos mesmos que, em sua maioria, eram adereços de africanos em condição de escravidão. A autora ainda aponta, que além dos objetos encontrados no Cais, outros sítios arqueológicos na região do centro (Igreja de São Jorge/Biblioteca parque) estão em tratamento, e assim busca abranger os limites de um centro histórico carioca.

A seguinte⁵⁹ faz menção a reinauguração da obra da Praça dos Estivadores, que estava sendo reformada a 4 anos. A autora menciona que o local, assim como o Valongo, faz parte do circuito de herança africana e é o último a ser entregue à cidade. Ainda é mencionado o porquê do lugar ser conhecido previamente como “Largo do depósito”, e seu funcionamento em meio ao mercado de escravos que funcionava no porto.

A sétima reportagem⁶⁰ busca divulgar a exposição localizada no Centro Cultural Justiça Federal no mês de junho até agosto do ano de 2015. A exposição fotográfica tem como ponto de partida o Cais do Valongo, que deu a ideia ao artista Eustáquio Neves de desenvolver através de fotografias representações de memórias de afro-brasileiros, tanto do passado como atuais. A ideia para a mostra ocorreu em um workshop do fotógrafo em 2014, inicialmente com entrevistas e fotografias ao redor do Cais.

A próxima reportagem⁶¹ busca divulgar o projeto “Passados Presentes”, desenvolvido pelas professoras da UFF Hebe Mattos e Martha Abreu e Keila Grinberg da UNIRIO. A matéria denota a preocupação de aproximar turistas e visitantes do passado escravista do Porto através de um aplicativo de celular que complementa virtualmente o Circuito da Herança Africana. Ao demonstrar como o aplicativo funciona e como complementa o circuito cultural a ser explorado

⁵⁸ CANDIDA, Simone. Sítios arqueológicos se multiplicam no Centro: Escavações para obras resultam em achados preciosos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.834, 13 abr. 2015. Rio, p. 14.

⁵⁹ PONTES, Fernanda. Herança africana: antigo Largo do Depósito será reinaugurado após obras no porto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 maio 2015. Gente Boa, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/heranca-africana-antigo-largo-do-deposito-sera-reinaugurado-apos-obras-no-porto.html>. Acesso em: 18 set. 2019

⁶⁰ RUBIN, Nani. Registros de morte e memória: Em “Valongo: cartas ao mar”, em cartaz no CCJF, o mineiro eustáquio Neves exibe fotografias que remetem aos negros africanos trazidos ao Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.897, 15 jun. 2015. Segundo Caderno, p. 3

⁶¹ CANDIDA, Simone *et al.* A escravidão recontada. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 29.952, 9 ago. 2015. Rio, p. 15.

pelo visitante. Com entrevistas com as historiadoras, a reportagem tem como objetivo principal divulgar e incentivar as visitas no local.

O autor divulga na nona reportagem⁶² a primeira edição da corrida “Sim à igualdade racial”, que terá por data o mesmo dia da Consciência Negra. O percurso de 5 km sai dos Arcos da Lapa e encerra no Cais do Valongo. A corrida tem por objetivo lançar a campanha de mesmo nome promovida pela empresa ID_BR e será concluída com debates, apresentação de documentário e expressões artísticas que levam em consideração a divulgação do passado do local. Com entrevista dos empresários que estão por trás da campanha, a matéria busca convidar o leitor a participar da atividade gratuita.

A última matéria⁶³ visa mostrar a ligação da repórter Simone Candida com a divulgação dos achados arqueológicos no centro do Rio durante o processo de revitalização. Além do centro, divulga também a descoberta de outro sítio arqueológico, no aeroporto internacional do Galeão. A repórter tem interesse no caráter pessoal dos objetos encontrados, ao mencionar que tais peças como cachimbos, cerâmicas ajudam na compreensão do funcionamento cotidiano das pessoas que viveram e passaram pelos sítios na época em que faziam parte do funcionamento do Porto e dos Mercados ao seu redor. A autora afirma que liga com periodicidade aos arqueólogos e ao IPHAN, perguntando sobre novidades nas escavações que podem ser publicadas no jornal.

1.2– Museu do Amanhã em 2015 n’O Globo

Museu do Amanhã aparece em 183 páginas do jornal em 2015, em 167 matérias diferentes. Maior quantidade em dez, com 68 páginas.

Na primeira reportagem⁶⁴ de janeiro 2015 analisada, a coluna do autor Ancelmo Gois é dívida em curtos textos de temáticas variadas. Uma destas subdivisões informa sobre a captação de fundos através da Lei Rouanet pela produtora ‘Conspiração Filmes’, para a produção de material a ser exposto no Museu do Amanhã, que tem por assunto a implosão do Elevado da

⁶² TOTTI, Iúri. Inscrições abertas para a primeira edição da Corrida “Sim à Igualdade Racial”, no dia 20 de novembro, no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2015. Pulso, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/pulso/post/inscricoes-abertas-para-primeira-edicao-da-corrida-sim-igualdade-racial-no-dia-20-de-novembro.html>. Acesso em: 23 set. 2019.

⁶³ O PASSADO do Rio presente. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.809, 19 mar. 2015. Primeiro Caderno, p. 2.

⁶⁴ GOIS, Ancelmo. A Coluna de Hoje: "O espetáculo da queda". **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jan. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/a-coluna-de-hoje-559184.html>. Acesso em: 12 set. 2019

Perimetral. O autor ainda aponta o valor captado de R\$ 1.661.424, nomes dos produtores da exposição digital e como a mesma funcionaria.

A segunda reportagem⁶⁵ observada aqui, de junho de 2015 é uma entrevista com a arquiteta Monica Lobo, conduzida pela jornalista Fernanda Pontes para a coluna intitulada “Gente Boa”. Monica Lobo é responsável pelo projeto de iluminação em diferentes pontos da cidade, e viria a assumir o projeto de iluminação no próprio Museu do Amanhã. Quando perguntada sobre o que pretende fazer com o museu nos termos de iluminação, a arquiteta respondeu que aposta nas ‘transparências’ escolhidas pelo arquiteto responsável pelo museu, Santiago Calatrava, e que a iluminação buscaria realçar os ‘vazios’.

Próxima reportagem⁶⁶ se resume a uma foto de um ypê roxo plantado pela prefeitura em frente ao Museu do Amanhã, que tinha acabado de florescer. A foto de J. P. Engelbrecht cobre a fachada do museu e a recém florescida árvore. O autor diz que agora tem “mais um motivo para torcer pelo Museu do Amanhã”, que na época estava sendo concluído para ser inaugurado em dezembro de 2015.

A seguinte matéria⁶⁷ tem a incumbência de transmitir a informação sobre um ingresso comum ao Museu do Amanhã e ao Museu de Arte do rio que, ao ser comprado e computado, oferece descontos na entrada dos dois. Os dois museus são localizados próximos e a medida busca fomentar as presenças de visitantes em abos espaços. O autor ainda coloca a abertura do Museu do Amanhã para novembro de 2015, data inicial da estreia que foi rearranjada para dezembro do mesmo ano.

A reportagem seguinte⁶⁸ avisa sobre a abertura do Museu do Amanhã prevista no dia 17/12 daquele ano, e que a mesma seria realizada com o prefeito Eduardo Paes chegando no evento através das primeiras linhas de VLT - veículo leve sobre trilhos, uma espécie de metrô ao ar livre que vinha sendo construído no centro e região portuária através do consórcio Porto Maravilha. O VLT só viria a ficar pronto em junho de 2016 (a tempo das olimpíadas do Rio),

⁶⁵ PONTES, Fernanda. "Outeiro da Glória podia ter iluminação mais elegante": arquiteta fala sobre monumentos cariocas". **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2015. Gente Boa, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/outeiro-da-gloria-podia-ter-iluminacao-mais-elegante-arquiteta-fala-sobre-monumentos-cariocas.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

⁶⁶ GOIS, Ancelmo. Porto do Rio: o museu e as flores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/porto-do-rio-o-museu-e-flores.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

⁶⁷ GOIS, Ancelmo. Prefeitura cria ‘bilhete único’ para MAR e Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 out. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/prefeitura-cria-bilhete-unico-para-mar-e-museu-do-amanha.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

⁶⁸ GOIS, Ancelmo. O bonde do Paes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 out. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/o-bonde-do-paes.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

entretanto, a linha que levaria o prefeito na estreia do Museu do Amanhã era um dos trechos que foram construídos primeiro. O autor ainda mostra uma lista de todas as “Personalidades Cariocas” que teriam seus nomes colocados nas estações de VLT como forma de homenagem. O autor utiliza de palavras como “Nobre espaço do Rio dedicado às ciências” para se referir ao Museu a ser inaugurado.

A próxima matéria⁶⁹ é informativa sobre a produção audiovisual do cineasta Fernando Meirelles que será exposta pelo Museu do Amanhã. O jornalista aponta que a participação do cineasta foi por intermédio da Fundação Roberto Marinho, “para criar as experiências do Museu”.

A sétima reportagem de 2015⁷⁰ que busca exibir uma escultura doada para o Museu do Amanhã. Segundo a jornalista, a peça foi doada pelo autor Frank Stella para ser exibida na entrada do Museu, já quando o mesmo foi inaugurado. A escultura tem o nome de Puffed Star e é composta por uma estrela de metal de 20 pontas e seis metros de diâmetro. Na matéria o autor da escultura é colocado como um dos mais importantes artistas contemporâneos dos Estados Unidos.

A oitava matéria⁷¹ é de Tiago Rogero e tem como intuito divulgar a apresentação da Orquestra Sinfônica Brasileira que ocorrerá no Museu do Amanhã no dia 20 de dezembro às 20h. O autor indica que a Orquestra irá tocar as trilhas sonoras dos Filmes “2001: a odisseia no espaço” e “De volta para o futuro”.

A seguinte reportagem⁷² mostra os bastidores da semana anterior à abertura do Museu do Amanhã, onde os envolvidos no projeto final do museu e artistas realizaram uma espécie de ‘teste’ das funções que o museu viria a oferecer ao público. A autora cita o nome de algumas celebridades que estavam envolvidos neste “test drive” das opções interativas (visuais, sonoras e de interação com o acervo), e seus respectivos resultados num teste virtual sobre padrões de consumo. Ao denotar este interesse da instituição de colocar este tipo de reflexão em meio ao

⁶⁹ GOIS, Ancelmo. Cineasta prepara espetáculo para o Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 nov. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/cineasta-prepara-espetaculo-para-o-museu-do-amanha.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

⁷⁰ PONTES, Fernanda. Museu do Amanhã terá escultura gigante de artista americano. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2015. Gente Boa, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/museu-do-amanha-tera-escultura-gigante-de-artista-americano.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

⁷¹ ROGERO, Tiago. OSB tocará tema de 'De volta para o futuro' no Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 dez. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/osb-tocara-tema-de-de-volta-para-o-futuro-na-abertura-do-museu-do-amanha.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

⁷² FORTUNA, Maria. Artistas testam 'pegada ecológica' em jogo interativo do Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2015. Gente Boa, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/artistas-testam-pegada-ecologica-em-jogo-interativo-do-museu-do-amanha.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

seu acervo, a reportagem reforça a cobertura sobre o lado digital/virtual que o museu que está recém abrindo vai abordar suas exposições.

A última matéria recolhida para análise de 2015⁷³ tem como objetivo veicular o funcionamento em horários extras na primeira e segunda semana do Museu do Amanhã. Com uma foto central do recém-inaugurado museu o autor convida os leitores a visita-lo fora do horário comercial, que excepcionalmente funcionaria nas primeiras semanas. O autor recomenda fortemente a visita ao museu, que chama de “uma coisa linda”.

2.2016

2.1– Cais do Valongo em 2016 n’O Globo:

“Cais do Valongo” aparece em 44 páginas do jornal em 2016, em 40 matérias diferentes. Com maior quantidade em outubro, com 14 páginas.

A primeira reportagem do ano de 2016⁷⁴ é escrita por Washington Fajardo, arquiteto e urbanista que escreve sobre as olimpíadas da perspectiva de que a mesma acontecerá num país de maior percentual de população negra fora do continente africano. Sendo assim o mesmo busca evidenciar a participação da cultura étnica africana em setores para além dos jogos olímpicos e seu funcionamento, como o cultural, histórico, gastronômico e arquitetônico. Além de criticar uma superficialidade na representação afro-brasileira no evento de abertura dos jogos, o autor aponta o Cais do Valongo e o circuito da pequena África como possibilidade de trabalhar e enaltecer a cultura afro-brasileira a ser apresentada durante os jogos olímpicos.

A segunda matéria⁷⁵ é da autora Simone Candida e busca trazer a público a primeira utilização do aplicativo que, utilizado em conjunto ao circuito de lugares de memória africana no Porto carioca, buscará complementar com informações históricas e sociais as visitas e passeios realizados na área. Desenvolvido por historiadores e turismólogos que trabalham a questão das permanências afro-brasileiras no local, que veem no aplicativo a possibilidade de junto ao turismo aliar conhecimento histórico no local. 18 locais espalhados por toda a região histórica compõem o percurso acompanhado pelo aplicativo.

⁷³ GOIS, Ancelmo. Museu do Amanhã e MAR ficarão abertos até as 20h. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 dez. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/museu-do-amanha-e-mar-ficarao-abertos-ate-20h.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁷⁴ FAJARDO, Washington. As Olimpíadas negras. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.175, 19 mar. 2016. Opinião, p. 21.

⁷⁵ CANDIDA, Simone. Pequena África ganha novas atrações: Roteiro, que será percorrido pela primeira vez no próximo sábado, tem 18 endereços que fazem referência à escravidão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.184, 28 mar. 2016. Rio, p. 14.

A seguinte ⁷⁶matéria vem a público denunciar a presença de traficantes na região portuária, mais precisamente no Morro da Conceição, local próximo a Pedra do Sal. Segundo a reportagem, mais de uma vez houveram troca de tiro com a Polícia que obrigou os comércios da região fechar as portas mais cedo. É perceptível a intenção de demonstrar que a área recentemente passou por um processo de revitalização que atrai públicos diversos ao local. Os autores mencionam o Cais do Valongo como exemplo dessa revitalização e uma possibilidade de visita ao local, que conflita diretamente com os casos de falta de segurança mencionados pelos trabalhadores da região.

A próxima reportagem⁷⁷ busca enaltecer o processo de revitalização da Zona portuária como um todo, e o potencial da obra de representar uma nova visão do carioca sobre o centro de sua cidade. Ao conversar com o presidente da CEDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio), o repórter aposta no novo funcionamento do local com alguns dados como dinheiro investido e quantidade de pessoas a serem atingidas pelo novo público frequentador do local. O cais é mencionado como redescoberto no processo de revitalização.

A quinta reportagem⁷⁸ se utiliza das olimpíadas para traçar um perfil do atleta Cherif Younosse Samba, do vôlei de praia, ao leva-lo por um passeio no Morro da Conceição, Pedra do Sal, Valongo e Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos. Buscando opiniões do atleta sobre semelhanças e diferenças do local com sua terra natal, também denota reflexões do mesmo sobre o passado escravista do lugar e suas opiniões sobre o período. Ao visitar o IPN é mencionado que o atleta é o primeiro a procurar o local durante as olimpíadas.

A sexta⁷⁹ matéria traz uma entrevista com o presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade que critica o plano de governo dos dois candidatos ao segundo turno da eleição municipal de 2016, Marcelo Freixo e Marcelo Crivella. A entrevista transmite a preocupação do presidente do IRPH com a falta de planos claros sobre o que fazer com o próprio instituto e

⁷⁶ WENECK, Antonio; RAMALHO, Guilherme. Tráfico avança em área histórica: Bandidos ameaçam a paz do Morro da Conceição, ponto turístico redescoberto por cariocas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.207, 20 abr. 2016. Rio, p. 13.

⁷⁷ NA ZONA Portuária renascimento: com investimentos de mais de R\$ 8 bilhões, a região, requalificada depois da derrubada do Elevado da Perimetral, foi redescoberta pelos cariocas e deve se tornar uma das âncoras do processo de revitalização da área central da cidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.307, 29 jul. 2016. Rio, p. 14.

⁷⁸ CORRÊA, Marcello. Africarioca: Senegalês de 21 anos visita a Gamboa, berço da cultura negra no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.314, 5 ago. 2016. Esportes, p. 20.

⁷⁹ AMORIM, Suellen. Futuro da gestão do patrimônio histórico do Rio gera preocupação: Presidente do IRPH critica propostas dos candidatos a prefeito para instituto. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.378, 8 out. 2016. O País, p. 6.

o patrimônio histórico e cultural do Rio de Janeiro, evidenciados na reportagem com o exemplo do Cais do Valongo. Ainda oferece uma breve explicação sobre o planejamento dos dois candidatos para a área do patrimônio.

A próxima⁸⁰ matéria é um artigo de opinião sobre a liberdade de ação do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, que segundo o autor pode estar ameaçada ante a eleição municipal e a falta de propostas por parte dos candidatos para tratar do instituto. O autor menciona o Cais do Valongo ao evidenciar que o mesmo já contém um pedido de inclusão do Cais como patrimônio cultural da humanidade, título já cedido à cidade em 2012.

A seguinte⁸¹ tem como intuito divulgar a inscrição do Cais do Valongo junto à Unesco para a obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Após oferecer um panorama sobre a valoração histórica que o local passou a ter desde as obras do Porto Maravilha, a autora entrevista um dos antropólogos envolvidos na formulação do dossiê entregue a Unesco e uma mãe de santo que se mostram otimistas em relação a obtenção do título, dado a importância do mesmo para o Rio de Janeiro e o Brasil.

A nona reportagem⁸² aponta o descaso com o material arqueológico encontrado nas escavações do Porto Maravilha, indicando a impressionante quantidade de mais de 1,5 milhões de itens encontrados e recolhidos que inicialmente seriam tratados, documentados e expostos ao público. O projeto do laboratório que trataria dos itens partiu do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade e envolveria mais de uma universidade não saiu do papel, e os materiais se encontram parados e encaixotados. Com a mudança no comando da prefeitura as incertezas em relação a utilização devida do material aumentam, segundo a autora.

A última reportagem⁸³ de 2016 trata da proposta apresentada ao IPHAN (instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para o tombamento da construção conhecida como Armazém Docas Dom Pedro II, prédio de autoria do engenheiro André Rebouças que fica situado em frente ao Cais do Valongo. A expectativa com o tombamento é a construção de um Museu do Valongo, entretanto no prédio já funcionava a ONG Ação da Cidadania, que

⁸⁰ AUTONOMIA do Rio Patrimônio precisa ser preservada. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.381, 11 out. 2016. Opinião, p. 16.

⁸¹ CANDIDA, Simone. Cais do Valongo, a história em busca de reconhecimento: Unesco visita atracadouro que poderá se tornar Patrimônio da Humanidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.393, 23 out. 2016. Rio, p. 19.

⁸² CANDIDA, Simone. Laboratório de Arqueologia Urbana, uma ideia encaixotada: Projeto de criar espaço para exibir e preservar 1,5 milhão de peças achadas no Porto não deslanchou. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.407, 6 nov. 2016. Rio, p. 33

⁸³ CANDIDA, Simone. Iphan estuda tombar Armazém das Docas, sede da Ação da Cidadania: Instituto quer criar Museu do Valongo e ONG pretende lançar material. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.421, 20 nov. 2016. Rio, p. 15.

questionava a mudança do local de funcionamento. A autora chama atenção ao fato do engenheiro André Rebouças ser negro, o que aumentava o alinhamento de um museu afro-brasileiro no local.

2.2- Museu do Amanhã em 2016 n'O Globo

Museu do Amanhã aparece em 412 páginas do jornal em 2016, em 391 matérias diferentes. Maior quantidade em agosto, com 62 páginas.

A primeira reportagem⁸⁴ colhida para o ano, de janeiro 2016 vem divulgar as atrações dos museus cariocas, que com a recém abertura do Museu do Amanhã oferece uma ampla variedade de exposições e programações. Com a alta da temperatura, o autor sugere as programações de lugares climatizados para escapar do calor intenso. Assim, o autor divulga a possibilidade de com um ingresso acessar aos dois museus do Porto carioca. O repórter indica o caráter interativo que o museu visa ter como criador de experiências, carro-chefe da instituição inovadora.

A seguinte matéria⁸⁵ tem como foco a exposição do Museu do Amanhã intitulada ‘antropoceno’, que tem como foco as atividades humanas e como as mesmas afetam o planeta. Segundo o repórter, a exposição interativa oferece caminhos para se refletir sobre a ação humana no tempo e no espaço. Com entrevista do curador da exposição, o autor chama atenção para a inovação da interatividade do museu, que faz com que o visitante reflita sobre o coletivo e o individual. Ao demonstrar que o antropoceno pode ser considerada uma divisão temporal a ser trabalhada, o mesmo denota a importância da exposição sucesso de público e crítica.

O artigo⁸⁶ escrito por Silvia Finguerut convida ao leitor a uma reflexão sobre o funcionamentos das instituições museais e seu prazo de validade. Prazos estes que são colocados por acidentes (como o incêndio no Museu da Língua Portuguesa em São Paulo), por falta de gestão ou de verba e os efeitos da tecnologia que os tornam ‘obsoletos’. A autora demonstra então que cabe as administrações dos institutos perceber esta dinâmica e através da

⁸⁴ PARA DAR um tempo no sol: Museu do Amanhã, Frida Kahlo, orquestra de computadores... ou como driblar o calor. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.103, 7 jan. 2016. Rio Show, p. 40.

⁸⁵ BAIMA, Cesar. Retrato de onde estamos: Rastros da civilização são ponto central de exposição que busca traçar rumos no planeta. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.110, 14 jan. 2016. Sociedade, p. 22.

⁸⁶ FINGUERUT, Silvia. Museus de ontem, de hoje e de amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.122, 26 jan. 2016. Opinião, p. 15.

adequação as novas demandas se reinventar para continuar com sua proposta de produzir sentido ao tema de seu funcionamento.

A quarta reportagem⁸⁷ tem como objetivo divulgar a exposição “O poeta voador- Santos Dumont”, que conta a história do inventor de forma lúdica e interativa, e visa oferecer participação do público através da história do mesmo. Contando com cinco ambientes e um simulador digital do avião de Dumont, que busca a participação do visitante ao contar a vida de Dumont através de suas invenções e projetos. Com a entrevista de uma criança que interagiu com o simulador e os outros semióforos, a matéria exemplifica o caráter lúdico de aprendizado oferecido no museu.

A quinta reportagem⁸⁸ tem como objetivo divulgar a chegada do navio de pesquisas oceanográficas Vital de Oliveira que, ancorando atrás do Museu do Amanhã, oferece em conjunto com o mesmo uma programação de visitas e exposições ao público, em função das comemorações do centenário da Academia Brasileira de Ciências. Ao colocar aberto à visitação o navio carregado de inovações tecnológicas e científicas fica clara a tentativa de aproximar o tema com o público que se interessa pela visitação. A matéria ainda divulga quais outras instituições participarão da semana de comemoração da Academia Brasileira de Ciências e em quais horários é possível acessá-los.

A seguinte reportagem⁸⁹ busca uma análise sobre os diferentes visitantes do Museu do Amanhã e os hábitos do consumo museal pelos mesmos. Com uma coleta de dados através de entrevistas realizadas com 839 visitantes no início daquele ano, o autor aponta mais uma vez o sucesso de crítica do museu, onde 94% dos entrevistados o recomendariam para um passeio no local. O repórter ainda denota que 10% dos usuários do Museu do Amanhã fizeram ali sua primeira visita a um museu e 59% revelaram que a visita o fez refletir sobre novos hábitos. Também é dividida a amostragem entre de onde vem os visitantes, 41% da capital carioca, 40% de outros estados, 16% de fora da capital e 3% de outros países.

⁸⁷ RAMALHO, Guilherme. Um voo sobre a vida e as obras de Santos Dumont: Milhares de pessoas prestigiam a mostra que conta a história do aviador brasileiro, inaugurada ontem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.214, 27 abr. 2016. Rio, p. 12.

⁸⁸ DE LIMA, Ludmilla. Ciência ao alcance de todos: Museu do Amanhã e navio de pesquisas oceanográficas da Marinha, ancorado na Praça Mauá apresentam nesta semana uma programação voltada para o tema. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.221, 4 maio 2016. Rio, p. 20.

⁸⁹ RAMALHO, Guilherme. No Museu do Amanhã, a primeira viagem: Pesquisa revela que 42% dos visitantes não são frequentadores de museus, sendo que 10% pisavam em um pela primeira vez. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.239, 22 maio 2016. Rio, p. 20.

A sétima matéria⁹⁰ tem como alvo a divulgação das programações que ocorrerão durante os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio. O autor mostra como pontos chave da cidade (Como o Museu do Amanhã) funcionarão em relação ao grande evento esportivo. O autor também perpassa sobre os horários de funcionamento estendidos e como será possível assistir os jogos no museu e ainda sobre como funcionarão o transporte e o fluxo das pessoas na região central. De acordo com o mesmo, tecnologia de ponta do museu será responsável por transmissões dos jogos aos visitantes da “Joia da Zona Portuária” (MAGALHÃES,2016), que esperava receber 120 mil visitantes durante os jogos olímpicos.

A oitava reportagem⁹¹ destaca o a grande quantidade de pessoas que frequentaram a praça mauá e o palco colocado ao lado do Museu do Amanhã durante os jogos olímpicos de 2016. Com uma foto da Praça Mauá completamente lotada durante o show da cantora Elza Soares, a reportagem intenciona o sucesso de visitaçao do Porto durante o evento Olímpico. Com entrevistas com estrangeiros, passistas da escola de samba e transeuntes, a matéria evidencia o sucesso comercial do local.

A próxima matéria⁹² visa noticiar o prêmio recebido pelo Museu do Amanhã chamado Leading Culture Destinations Awards, que segundo o autor é o prêmio mais relevante da área. Os autores apontam que a instituição recebeu o título por conta de diversos fatores como arquitetura, produção cultural e pela aprovação de 90% do público visitante, que recebeu mais de um milhão de pessoas em cerca de nove meses. Com entrevista de um integrante do júri do prêmio, os autores denotam a mudança nas funções e características dos museus no tempo presente, ampliando sua função e seus usos. Ainda mostram um novo planejamento do museu na venda de ingressos para que não se ultrapasse um novo limite de 900 pessoas ao mesmo tempo frequentando a instituição.

Na última matéria recolhida para representar o ano de 2016⁹³, o autor busca levantar os números de acesso ao Museu do Amanhã, já colocado como outro cartão postal da cidade em meio aos pontos mais famosos do Rio. Com entrevistas de frequentadores, o autor elucida a

⁹⁰ MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Rio 2016. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.295, 17 jul. 2016. Rio, p. 9.

⁹¹ BOERE, Natália. Olimpíada em ritmo de carnaval: Integrantes do bloco Escravos da Mauá e da escola de samba Paraíso do Tuiuti desfilam na nova Orla Conde durante festa que foi encerrada com show de Elza Soares na Praça Mauá. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.319, 10 ago. 2016. Esportes, p. 13.

⁹² MILHORANCE, Flavia; MENASCE, Marcio. Museu do Amanhã ganha seu 1º prêmio internacional: 'Oscar' do setor foi entregue em cerimônia realizada em Londres. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.371, 1 out. 2016. Rio, p. 23.

⁹³ BRISO, Caio Barreto. Museu do Amanhã completa um ano com festa na praça: Desde que foi inaugurado, em dezembro passado, equipamento cultural recebeu 1,4 milhão de visitantes; sendo 5 mil só ontem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.450, 19 dez. 2016. Rio, p. 16.

satisfação e elogios ao mesmo. Ainda, o autor demonstra que o Museu do Amanhã é fruto de uma iniciativa da prefeitura e da Fundação Roberto Marinho, com patrocínio do Santander. É mencionado o prêmio recebido pela Leading Culture Destinations Awards em outubro de 2015, e contém uma pequena entrevista com o secretário geral da Fundação Roberto Marinho, Hugo Barreto, sobre os objetivos da instituição.

3. 2017

3.1 – Cais do Valongo em 2017 n’O Globo:

“Cais do Valongo” aparece em 69 páginas do jornal em 2017, em 68 matérias diferentes. Com maior quantidade em julho, com 31 páginas.

A primeira reportagem sobre o Cais a ser analisada em 2017⁹⁴ é o artigo de opinião escrito pela então secretária Nilcemar Nogueira sobre a necessidade da criação de um museu que trate do caráter traumático do tráfico transatlântico de seres humanos que chegavam ao Rio de Janeiro pelo Porto. Segundo a mesma, neste caso o museu teria não só a função de divulgação deste passado, como o poder de ressignificá-lo através da reflexão crítica da importância da cultura africana no Brasil de hoje, através da valorização das influências como religiosidade, culinária, artes, festas e etc.

A segunda matéria⁹⁵ se encontra em um encadernado do jornal sobre um prêmio intitulado “Faz a diferença 2016”, onde a arqueóloga Tania de Andrade Lima foi indicada na categoria “Rio”. A reportagem traça um breve perfil da arqueóloga e como se deu a sua participação nas obras que reencontraram o Cais. Ainda menciona que, com a pesquisa de Tania e os materiais encontrados na escavação, foi possível se inscrever junto à Unesco para a obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, que segundo a autora, seria um reconhecimento da dívida que a sociedade brasileira tem com os africanos trazidos forçosamente ao Brasil. A arqueóloga diz então que o prêmio oferecido a ela, na verdade é destes indivíduos e de seus descendentes.

⁹⁴ NOGUEIRA, Nilcemar. Por um museu sobre a verdade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.484, 22 jan. 2017. Opinião, p. 19.

⁹⁵ SCHMIDT, Selma. Tania de Andrade Lima: Arqueóloga liderou a equipe que encontrou o antigo Cais do Valongo, no Porto, permitindo que a Unesco aceitasse a candidatura do acervo a Patrimônio da Humanidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.497, 2 fev. 2017. Híbrida, p. 2.

A terceira reportagem⁹⁶ de março denuncia a suspensão do convênio da Cedurp (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio) com o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN. Segundo a responsável pelo mesmo, o valor de 6 mil reais mensais para o funcionamento do Instituto não será mais repassado, gerando instabilidade e incertezas sobre o funcionamento do mesmo. A matéria ainda divulga o projeto “Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil” da historiadora Martha Abreu, que em seu percurso/circuito de informações passa também pelo IPN, além do Cais do Valongo.

Na seguinte matéria⁹⁷, assinada pelo antropólogo Milton Guran (responsável pela equipe que documentou o pedido de inclusão do Valongo como Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco), o mesmo discorre um breve histórico sobre o funcionamento do Cais e sua redescoberta pelas obras de revitalização em 2011 e o fato de que um esforço conjunto do meio acadêmico com as entidades representativas Afro-brasileiras permitiu que o local e seu passado tivessem um tratamento mais científico e adequado, evitando que o mesmo ‘desaparecesse’ mais uma vez. O autor mostra que a Unesco avaliará a inscrição do Cais entre os dias 2 e 12 de julho daquele ano, com a grande expectativa de que o título fosse cedido.

A próxima reportagem⁹⁸ noticia o fato de o armazém que armazena os achados arqueológicos do sítio do Cais do Valongo e região teve os seguranças ‘expulsos’ da área por traficantes que se utilizam da região para seus negócios. Com entrevista com o secretário municipal de urbanismo, infra-estrutura e habitação que revela que a segurança do local passou por uma reformulação e procurará evitar o acontecimentos de casos como o noticiado, por investir em uma equipe maior de agentes. O secretário ainda aponta que, para os bandidos, o material que está no armazém não tem valor comercial como um celular e relógios, pelo menos. O presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade Washington Fajardo defende a procura de novos financiadores para o trato com os objetos encontrados na escavação (que custou 1 milhão de reais só para fazer o levantamento do inventário) e defende que o assunto é de importância nacional, para além do Rio de Janeiro.

⁹⁶ CANDIDA, Simone. No Porto, instituto que perserva memória da escravidão pode fechar: Região tem 18 pontos que lembram história da Pequena África. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.549, 28 mar. 2017. Rio, p. 10.

⁹⁷ GURAN, Milton. O desafio de ser Patrimônio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.637, 24 jun. 2017. Opinião, p. 15.

⁹⁸ DE LIMA, Ludmilla. Diáspora africana na Gamboa: Guardas Municipais foram expulsos por traficantes de galpão que guarda peças achadas no Cais do Valongo, que concorre a Patrimônio da Humanidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.642, 29 jun. 2017. Rio, p. 12.

A seguinte⁹⁹ reportagem noticia o resultado da reunião da Unesco que concedeu o título de Patrimônio Cultural Mundial ao Cais. O autor evidencia a participação de outras nações africanas na decisão e constrói um breve histórico do funcionamento do Cais e como foram as escavações de 2011 que o trouxeram à tona. Com entrevistas da presidente do IPHAN e do antropólogo Milton Guran, o autor mostra que o Valongo agora ocupa a mesma posição de outros lugares de memória sensíveis pelo mundo, como Auschwitz e Hiroshima. Uma entrevista com um turista mineiro busca elucidar a falta de divulgação e sinalização sobre o local.

A sétima matéria¹⁰⁰ que busca elucidar quais são as condições do Cais do Valongo quando o mesmo recém recebe seu título mundial da Unesco. Segundo o autor que entrevista alguns frequentadores, a quantidade de lixo no chão do local, vazamentos de água, cercas de aço arrebentadas, e cheiro de urina ajudam o local a não ter muitos visitantes que o acessem. Segundo moradores do bairro, um dos problemas são moradores de rua não assistidos que se instalaram no entorno do Cais. O autor aponta que o Instituto Rio Patrimônio (que tem a incumbência de gerir o Cais) teve a verba que recebia da prefeitura cortada, sem um único centavo para o ano de 2017.

A oitava matéria¹⁰¹ agora busca mostrar os esforços feitos pela prefeitura no dia seguinte da concessão do Título de Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco. A reportagem mostra garis limpando e lavando o local que recentemente tinha queixas de acúmulo de sujeira. A autora ainda denota que este será o próximo desafio do lugar, a sua preservação. Entrevista com superintendente do IPHAN revela os desejos de reforma no lugar, que busca emular o funcionamento do mesmo com água do mar as pedras encaixadas, e melhorar o isolamento do mesmo com gradis mais efetivos e ainda ressalta que o título concedido pode ser retirado caso não receba o tratamento adequado.

A seguinte¹⁰² reportagem ainda julho mostra um aumento nas visitas do Cais após o título da Unesco. Ainda assim, com ressalvas, os turistas e visitantes indicam que o local precisa de placas mais informativas e chamativas, assim como policiamento. A reportagem entrevista

⁹⁹ RODRIGUES, Renan. Para não esquecer o passado: Cais do Valongo é reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural Mundial. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.653, 10 jul. 2017. Rio, p. 6.

¹⁰⁰ RODRIGUES, Renan. Frequentadores reclamam da má conservação do 'santuário': Visitantes encontram lixo e sentem cheiro de urina no sítio histórico. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.653, 10 jul. 2017. Rio, p. 8.

¹⁰¹ BOERE, Natália. Unesco exige 'pequena reforma' no Cais: Pedras de sítio arqueológico devem ser assentadas, e grama substituída por água do mar para que lugar volte a ter aparência do século XIX. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.654, 11 jul. 2017. Rio, p. 12.

¹⁰² RIBEIRO, Geraldo. Após título da Unesco, Cais do Valongo atrai visitantes: Cariocas e turistas, no entanto, reclamam de falta de sinalização, policiamento e informações. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.660, 17 jul. 2017. Rio, p. 10.

não só visitantes como residentes do local, que endossam os pedidos dos turistas. E por fim, indica o projeto “Passados Presentes” com o aplicativo “Pequena África”, que cumpre o papel informativo do local e seu passado, enquanto a prefeitura não resolve o problema.

A última matéria analisada no ano de 2017¹⁰³ reporta que os problemas enfrentados pela conservação do Cais não mudaram com o título da Unesco. Entrevistando Tânia de Andrade Lima, a arqueóloga diz perceber a história do descaso com o lugar se repetir, se referindo a reformas anteriores que não levaram em conta a carga histórica do local. Milton Guran se mostra consternado e reflete que em outros sítios arqueológicos do mundo seria impensável o que acontece com o Valongo e a falta de proteção/iluminação do local. Com uma foto de 5 pessoas em cima das pedras do Cais que ignoraram os cordões de isolamento do local, a reportagem busca transmitir a falta de verossimilhança entre o título e a aplicação do mesmo.

3.2 – Museu do Amanhã em 2017 n’O Globo

Museu do Amanhã aparece em 249 páginas do jornal em 2017, em 246 matérias diferentes. Maior quantidade em agosto, com 31 páginas.

A primeira matéria coletada do ano¹⁰⁴, de março, tem como objetivo enunciar o recebimento do prêmio internacional MIPIM (competição de nível internacional de projetos de construção) na categoria “construção verde mais inovadora” na cidade de Cannes, na França. O prêmio levou em consideração a utilização de energia solar e do uso das águas da Baía de Guanabara no sistema de ar condicionado do museu. Com entrevistas cedidas por José Roberto Marinho (presidente da Fundação Roberto Marinho) e Hugo Barreto (secretário geral da Fundação), o autor aponta a satisfação da instituição com o sucesso já previsto do Museu do Amanhã.

A segunda reportagem¹⁰⁵, de abril de 2017 vem para divulgar o seminário “Ciência para o Amanhã- caminhos da ciência, tecnologia e inovação para juventude” a ser realizado pela Fundação Roberto Marinho (instituição ligada ao Grupo Globo) no dia 11 do referido mês. Os objetivos do evento financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério

¹⁰³ CANDIDA, Simone. Caos do Valongo: Um mês após ter sido eleito Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco, sítio histórico enfrenta problemas como invasões e retirada de pedras, vendidas como souvenir. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.683, 9 ago. 2017. Rio, p. 12.

¹⁰⁴ MUSEU do Amanhã ganha prêmio internacional por inovação verde: Projeto sustentável na Zona Portuária tem reconhecimento em Cannes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.538, 17 mar. 2017. Rio, p. 15

¹⁰⁵ SEMINÁRIO no Museu do Amanhã debaterá Ciência e Inovação: Encontro acontecerá na próxima terça-feira, terá transmissão ao vivo e será aberto ao público. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.560, 8 abr. 2017. Sociedade, p. 32.

de Ciência e Tecnologia são a divulgação dos trabalhos em andamento e o debate entre os pesquisadores inscritos no Prêmio Jovem Cientista, sobre novos caminhos de fazer ciência no Brasil de 2017. O seminário foi transmitido ao vivo e aberto ao público no Museu do Amanhã.

Próxima reportagem¹⁰⁶, de maio de 2017 é uma entrevista com o especialista em comunicação Malcolm Love, que vem ao Brasil para uma competição internacional de divulgação científica chamada FameLab, que ocorre justamente no Museu do Amanhã. A entrevista segue no foco de Malcolm de que a ciência, quando divulgada e propagada de maneira ética e responsável, atingindo todas as esferas da sociedade, só tem a promover melhorias para a mesma.

A reportagem seguinte¹⁰⁷, de junho, denuncia a presença massiva de moradores de rua e ambulantes na Praça Mauá. Com entrevistas, a autora vai demonstrando a insatisfação de comerciantes licenciados (que pagam as taxas junto à prefeitura para ter seu comércio fixados ali) que relatam ter seu público afetado ou pela insegurança causada pelos moradores de rua, ou pelos ambulantes (que não pagam imposto algum) que vendem os mesmos produtos a valores menores. A reportagem mostra que um efetivo de 12 agentes da Guarda Municipal fiscalizam a área, mas não conseguem dar conta de todo o perímetro. Apesar de retirar os ambulantes para não permanecer em frente ao Museu do Amanhã, os mesmos encontram brechas no horário de almoço dos agentes, e durante a noite.

A próxima matéria¹⁰⁸ visa apontar a decisão da Concessionária Porto Novo (formado pelas construtoras OAS, Oderbrecht e Carioca) de suspender a parceria público privado com a prefeitura do Rio, e, conseqüentemente, suspender os serviços de manutenção e limpeza que prestava à Praça Mauá e o Porto Maravilha. Segundo a concessionária, a decisão foi tomada pela falta do repasse de verba da prefeitura desde janeiro. Segundo demonstram os autores, já é perceptível a diferença com pedaços de calçada quebrados e sujeira. A matéria busca apontar quais e onde eram os serviços prestados pela concessionária e que agora serão de responsabilidade prefeitura.

¹⁰⁶ ZARUR, Camila. 'Precisamos da ciência mais do que nunca': Britânico veio ao Rio participar da etapa brasileira da competição internacional científica FameLab, no Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.593, 11 maio 2017. Segunda Página, p. 2.

¹⁰⁷ SCHMIDT, Selma. Ambulantes e moradores de rua se multiplicam: Grupos tomam espaços em região que se estende do Boulevard Olímpico à praça Marechal Âncora. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.631, 18 jun. 2017. Rio, p. 11.

¹⁰⁸ RAMALHO, Guilherme; SCHMIDT, Selma. Crise na revitalização - Porto nem tão maravilha assim: Sem receber desde janeiro, concessionária suspende limpeza e manutenção da região. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.648, 5 jul. 2017. Rio, p. 10.

A seguinte matéria¹⁰⁹ anuncia a exposição intitulada “Holocausto- trevas e luz” que se inicia naquele dia, no Museu do Amanhã. Com pequenas considerações do porque a importância de iniciativas de rememoração do Holocausto judeu (tal como a mostra) nos dias de hoje e entrevista com o gerente de exposições do museu, a reportagem divulga horários, preços e o que esperar da exposição.

A seguinte matéria¹¹⁰ fala sobre a empresa que gerencia o sistema de informações do Museu do Amanhã, chamada Radix. Com entrevistas com o CEO da empresa, a matéria busca elucidar que a companhia investe na formação de seus funcionários, motivo principal da mesma ser das melhores empresas para se trabalhar no Rio naquele ano, com mais de dez mil currículos recebidos. Ao evidenciar relações de trabalho mais horizontais, melhorias no ambiente de trabalho, e investimento na carreira profissional e acadêmica dos empregados, a matéria busca mostrar no que a empresa Radix é diferente das demais, com faturamento do ano anterior de 63 milhões.

A oitava matéria¹¹¹ do dia 15 de novembro torna público a retomada do contrato da prefeitura com a concessionária Porto Novo, que volta a cuidar da manutenção e limpeza no Porto Maravilha até junho de 2018. A reportagem também evidencia o motivo da suspensão do contrato, que foi a falta de pagamento do mesmo, e como a prefeitura angariou os recursos para a retomada do mesmo. Com entrevistas do presidente da Cedurp e de proprietários de food trucks, a reportagem aponta expectativa com melhorias nas fiscalizações e reformas, que estavam deixando a desejar até então.

Do dia 25 de dezembro, vemos esta matéria¹¹² sobre a previsão da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de que a temporada 2017-2018 terá no Rio mais visitantes brasileiros do que estrangeiros. Com entrevistas de turistas brasileiros no Rio, a reportagem passa programações e dicas de lugares a serem visitados, quais destes lugares são recomendados pelos turistas nacionais, entre eles o Museu do Amanhã.

¹⁰⁹ BOERE, Natália. Os horrores do Holocausto no Museu do Amanhã: Exposição tem fotos de famílias judias assassinadas em campos de concentração e objetos de sobreviventes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.669, 26 jul. 2017. Rio, p. 16.

¹¹⁰ TRANSPARÊNCIA ao lidar com equipe: Investimento na valorização dos funcionários põe companhia de volta ao topo do ranking. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.680, 6 ago. 2017. Boa Chance, p. 4.

¹¹¹ MEROLA, Ediane. Porto Maravilha sob nova administração: Prefeitura desembolsa R\$ 150 milhões para socorrer fundo, e concessionária volta a fazer manutenção e obras na região. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.781, 15 nov. 2017. Rio, p. 11.

¹¹² GALDO, Rafael. Verão no Rio deverá ter mais turistas nacionais: Brasileiros vão representar 80% dos visitantes; Violência tem inibido a vinda de estrangeiros. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.821, 25 dez. 2017. Rio, p. 6.

A última reportagem¹¹³ de 2017 colhida aqui visa mostrar a já habitual satisfação dos visitantes da cidade no final do ano, com o adendo de perceber a mudança nos roteiros de visita escolhidos pelo mesmo. Ainda com os destinos da Zona Sul (anteriormente mais frequentados), o autor aponta o crescente interesse no Porto e seus programas culturais, como o Museu do Amanhã, o que indica uma mudança nos hábitos do consumo turístico da cidade.

4- 2018

4.1 Cais do Valongo em 2018 n'O Globo

“Cais do Valongo” aparece em 41 páginas do jornal em 2018, em 36 matérias diferentes. Com maior quantidade em dezembro e março, com 6 páginas.

A primeira reportagem¹¹⁴, de Telma Oliveira busca sugerir roteiros de visitação turística que abranja a história da cidade e de personalidades do Rio. A mesma sugere o Cais e o Jardim Suspenso do Valongo como opção a este estilo de turismo ‘histórico’ que já possui empresas especializadas trabalhando. Ainda perpassa sobre como o Jardim Suspenso foi construído por Pereira Passos em 1906.

A segunda reportagem¹¹⁵, também de março busca tornar pública a iniciativa do projeto “Circuito das memórias afetivas” da Secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos que leva turmas de escolas municipais a visitas de campo na Pequena África que tem como roteiro a participação africana e afro-brasileira no Porto do Rio. O roteiro passou pelo Cais do Valongo, Pedra do Sal, Morro da Conceição e outros sítios históricos e trabalhou com os alunos questões como o pertencimento dos mesmos na história do Rio e do Porto.

A terceira reportagem¹¹⁶ é uma resenha crítica do livro “O crime do Cais do Valongo” de Eliana Alves Cruz, romance policial ambientado no Porto do Rio de Janeiro no século XIV. O resenhista destaca a qualidade da obra que, por se ambientar na região permite que a escritora passe diversos detalhes sobre como era o cotidiano dos africanos e afro-brasileiros que

¹¹³ AMORIM, Diego. Aos olhos dos turistas, o Rio continua lindo: Tempo chuvoso não desanimou os visitantes que já estão na cidade para o réveillon; Muitos deles trocaram atrações tradicionais ao ar livre por museu. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.825, 29 dez. 2017. Rio, p. 12.

¹¹⁴ ALVARENGA, Telma. Segredos e relíquias para descobrir e guardar na memória: Do Jardim suspenso do Valongo a histórias sobre o fantasma de Drummond, roteiros atraem cariocas que querem saber mais sobre o Rio e seus personagens. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.897, 1 mar. 2018. Rio, p. 11.

¹¹⁵ PROJETO leva alunos a pedaços da África no Rio: Estudantes visitam pontos marcantes da época da escravidão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.908, 22 mar. 2018. Rio, p. 20.

¹¹⁶ SIMAS, Luiz Antonio. Herança africana e intriga policial no Rio de João VI. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.980, 2 jun. 2018. Segundo Caderno, p. 5.

compunham a sociedade escravista da época. A maciça representação do indivíduo negro na obra (a autora, os protagonistas e o cenário) se mostram como uma novidade bem trabalhada pela escritora, que busca celebrar o conhecimento e a cultura africana e afro-brasileira.

A próxima reportagem¹¹⁷ aponta uma nova sensação de abandono à recente revitalização nos últimos anos na área. Com exemplos de terrenos abandonados, barricadas feitas por traficantes e várias denúncias de falta de segurança, o repórter aponta que mais uma vez houveram divergências financeiras entre a concessionária que faz a manutenção e limpeza da área (Porto Novo) e a prefeitura, dificultando o acesso aos serviços. O autor ainda menciona que o galpão onde estão guardados os mais de um milhão de peças arqueológicas nas obras do Cais do Valongo e cercanias também sofre com a falta de serviços.

A seguinte matéria¹¹⁸ busca tornar pública a cerimônia religiosa de lavagem espiritual do sítio do Cais do Valongo, organizada pelas lideranças religiosas de matriz africana e a Secretaria Municipal de Cultura. A reportagem explicita que a cerimônia é parte do calendário oficial da cidade desde 2012, e que a de 2018 será especial por conta de marcar um ano do Valongo como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Celina de Xangô, presidente do Centro Cultural Pequena África explica a simbologia da cerimônia, que busca celebrar os antepassados e a cultura dos mesmos.

A sexta reportagem sobre o Cais em 2018¹¹⁹ busca noticiar a disputa jurídica entre a ONG Ação da Cidadania e a Secretaria de Patrimônio da União pelo prédio Armazém Docas Dom Pedro II, o galpão construído por André Rebouças que fica em frente ao Museu do Amanhã. Segundo a reportagem, a construção foi entregue pela Secretaria de Patrimônio da União ao Ministério da Cultura para construir ali um centro de referência da cultura africana no Brasil, que trabalhará de maneira conjunta (acadêmica e cultural) o recém Patrimônio Cultural da Humanidade e seu entorno. Os antigos ocupantes do armazém afirmam que investiram mais de 15 milhões em obras no local, contestando o ‘despejo’. A prefeitura e o IPHAN afirmam que o título dado não corre risco de ser revogado e que estão cumprindo com as exigências de transformação impostas pela Unesco.

¹¹⁷ GALDO, Rafael. Revitalização sob ameaça: Tráfico da Providência expande seus domínios e já controla área da Gaboa. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.997, 19 jun. 2018. Rio, p. 8

¹¹⁸ CANDIDA, Simone. Pais e mães de santo vão lavar o Cais do Valongo: Evento marcará um ano da conquista de título de Patrimônio Mundial. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 31.015, 7 jul. 2018. Rio, p. 14.

¹¹⁹ CANDIDA, Simone. Ação da Cidadania recebe ordem de despejo; galpão sediará museu: Atual sede de ONG, prédio no Porto será integrado ao Cais do Valongo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 31.019, 11 jul. 2018. Rio, p. 11

A próxima reportagem¹²⁰ de 2018 noticia a localização de mais um sítio arqueológico histórico no centro do rio durante as obras do VLT (Veículo leve sobre trilhos), na atual rua Miguel Couto. O sítio seria de uma loja de vendas de escravos, como sugerem anúncios de vendas, alicerces e até mesmo uma bola de ferro encontrados durante as obras. Ainda haveria a possibilidade de mais um cemitério de pretos novos na região, agora junto ao Largo de Santa Rita. A reportagem ainda indica quais serão as próximas obras que podem oferecer descobertas de sítios arqueológicos.

A reportagem seguinte¹²¹ trata da audiência pública realizado pelo Ministério Público Federal sobre quais medidas foram tomados pela prefeitura para cumprir com as exigências da Unesco para o Cais do Valongo, recém tornado Patrimônio Cultural da Humanidade. Segundo o autor, existe uma falta de alinhamento entre as esferas municipais e federais, motivo que atrapalha a realização das adequações impostas pela instituição. O autor frisa que ainda existe a possibilidade do título ser revogado caso nada seja feito até 2019, mas pondera que a construção de um “Museu Nacional do Valongo” não pode ser feito às pressas, dado a necessidade de inclusão de diferentes discursos possíveis.

A penúltima reportagem¹²² recolhida de 2018 fala sobre o auxílio de 500 mil dólares cedida pelo Fundo dos Embaixadores dos Estados Unidos para a Preservação Cultural para a conservação e reforma do Cais do Valongo. Obras nas tubulações, restaurações e substituições nas cercas do sítio histórico são o destino do dinheiro. O cônsul-geral dos EUA apontam o compromisso do país em preservar e divulgar as heranças africanas nas américas. A secretária municipal de cultura tranquiliza quem tema a revogação do título por parte da Unesco, e diz que o fundo cedido é prova do interesse da prefeitura em cumprir com as adequações.

A última matéria¹²³, de dezembro de 2018, relata o enchimento de água no Cais ocasionado por uma tempestade na véspera do natal. Apesar de contar com um sistema próprio de vazão de água, o Cais ficou alagado até a prefeitura realizar a drenagem e limpeza do barro que ficou. A reportagem aponta que em julho do ano anterior aconteceu a mesma coisa, e o local também

¹²⁰ CANDIDA, Simone. Um pedaço do passado debaixo dos trilhos do VLT: Arqueólogos que trabalham em obra do bonde acham no Centro restos de loja de venda de escravos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.048, 9 ago. 2018. Rio, p. 13.

¹²¹ FAJARDO, Washington. Meio e mensagem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.050, 11 ago. 2018. Rio, p. 15

¹²² BOERE, Natália. Ajuda dos EUA aporta no Cais do Valongo: Fundo do governo americano doará quase 2 milhões para refazer sistema de drenagem, restaurar pedras originais e instalar um guarda-corpo em volta do sítio arqueológico. Obras começam em dezembro. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.151, 20 nov. 2018. Rio, p. 14.

¹²³ APÓS virar 'piscinão', Cais do Valongo passa por limpeza: Prefeitura diz que obras serão feitas no sistema de drenagem em 2019. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.187, 26 dez. 2018. Rio, p. 10.

alagou. Segundo a prefeitura, em janeiro de 2019 iniciariam as obras com a renda doada pelos EUA noticiada na reportagem anterior. Ainda segundo a matéria, foi percebido que a inundação moveu algumas pedras de lugar.

4.2 Museu do Amanhã em 2018 n'O Globo

Museu do Amanhã aparece em 162 páginas do jornal em 2018, em 178 matérias diferentes. Maior quantidade em novembro, com 22 páginas.

A primeira reportagem¹²⁴ colhida para análise do ano de 2018 fala do problema, segundo o autor, da presença de muitos vendedores ambulantes (camelô) e como os mesmos contrastam com a área revitalizada das imediações do Museu do Amanhã. Com uma foto de um camelô em frente do terminal de desembarque de cruzeiros, o autor aponta que por toda a cidade a atividade dos vendedores compromete a imagem e os outros comércios licenciados da cidade ante aos turistas. Com dados dos efetivos da guarda civil que tentam conter a atividade dos mesmos, o autor mostra que o número de ambulantes irregulares podem chegar a 40 mil na cidade.

A próxima reportagem¹²⁵ é uma resenha gastronômica do restaurante montado na nave do Museu do Amanhã, chamado Fazenda Culinária. O espaço, segundo a repórter da preferência a alimentos orgânicos e frescos, e que passou por recente reformulação da equipe da cozinha. A repórter conta que chegou ao local de VLT e se impressionou com a vista de frente para a Baía de Guanabara. A mesma avaliou diferentes pratos que custavam cada um de 30 a 60 reais, e disse não ser comum restaurantes tão bons em museus.

A terceira reportagem¹²⁶ visa evidenciar a falta de manutenção e limpeza no local chamado de Boulevard Olímpico que, por conta da falta de alinhamento entre a concessionária Porto Novo e a Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente (Seconserma) sobre quem deve prestar os serviços, são cada vez mais comuns. Com exemplos de pisos soltos, bancos de madeira vandalizados, e bueiros abertos, a autora denota que esta falta de manutenção afugenta visitantes que poderiam gerar renda na área. Uma entrevistada afirma que trouxe a família de outro estado e se sentiu incomodada com a falta de limpeza e algumas fachadas que

¹²⁴ ZONA franca da camelotagem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.834, 7 jan. 2018. Rio, p. 12.

¹²⁵ FRÓES, Luciana. Cozinha afinada em ponto singular. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.895, 9 mar. 2018. Rio show, p. 6.

¹²⁶ CANDIDA, Simone. Fantasma da decadência ameaça a Orla Conde: Mais novo cartão-postal carioca, Boulevard Olímpico sofre com jogo de empurra de autoridades. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.919, 2 abr. 2018. Rio, p. 7.

precisam de reforma. Em nota, o Museu do Amanhã afirmou que a responsabilidade é da concessionária, aprovada pela prefeitura.

A quarta matéria¹²⁷ recolhida do ano de 2018 é de maio e aponta diferentes usos possíveis para o Museu do Amanhã. A reportagem mostra a alta na procura do Boulevard Olímpico (incluindo o museu) pelos praticantes da modalidade *street* do skate, e como os mesmos buscam utilizar e preencher o local. Segundo os entrevistados, o local vem sendo escolhido por contar com diferentes possibilidades de ‘circuito’ para o praticante percorrer, segurança e a facilidade de serviços como lanchonetes e restaurantes, além da localização no centro da cidade. A reportagem denota várias possibilidades de uso da área do Museu e seu entorno, mesmo que não tão convencionais.

A próxima reportagem¹²⁸ visa divulgar mais uma vez a suspensão dos serviços de limpeza e manutenção do Boulevard Olímpico por parte da concessionária Porto Novo, novamente por falta do pagamento da prefeitura, que assumiu os serviços. Transeuntes apontam que pilhas de lixo já são percebidas em alguns locais próximos ao Museu do Amanhã e dos armazéns, e o potencial aparecimento de roedores e insetos. Os jardins sem poda também são criticados. Novamente, em meio a suspensão dos serviços da concessionária, os comerciantes da área temem a perda de clientes.

A seguinte reportagem¹²⁹ busca mostrar o Museu do Amanhã, que durante a copa do mundo de 2018 em parceria com a Rede Globo exibiu os jogos num telão no museu com a tecnologia 8K. Segundo o autor, a tecnologia é a sucessora da utilizada atualmente e as exposições serviram de testes e experimentações para a empresa que busca expandir futuramente neste direcionamento. A reportagem marca que o Museu do Amanhã exibiu os jogos da copa ao público.

A sétima reportagem¹³⁰ se refere ao Incêndio no Museu Nacional ocorrido no mês de setembro de 2018 como ponto de partida para um aumento expressivo nas visitas de outros museus naquele mesmo mês. Os autores identificaram que números de visitas a instituições

¹²⁷ BOERE, Natália. Museu de dia, skate à noite: Depois de atrair multidões com atrações culturais, Praça Mauá vira point, após o pôr do sol, de manobras radicais e de praticantes da modalidade *street* do Brasil todo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.974, 27 maio 2018. Rio, p. 16.

¹²⁸ RODRIGUES, Renan. Manutenção começa a ter problemas: Após saída de concessionária, lixeiras ficam cheias e jardins já dão sinais de abandono. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 31.006, 28 jun. 2018. Rio, p. 10.

¹²⁹ COPA serve de teste para novo padrão de transmissão de TV: Tv Globo exibe em museus jogos em 8K e experimenta sucessor da tecnologia digital. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 31.022, 14 jul. 2018. Economia, p. 19.

¹³⁰ ALFANO, Bruno; BRISO, Caio Barreto. Em busca do tempo perdido: Após tragédia, cariocas resolvem aproveitar feriado para visitar acervo de museus. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.078, 8 set. 2018. Rio, p. 13.

museais cresceram com o choque causado pela perda do Museu Nacional. Com diversas entrevistas de pessoas dentro e próximos a museus do centro, como o Museu do Amanhã, os autores mostram exemplos que decidiram visitar um ou mais museus motivados pela noção de que os acervos podem desaparecer eventualmente.

A próxima matéria¹³¹ discorre sobre a produção da mostra que será exibida no ano seguinte intitulada “A comida do amanhã”, no Museu do Amanhã. Segundo a reportagem, cientistas estão trabalhando a maneira de apresentar diferentes conceitos de alimentação que deveremos seguir com um planeta superpopuloso, e as dificuldades acarretadas por estas ressignificações que serão necessárias para a subsistência humana face a escassez alimentar que pode ocorrer.

A nona reportagem¹³² busca tornar público o festival Mulheres Pelo Mundo, que trouxe ao Museu do Amanhã e Praça Mauá uma extensa programação de debates, shows e ativismo. Pela primeira vez no Brasil, o festival busca diversificar o público e as artistas participantes.

A última reportagem¹³³ de 2018 sobre o Museu do Amanhã busca transmitir a ideia de que doações a museus e centros culturais podem ser abatidos do Imposto de Renda. A repórter explica que a porcentagem doada pode chegar a 6% do I.R. e foi a maneira encontrada para tentar reverter fundos para o setor cultural, último lugar nas dotações orçamentárias do governo federal. A repórter aponta quais instituições podem ser beneficiadas pela iniciativa e de que maneira pode ser feito.

¹³¹ TORRES, Bolívar; RUBIN, Nani. Adivinhe o que vem para o jantar: Como alimentar um mundo com 10 bilhões de bocas? Insetos ricos em proteína, lavouras biodiversas, tesouros no fundo dos oceanos e alimentos sintéticos são algumas soluções propostas por cientistas para que a humanidade não morra de fome. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.120, 20 out. 2018. Segundo Caderno, p. 1.

¹³² FESTIVAL Mulheres Pelo Mundo (WOW) leva shows e debates gratuitos à Praça Mauá: Artistas, ativistas e intelectuais participam do evento, que tem entre atrações Karol Conka e Dona Onete. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.148, 17 nov. 2018. Segundo Caderno, p. 8.

¹³³ NOBREGA, Barbara. Seu Imposto de Renda pode virar cultura até o dia 28: Cidadão comum tem direito de deduzir 6% do IR para apoiar museus e instituições pelo país. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.183, 22 dez. 2018. Segundo Caderno, p. 8.

5. 2019

5.1 Cais do Valongo em 2019 n'O Globo

“Cais do Valongo” aparece em 8 páginas do jornal em 2019, em 18 matérias diferentes. Com maior quantidade em novembro, com 2 páginas.

A primeira reportagem de 2019¹³⁴ sinaliza a mudança na Secretaria municipal de Cultura, onde a secretária Nilcemar Nogueira deixa o cargo para assumir o projeto de um Museu da História Afro-Brasileira. Quem assume a secretaria é Mariana Ribas, diretora da Ancine. Segundo Nilcemar, sua saída já era prevista e a mesma busca naquele ano concentrar seus esforços no Museu que já era um projeto que a mesma estava desenvolvendo. A jornalista menciona que a instituição ficaria sediada no Armazém Docas Pedro II, em frente ao Cais do Valongo, e funcionaria como um centro de referência e estudos do Cais e de toda Pequena África. Ainda é mencionado um certo descontentamento de certos setores do projeto com a sigla MEL (Museu da Escravidão e Liberdade), e o impasse da liberação do imóvel do armazém que foi conseguido junto ao extinto Ministério da Cultura e ainda não estava liberado.

A próxima reportagem¹³⁵ é uma pequena nota sobre a venda dos direitos do livro “O Crime do Cais do Valongo”, da escritora Eliana Alves Cruz para ser transformado em filme pela produtora TV Zero. Segundo o autor, além dos atores, um acordo prevê uma maioria de pessoas negras nos diversos setores da produção da obra.

A seguinte matéria¹³⁶ evidencia a aprovação de um projeto de lei pela Câmara Municipal do Rio no mês de maio de 2019, que tratava buscar reparações a região de 1,13 km quadrados conhecida como Pequena África, que foi repassada para análise do prefeito Marcelo Crivella. Feita pelos vereadores Fernando Willian do PDT e Teresa Bergher do PSDB, a lei busca reconhecimento e reformas municipais na área. Entretanto, como denota a entrevistada Merced Guimarães, diretora do IPN, a lei dá margens para remoções de residências no local demarcado, o que não poderia acontecer, e que a luta por este passado não poderia punir estas pessoas.

¹³⁴ AUTRAN, Paula. Troca-troca na Secretaria municipal de Cultura do Rio: Mariana Ribas assume o cargo de Nilcemar Nogueira, que vai se dedicar ao Museu da História Afro-Brasileira. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.239, 16 fev. 2019. Segundo Caderno, p. 4.

¹³⁵ GOIS, Ancelmo. Cais do Valongo, o filme. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.306, 24 abr. 2019. Rio, p. 14.

¹³⁶ RODRIGUES, Renan. Pequena África, joia do Rio, pode ter proteção da lei: Texto, que aguarda análise do prefeito, prevê a demarcação da região e ações como a criação de um memorial. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.338, 26 maio 2019. Rio, p. 15.

A próxima reportagem¹³⁷ busca fazer um apanhado dos ligares da cidade que o autor considera estarem sem manutenção, que o mesmo considera como descaso de autoridades. Segundo o mesmo, alguns pontos vêm chamado atenção de maneira negativa dos moradores e turistas. A crítica com a campanha publicitária do governo municipal que diz “Fazer a coisa certa” chama atenção do autor pelos motivos que o mesmo listou. O Cais do Valongo aparece na reportagem dizendo que, por mais que o local devesse ser preservado com “cuidados dedicados a um panteão”, o que era visto na mídia estrangeira eram as pichações e lixos acumulados no lugar.

A seguinte reportagem¹³⁸ busca divulgar o evento Mostra de Cinema Narrativas negras, que busca homenagear Mãe Celina de Xangô, sacerdotisa consultada para identificar os objetos sagrados encontrados nas escavações do do Cais do Valongo. A mostra buscará discutir oralidade, matriarcado e religiosidade, através de debates com a homenageada, jornalistas e pesquisadores da área.

A próxima reportagem de 2019¹³⁹ busca denunciar que, mesmo apesar de 2 anos do título da Unesco recebido, as reformas exigidas pela instituição estão longe de estarem concretizadas. Aponta mau estado das poucas placas indicativas, a não existência da iluminação e paisagismo especial e do centro de referência que estava planejado para o Armazém Docas Dom Pedro II, em frente ao Cais. Com entrevistas das professoras Martha Abreu e Monica Lima que demonstram preocupação com a revogação do título e o fato do local ainda não apresentar condições mínimas de um sítio arqueológico. A repórter aponta a exoneração de Nilcemar Nogueira da Secretaria de Cultura pelo prefeito Marcelo Crivella e a elaboração do projeto inicial em outro cenário econômico da prefeitura como motivos para um receio ainda maior.

A sétima matéria publicada de 2019¹⁴⁰ colhida aqui é uma resenha do primeiro livro da trilogia “Escravidão” de Laurentino Gomes, feita pela autora do romance histórico “O Crime do Cais do Valongo”, Eliana Alves Cruz. A crítica aponta acerto do autor em não utilizar de apropriação do olhar do negro em situação de escravidão, e sim dos conjuntos externos que

¹³⁷ SELEME, Ascânio. Fazendo a coisa certa. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.342, 30 maio 2019. Opinião, p. 3.

¹³⁸ RELIGIÃO, oralidade e matriarcado. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.358, 15 jun. 2019. Jornais de Bairro, p. 16

¹³⁹ DE LIMA, Ludmilla. Dois anos após título da Unesco, Valongo tem pouco a celebrar: Cais não ganhou ainda iluminação, museu e centro de interpretações previstos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.383, 10 jul. 2019. Rio, p. 19.

¹⁴⁰ CRUZ, Eliana Alves. A coragem de encarar o passado nos olhos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.428, 24 ago. 2019. Segundo Caderno, p. 3.

sustentavam as estruturas do sistema escravocrata, como motivações causas e efeitos. Segundo Eliana, a obra permite analisar as dinâmicas do sistema escravocrata pelo mundo e sugere novas aplicações para o futuro do tema, como a humanização dos sujeitos em condição de escravidão.

A oitava reportagem de 2019¹⁴¹ visa informar sobre o novo investimento recebido pelo Cais do Valongo, por meio da iniciativa privada (empresa chinesa State Grid Brazil Holding), no valor de 2 milhões de reais. O investimento será aplicado na iluminação cênica do monumento, afim de se mostrar um ‘museu a céu aberto’. As obras devem se iniciar em dezembro para ser entregue em agosto de 2020, ano que a Unesco avaliará se as exigências feitas em 2017 já foram realizadas para continuar com o título da instituição. O autor aponta que o Cais está em obra desde fevereiro daquele ano, financiada pelo fundo diplomático dos EUA que tem como objetivo fixação das pedras e escoamento do local.

A nona reportagem¹⁴² busca expor um inquérito instaurado em maio daquele ano pela Polícia Federal, que tem como função apurar a deterioração por armazenamento incorreto dos materiais arqueológicos levantados nas obras do Cais do Valongo e arredores. Os materiais que se encontram encaixotados num galpão no Porto sem a infraestrutura mínima de armazenamento de peças arqueológicas. Segundo arqueólogos que denunciam a falta de zelo com os objetos, os mesmos estão ao alcance de chuva e sol, com mofo e ferrugem. A notícia aponta que a licitação para a construção de um Laboratório de Arqueologia Urbana (LAAU) que trataria e exporia os objetos, nem chegou nem a ser lançada. O procurador Sérgio Suiama, ao lado de Tânia de Andrade Lima, lutam judicialmente para que os objetos sejam entregues à tutela da UERJ, para evitar que se percam por completo.

Encerramos o ano de 2019 nas notícias sobre o Valongo com a notícia¹⁴³ que o Ministério Público Federal intimou a União e a Fundação Palmares a apresentar em menos de um mês um cronograma de construção para o centro de referência da Herança Africana, a ser desenvolvido com as peças arqueológicas no Galpão Docas Dom Pedro II, ainda ocupado pela ONG ação da cidadania. Existe a ação civil pública para retirar a ONG de lá, feita no ano anterior, mas até então nada havia sido feito e a ONG se recusava a sair do espaço sem ter outro destino arranjado pela prefeitura. Em meio às disputas judiciais, o presidente do Conselho

¹⁴¹ MACIEL, Matheus. Cais do Valongo terá sinalização e iluminação cênica: Intervenções, com recursos privados, começam em dezembro e devem ficar prontas até agosto. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.453, 24 ago. 2019. Rio, p. 20.

¹⁴² TEIXEIRA, Mariana. A História que ninguém vê: Sete anos após escavações, objetos achados no Valongo estão em caixas e correm risco. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.500, 4 nov. 2019. Rio, p. 8.

¹⁴³ TEIXEIRA, Mariana. MP cobra ações sobre construção de centro de herança africana: Espaço que vai expor peças achadas no Valongo deveria ficar pronto em dezembro, mas não foi licitado. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.501, 5 nov. 2019. Rio, p. 18.

Estadual dos Direitos dos Negros Negro Ogun afirma ser desrespeitosa a falta de iniciativa e falta alinhamento entre as esferas para que o projeto aconteça.

5.2 Museu do Amanhã em 2019 n'O Globo

Museu do Amanhã aparece em 128 páginas do jornal em 2019, em 147 matérias diferentes. Maior quantidade em agosto, com 20 páginas.

A primeira reportagem¹⁴⁴, de março de 2019 já evidencia a continuidade na falta de manutenção do Boulevard Olímpico, com ruas esburacadas, bueiros e lixeiras abertos ou destruídos. A preocupação continua com a imagem do local ante os moradores e turistas, que somente de navio chegaram 45 mil no período do carnaval. A reportagem ainda indica as recorrentes trocas de responsáveis pelos serviços entre a concessionária Porto Novo (até junho do ano anterior) e a prefeitura, que assume quando o pagamento a concessionária é suspenso.

A segunda matéria¹⁴⁵ busca divulgar a experiência imersiva “Cosmos”, em exibição no Museu do Amanhã em conjunto com as outras seções “terra”, “antropoceno”, “amanhã” e “Nós”. A matéria expõe que a seção “Cosmos” busca exhibir, através de projetores que ilustram de galáxias a átomos a conexão entre a origem dos seres vivos e o resto do universo. Divulga datas e horários de funcionamento da mesma.

A próxima reportagem¹⁴⁶ busca divulgar o evento “Educação 360 Jovem Tech” que acontecerá no Museu do Amanhã e busca discutir novas abordagens para educação e ensino. Discussões estas compostas por especialistas e estudantes onde todos os lados serão ouvidos igualmente e serão debatidas experiências de ensino e aprendizado, do ensino fundamental ao médio. O fator tecnologia e novas abordagens também são ingredientes da discussão, que busca abarcar a tecnologia e não abafá-la. O evento é uma realização do Grupo Globo, jornal Extra, Sesi entre outros.

¹⁴⁴ BARBOSA, David; SCHMIDT, Selma. Chegada de turistas a ver navios: Porto esburacado e abandonado recebe 45 mil visitantes para a folia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.256, 5 mar. 2019. Rio, p. 7.

¹⁴⁵ VIAGEM pelo espaço sem sair do lugar: Museu do Amanhã ao Mast, os caminhos que levam ao céu. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.266, 15 mar. 2019. Rio Show, p. 20.

¹⁴⁶ ENCONTRO debate hoje educação e tecnologia: Realizado no Museu do Amanhã, o Educação 360 Jovem Tech reúne estudantes e especialistas para discutir soluções para a aprendizagem baseadas em novas mídias, que 'devem vir acompanhadas de estratégia maior'e. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.266, 15 mar. 2019. Sociedade, p. 27.

A quarta¹⁴⁷ reportagem procura evidenciar uma pesquisa que revela o perfil de consumo e acesso de brasileiros aos Museus. A matéria mostra que, segundo a pesquisa do Oi Futuro, no Brasil a ideia que se tem de museu não caminha junto com a ideia de tecnologia e inovação, e a maioria pensa automaticamente a um prédio histórico de arquitetura clássica. Preocupada com o distanciamento da população com novos formatos museológicos e sua aproximação as tecnologias de informação. Também salienta que esta tecnologia nos Museus não estão resumidas a somente ‘apertar botões’, que a interatividade é mais do que isso. A reportagem usa uma ilustração e um exemplo do Museu do Amanhã como estes novos tipos de museologia.

A seguinte reportagem¹⁴⁸ visa mostrar usos alternativos aos museus e seus espaços físicos. Utilizando do exemplo do Museu do Amanhã que oferecia aula de *yoga* no local e aulas de dança e *tai chi chuan* no Museu de Arte do Rio para debater novos domínios para os museus, a reportagem divulga tentativas de abordagens dos museus a novos frequentadores, afim de demonstrar o potencial da instituição para além das formas convencionais, que já não se mostram tão efetivas em atrair público.

A sexta matéria¹⁴⁹ revela que o funcionamento do Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio e Cidade das Artes estão comprometidos pelo encerramento do contrato de funcionamento e da falta de sinalização da prefeitura em renová-los. A repórter aponta que o Museu do Amanhã, mesmo sendo o mais visitado do Rio e da América Latina tem o contrato com a empresa que faz a gestão confirmado até novembro, ainda sem um posicionamento claro se será renovado por conta de cortes financeiros da prefeitura para a área. Cerca de 200 pessoas da sociedade civil se organizaram e escreveram uma carta ao prefeito Marcelo Crivella, alertando do risco de fechamento do mesmo e como isso afetaria a economia da cidade.

A seguinte matéria¹⁵⁰ trata sobre o lançamento do edital de licitação para concessão do Museu do Amanhã por empresas da iniciativa privada. Com o fim do contrato da prefeitura com o IDG (instituto de Desenvolvimento e Gestão, órgão da prefeitura responsável pela

¹⁴⁷ GOBBI, Nelson; ALVARENGA, Telma. Quem vive de futuro é museu: Pesquisa mostra que o brasileiro não vê muita graça neles. Mas, no Dia Internacional dos Museus, especialistas dão ideias para espanar a má impressão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.330, 18 maio 2019. Segundo Caderno, p. 1.

¹⁴⁸ DE LIMA, Ludmilla. Um museu de grandes novidades: de ioga a serestas: Conectadas ao mundo além das salas de exposição, instituições atraem visitantes com atividades fora do lugar comum. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.394, 21 jul. 2019. Rio, p. 19.

¹⁴⁹ DE LIMA, Ludmilla. Com museus e Cidade das Artes em risco, cariocas se mobilizam: Em carta a prefeito, Juntos Somos + Rio manifesta preocupação com possível fim de contratos que ameaçaria cena cultural carioca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.433, 29 ago. 2019. Rio, p. 16.

¹⁵⁰ ALTINO, Lucas. Prefeitura fará concessão de 15 anos para o Museu do Amanhã: Em edital que será lançado hoje, município permite que vencedor de licitação aumente o valor do ingresso. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.452, 17 set. 2019. Rio, p. 13.

gerência do Museu do Amanhã até novembro daquele ano) a prefeitura decide passar o museu e seu funcionamento para a administração privada, a ser escolhida por meio da licitação. O contrato será de 15 anos, e prevê que o preço do ingresso e outros serviços possam ser ajustados pela empresa que assumir. O prefeito afirma não haver risco do mesmo parar de funcionar nem temporariamente, que caso o edital não seja preenchido, o contrato atual com a IDG seria prorrogado.

A oitava reportagem¹⁵¹ busca mostrar que o Museu do Amanhã alcançou a marca de quatro milhões de visitantes, quatro anos após sua abertura. A professora que levava seus alunos no museu e recebeu a marca de visitante de número 4.000.000 levava seus alunos afim de refazer a imagem dos mesmos de que museus seriam ‘lugares antigos’. Outro ponto da reportagem é o anúncio da prorrogação de um ano do contrato da concessionária do Museu do Amanhã, o IDG. Como mostrado anteriormente, a prefeitura tentou via licitação transferir para a iniciativa privada o museu, mas ainda não obteve êxito e prorrogou o contrato da atual mantenedora, enquanto procura a próxima.

A nona reportagem¹⁵² busca tornar pública uma manifestação ocorrida em frente ao Museu de Arte do Rio naquele novembro, após desde outubro o mesmo sofrer diversas baixas no corpo técnico e de funcionários do museu pelo não repasse de verbas pela prefeitura. O Museu do Amanhã, que também sofria do mesmo mal, teve funcionários no protesto que já tomava toda a Praça Mauá. Com o protesto, foi conseguida uma conversa com o secretário municipal na tentativa de reverter as demissões de boa parte dos funcionários.

A última matéria¹⁵³ de 2019 fala sobre o aniversário de 4 anos do Museu do Amanhã, acontecendo em um momento delicado onde havia o risco de fechamento do mesmo por falta de dinheiro. A reportagem indica que o mesmo recentemente teve o contrato com sua concessionária prorrogado por um ano até encontrar a nova na iniciativa privada via licitação. Até então, a prefeitura só tinha disponibilizado metade do orçamento dedicado ao museu. Para o ano seguinte, o diretor presidente da IDG (Instituto de desenvolvimento e gestão,

¹⁵¹ MORAIS, Gabriel. Museu do Amanhã chega a quatro milhões de visitantes: Professora, que marcou recorde, ganhou troféu. Prefeitura prorrogará por um ano contrato com gestora do espaço cultural. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.516, 19 nov. 2019. Rio, p. 21.

¹⁵² GOBBI, Nelson. 'Abraço' pede a manutenção do MAR: Museu sediou, ontem, manifestação de artistas, curadores, colecionadores, galeristas e membros da sociedade civil; reunião entre OS e secretário de Cultura, hoje, pode suspender o aviso prévio dos funcionários. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.523, 26 nov. 2019. Segundo Caderno, p. 6.

¹⁵³ GOBBI, Nelson. Museu do Amanhã comemora quatro anos com novo fôlego: Organização social teve contrato renovado até 2020 e, além da programação, planeja como manter contas no azul, já que município não fará mais aportes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.539, 12 dez. 2019. Rio, p. 13.

concessionária do Museu) previa um orçamento de 32 milhões, contando com doações, bilheteria e patrocinadores.

A partir destas análises, com as informações retiradas delas confeccionei as seguintes tabelas para ilustrar a quantidade de reportagens conforme o passar dos anos. Organizadas uma pela quantidade de páginas publicadas, e outra pela quantidade de matérias publicadas. Se a quantidade de matérias naquele ano forem maiores que o número de páginas, é porque na página que o termo aparece, ele aparece mais de uma vez:

Tabela 1-QUANTIDADE DE PÁGINAS PUBLICADAS ATRAVÉS DOS ANOS		
	MUSEU DO AMANHÃ	CAIS DO VALONGO
2015	183	35
2016	412	44
2017	249	69
2018	162	41
2019	128	8

Tabela 2- QUANTIDADE DE MATÉRIAS PUBLICADAS ATRAVÉS DOS ANOS		
	MUSEU DO AMANHÃ	CAIS DO VALONGO
2015	167	37
2016	391	40
2017	246	68
2018	178	36
2019	147	18

Podemos perceber noticiados no jornal, através do passar destes cinco anos permanências e divergências entre os dois monumentos da Zona Portuária. Como permanências, através das notícias, podemos denotar os eventos de grande porte que passaram pela cidade do Rio de Janeiro durante o recorte escolhido: em 2015, a abertura do Museu do Amanhã é percebido em notícias de ambos os monumentos (Cais e Museu). Em 2016, as olimpíadas são perceptíveis através das reportagens, tanto para o Cais como para o Museu. Em

2017, o título de patrimônio cedido pela Unesco ao Cais atinge a Zona Portuária de maneira geral.

Outra similaridade entre os dois monumentos, apontados pelas reportagens, é a reclamação constante quanto a manutenção e limpeza dos locais. A falta de alinhamento entre os poderes municipais, estaduais e federais na organização, manutenção e funcionamento dos dois é apontada como o principal fator de risco à continuidade dos patrimônios culturais aqui estudados.

Capítulo III- Dissonâncias *In Loco* e o futuro do Porto Maravilha

Para dar início ao 3º e último capítulo da dissertação, utilizaremos artigos, dissertações e teses produzidos sobre a Zona Portuária, Museu do Amanhã, Valongo e seu funcionamento. Tal conjunto de textos tem em comum serem oriundos de trabalhos de campo *in loco* ou da documentação gerada pelas obras, material que ajuda a complementar o debate sobre o que está sendo produzido no âmbito acadêmico brasileiro sobre os objetos nos últimos anos, como explicitado na introdução.

Inicialmente, sobre o projeto de revitalização e sua correlação com os usos de memória no porto carioca, temos o artigo de Marcia Leitão Pinheiro e Sandra Sá Carneiro, publicado na Revista Estudos Históricos de 2016¹⁵⁴. Ao tratar diretamente do projeto de revitalização intitulado “Porto Maravilha” e diferentes apropriações de um discurso de patrimonialização da área, as autoras se remetem à análise do Cais do Valongo afim de investigar quais são os agentes envolvidos nessa multiplicidade de narrativas em jogo.

Em 2011, com as obras de escavações, apareceram os sinais do Cais da Imperatriz sob o qual estava o Cais do Valongo, que passou a ser o lugar-chave para a elaboração do Circuito da Celebração Africana. Tem sido dito que ele foi “encontrado”, como se fosse por acaso, mas sua localização não era desconhecida por pesquisadores. Há na Praça Jornal do Comércio, situada na avenida Barão de Tefé, um obelisco no qual consta uma placa com a indicação de que no subsolo estaria o antigo cais. Cabe explicitar que o ato de “desenterrar” o Cais do Valongo não constava do planejamento inicial (PINHEIRO; CARNEIRO, 2016 p. 71)

O artigo se divide em partes afim de situar o leitor histórica e cronologicamente no funcionamento da zona portuária carioca antes e depois das obras que culminaram com a ‘redescoberta’ do Valongo e das ossadas que vieram a se transformar no IPN, Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos. A abordagem patrimonial da área permite conhecer o funcionamento e objetivos das obras de revitalização, iniciadas em 2009, e que tem como objetivo reformular as relações entre a população e o local. Os vetores econômicos e culturais fazem parte do projeto de maneira geral, com ênfase na possibilidade de funcionamento de novos comércios e geração de empregos e serviços.

O projeto de revitalização ainda compreende um eixo cultural, sendo previstos o incentivo à prática de negócios e a produção de emprego. Isto está relacionado à recuperação e valorização do patrimônio material, à preservação da memória da região e ao incentivo de expressões artísticas e culturais. Tem sido dito que para atingir esses objetivos a prefeitura da cidade destina somente 3% dos recursos provenientes da negociação dos Cepacs. Por sua vez,

¹⁵⁴ PINHEIRO, Márcia Leitão e CARNEIRO, Sandra Sá. “Revitalização urbana, Patrimônio e Memórias no Rio de Janeiro: usos e apropriações do Cais do Valongo”. 2016. Revista Estudos Históricos. Vol. 29, nº 57.

o “patrimônio cultural e artístico” é apontado como algo viável para tornar a região atraente economicamente, conforme os “princípios de sustentabilidade” e “inclusão e desenvolvimento social”, como divulgado pela Cdurp (2011:5). Desse modo, apesar de a cultura receber menor porcentagem com a negociação dos Cepacs, ela é vista como conveniente para um empreendimento econômico. Em outras palavras, a cultura e o patrimônio são apreciados pelo ângulo da rentabilidade e passam a fazer parte do “universo dos negócios (PINHEIRO; CARNEIRO, 2016 p. 72)

Acompanhar a formulação do Circuito da Celebração Africana, as articulações da prefeitura com agências nacionais e internacionais para fazer do Cais um patrimônio da humanidade, assim como sua inserção no roteiro de “caminhada cultural”, levou-nos a indagar: em que medida a apropriação da “herança africana”, construída como patrimônio, pode passar a significar mais um “bem de consumo” a ser “comercializado”, conforme a lógica do mercado? (PINHEIRO; CARNEIRO, 2016 p. 74)

De forma que as partes do texto que complementam a pesquisa começam a se apresentar no sub capítulo onde as autoras oferecem uma breve discussão sobre o funcionamento do Cais no século XVIII e a ‘Pequena África’ que se formou nos bairros do entorno do porto por conta do funcionamento do mesmo. Ao tratar de diferentes expressões culturais e religiosas destes indivíduos que direta ou indiretamente eram ligados ao funcionamento do Cais e suas demandas, as autoras demonstram a formação de grupos identitários conectados socialmente por ocuparem os mesmos espaços. É importante a noção da humanização dos sujeitos históricos em condição de escravidão, e sua (re)construção de valores após a Diáspora Africana e o tráfico negreiro. Comércio esse tanto dos escravos que eram mercantilizados no local (vendidos, descartados em valas por não sobreviverem a viagem), como dos que compunham a mão de obra do funcionamento do próprio Cais, e se alojavam nas proximidades.

Entretanto, as autoras apontam com base na documentação oferecida pela prefeitura sobre o conjunto de obras que formam o “Porto Maravilha” a questão mercantil e econômica por trás da revitalização: “o plano de infraestrutura engloba a transformação do sistema viário da região, investimentos em saneamento básico, telecomunicações, reforma de edificações e construção de espaços museais” (p. 71). A intenção seria uma circulação maior de capital em um ‘reaproveitamento’ do espaço, que poderá oferecer a infraestrutura para tal. A ‘redescoberta’ do Cais do Valongo em 2011 pelas escavações da obra o anexaram (forçosamente pela localidade) em um ‘circuito cultural’ que juntamente com o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio compõem o eixo sócio-cultural-museal da revitalização. Assim, de acordo com as autoras,

os locais que compõem o Circuito da Herança Africana adquirem uma conotação política, podendo contribuir tanto para as lutas por legitimação e contra a discriminação dos que se consideram afrodescendentes, como para uma certa “folclorização”, no sentido de ser transformado em atração, e domesticação de suas expressões culturais. Com isto, o “legado africano” se

torna ele próprio objeto de todo tipo de disputa – econômica, política, cultural. Espaço de luta e de tensão em relação ao futuro das tradições locais, do patrimônio material e imaterial, a Zona Portuária pode ser pensada dentro de toda uma dinâmica das relações sociais que ocorrem no cotidiano da vida local, com seus múltiplos espaços de música, de dança, de religiosidade e suas múltiplas formas de sociabilidade. (PINHEIRO; CARNEIRO, 2016 p. 75)

Através do trabalho de campo em dois eventos comemorativos (centenário de Abdias do Nascimento e Herança Africana: Intervenções urbanas no caminho do Porto, ambos em 2014) Pinheiro e Carneiro mostram o outro lado da ‘patrimonialização’ da mesma Zona Portuária: A criação do “Circuito da Herança Africana”, que tem no IPN e no Valongo figuras que compõem este convite a uma história crítica e ‘vestigiosa’ sobre o peso e o papel da escravidão africana no Rio de Janeiro e no Brasil, e a conotação política que esses lugares próximos passam a carregar com a conclusão da reforma.

Em uma leitura mais apressada, poderíamos dizer que a prática de revitalização efetivada pela prefeitura do Rio de Janeiro no contexto do projeto Porto Maravilha pode ser entendida como diferente daquelas que ocultaram e expulsaram espaços considerados ligados à escravidão e à população negra, bem como suas vivências culturais. Contudo, não podemos nos enganar, pois, como vimos, existem tensões e negociações constantes na região objeto do projeto de revitalização. Alguns lugares e ruínas revestem-se de significados e integram a construção de patrimônios e memórias passíveis de contribuir para a alteração simbólica da cidade, compondo sua singularidade como adequada ao interesse turístico, à especulação imobiliária e à obtenção de recursos. (PINHEIRO; CARNEIRO, 2016 p. 81-82)

Sobre a questão espacial da Zona Portuária, Bruno Pereira do Nascimento¹⁵⁵ oferece um estudo de caso empírico acerca da ‘disputa das presenças’ que ocorrem na Zona Portuária de maneira geral através de trabalhos de campo com entrevistas, fotos e documentação da prefeitura acerca dos moradores, transeuntes e ocupantes do local. Os pontos interessantes a minha análise são a observação das várias ‘reformas’ já feitas na área, como a do início do século XX por Pereira Passos que encobriu o Cais do Valongo também com uma proposta de renovação da área. E a história se repetiu: a nova desvalorização se iniciou na década de 1960 culminando com a mais recente intervenção urbana, o “Porto Maravilha” em 2009, que teve igualmente por motes as ideias de reformulação e revitalização.

Apontamos o período entre 1960 e 2009 como recorte temporal a ser abordado, por compor o momento em que o processo de marginalização espacial da Zona Portuária mais intensamente se desenrolou. Refere-se ao momento de mais aguda falta de investimentos na área, que perdeu a atividade técnica portuária e, ainda, sofreu com a transferência da Capital Federal e com

¹⁵⁵ NASCIMENTO, Bruno Pereira do. “Reestruturação Espacial na Zona Portuária do Rio De Janeiro: Gentrificação e coesão espacial”. 2017. Dissertação de mestrado PPG Geografia/UFRJ.

a intensificação da cristalização de formas e conteúdos. (NASCIMENTO, 2017, p. 46)

Nascimento utiliza da terminologia do “Direito à cidade” para gerenciar seu debate, através da análise da participação no transformar da área. Segundo o mesmo, as residências presentes na zona portuária e arredores afetados pela reforma são ocupadas por cidadãos com a renda de até 1 salário mínimo, ou seja, não são o ‘público-alvo’ das mudanças propostas pela revitalização. Como se podia esperar, os moradores não participaram da construção/implementação do Porto Maravilha assim como não participam do ‘funcionamento’ do mesmo.

No presente trabalho, utilizamos o debate do direito à cidade na perspectiva de Harvey (2013; 2014), na qual percebe-se uma reflexão um pouco diferente da desenvolvida por Lefebvre. Para Harvey, o direito à cidade significa o direito de mudar e de reinventar a cidade. Segundo o geógrafo, reivindicar o direito à cidade equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização e sobre o modo como as cidades são feitas e refeitas. (NASCIMENTO, 2017, p. 90)

O direito à cidade, aqui enunciado, caminha junto à democratização das decisões sobre intervenções espaciais, que no caso empírico deste estudo estão nas mãos, principalmente, das grandes empresas que compõem a PPP Porto Novo e do Estado (em suas três esferas político-administrativas, mas prioritariamente, a municipal, gestora da CDURP), em contraste com a sociedade civil, impossibilitada de participar ativamente dos processos decisórios e rumos a serem tomados pela OUC Porto Maravilha (NASCIMENTO, 2017, p. 93)

Outro ponto interessante no citado texto é a parte onde o autor discorre sobre as entrevistas realizadas pelo mesmo no próprio Cais. Segundo o autor, o local é considerado ‘de passagem’, tendo como ponto referencial principal um ponto de ônibus. Reforça-se, pois, nossa premissa inicial de uma falta de conhecimento geral sobre o Cais e o que representa.

O Cais do Valongo, localizado na Avenida Barão de Tefé (ao lado do Hospital dos Servidores), apresentou pouca frequência turística durante os dias de semana analisados. A maioria das pessoas que por lá transitava o utilizava como local de passagem. Área contendo praça sem bancos ou presença de agentes de segurança pública, o maior instrumento de centralidade, encontrado nas respostas dadas pelos entrevistados, foi o ponto de ônibus lá alocado. (NASCIMENTO, 2017, p.189)

Ao tratar da gentrificação no processo estudado, o autor fala do que classifica como ‘remoção compulsória’ de ocupações de sem-teto na região e a demolição de 832 casas na Favela da Providência além dos que não puderam acompanhar os novos preços para se viver ali, outro fator que agrava a participação popular no Porto Maravilha. O autor ainda direciona críticas sobre a terminologia ‘revitalização’, que compreende somente haver a ‘vitalização’ após a interferência em questão, o que não é verossímil, uma vez que o espaço já era ocupado e tinha suas manifestações culturais.

Iniciadas as obras de reestruturação espacial, verificou-se o surgimento do processo espacial denominado gentrificação. Dentre suas causas, destaca-se que a “revitalização” foi pensada e está sendo operacionalizada tendo a classe média como público-alvo. Isto torna-se explícito na fala do então deputado Alfredo Sirkis (PSB/RJ), em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, em 31 de agosto de 2011. De acordo com ele, a classe política do Rio de Janeiro teria que garantir a aceitação da classe média pela Zona Portuária (seja para morar, seja para frequentar). Isso é uma contradição, visto que a maioria dos domicílios na área de estudo possui faixa mensal de renda per capita de até 01 salário mínimo, ou seja, a maioria dos moradores da área impactada pelo Porto Maravilha é pobre, mas as modificações espaciais foram projetadas para atrair e beneficiar a classe média. Tal ocorrência desencadeou uma sequência de dinâmicas socialmente excludentes. (NASCIMENTO, 2017, p. 196)

Nascimento indica ainda o que considera como “coesão espacial” junto ao Distrito Central de Negócios, que, segundo o mesmo, é crescente como a gentrificação do local. O termo é utilizado para explicar a proximidade da Zona Portuária com excessivas unidades administrativas e corporativas presentes no centro do Rio. Segundo o mesmo, o VLT inaugurado pela obra cobrindo o trajeto entre o centro e a área facilita essa dinâmica, que amplia esse ‘distrito’ de negócios, de forma que alguns desses negócios até mesmo se mudaram para a área ‘revitalizada’.

Os executores da OUC Porto Maravilha, por meio da operação de marketing urbano por eles orquestrada, insistem em nomear o processo em curso de revitalização. Somos opositores desta nomenclatura para designar o que está havendo na Zona Portuária e, por esse motivo, quando fazemos menção ao termo, o colocamos entre aspas, preferindo, portanto, utilizar, no lugar, reestruturação espacial ou gentrificação(...). Enquanto Corrêa afirma que o termo é ideológico, Souza e Smith afirmam que ele deixa a entender que uma localidade só passa a ter vivacidade com a presença da classe média. Para uma área ser “revitalizada”, significa que ela estava anteriormente “morta”, o que não é o caso, já que havia pessoas e relações sociais circulando nela. (NASCIMENTO, 2017, p. 197)

Com uma visão mais técnica sobre o Museu do Amanhã, temos a tese de doutorado de Bruno Lara de Castro Manso¹⁵⁶, que traz uma leitura acerca da construção e do funcionamento do Museu, passando pela questão dos museus de ciência no Brasil, indagando, em acréscimo, se o Museu do Amanhã se encaixaria nesta categoria. Assim como a metodologia adotada nas presentes linhas, o autor utiliza de fontes mais diversificadas como sites, a documentação da obra, pesquisas de campo e entrevistas, matérias de jornais e etc. Por ser de um campo de saber diferente, o artigo oferece outro ângulo não só do Museu do Amanhã, mas do funcionamento museal desde o Brasil império, ao falar dos periódicos científicos que circulavam pela sociedade

¹⁵⁶ MANSO, Bruno Lara de Castro. “Museu do Amanhã: uma nova proposta de museu de ciência?” 2018. Tese de doutorado PPG Ciência da informação/ UFRJ.

da época, e que seu financiamento quase sempre esteve ligado a uma iniciativa formada por parte privada, parte pública.

Em resumo, os anos que precederam o surgimento do Museu do Amanhã se configuraram como uma etapa efervescente da comunicação pública da ciência no Brasil. Percebemos o quanto o Estado foi importante nessa dinâmica, como através da criação da SECIS e do DEPDI, do lançamento de editais, fundos setoriais, emendas parlamentares, de documentos de C,T&I que contemplavam programas e projetos para facilitar os diálogos, entendimentos e trocas de informações e experiências entre segmentos sociais e a comunidade acadêmica. Iniciativas semelhantes ocorreram não apenas na esfera federal do Estado, como também em âmbito estadual e municipal. As fundações estaduais de amparo à pesquisa, por exemplo, também têm sido atores sociais determinantes na promoção dos objetivos da CPC. (MANSO, 2018, p. 65)

O autor destaca que os anos anteriores à construção do Museu do Amanhã são considerados como ‘efervescentes’ no sentido da comunicação pública da ciência no Brasil. Por conta da ‘Nova Museologia’, linha de pensamento surgida na área, nas décadas de 1970 e 1980 onde a preocupação social-cultural-cotidiana com o entorno do museu, o uso de mídias de informação/virtuais, e a transformação do visitante em agente ativo da narrativa do museu são presentes. Ele destaca ainda que, a ‘efervescência’ da comunicação da ciência no país nos anos anteriores ao museu se devem em grande parte a investimentos em políticas públicas de fomento a pesquisa e iniciações científicas. Houve uma democratização do acesso a ciência no país nas últimas décadas, com o pano de fundo da popularização da internet e as mídias digitais.

Segundo a edição de 2015 do Guia Centros de Ciência no Brasil, a quantidade de museus de ciência no país subiu de 190, em 2009, para 268, em 2015. Também são considerados museus de ciências os planetários e observatórios, jardins botânicos, aquários, zoológicos, parques e jardins zoobotânicos (...)Do total de museus de ciências em 2015, 155 ficavam no Sudeste; 44 estavam localizadas no Sul; 43 no Nordeste; 15 no Centro-Oeste; e 11 no Norte. A análise comparativa das quantidades em 2009 e 2015 mostra inicialmente a concentração no Sudeste em ambos os períodos. Entretanto, a porcentagem aumenta significativamente nas regiões Norte e Nordeste. (MANSO, 2017, p. 66-67)

Outro ponto interessante é o seguinte: no ano da fundação do Museu do Amanhã, 2015, o Brasil alcançava o número de 268 museus de ciência, 78 a mais que em 2009. A concentração destes museus se dão em grande parte no sul/sudeste, mas há um aumento significativo na região Norte/Nordeste nos anos observados.

Ao analisar a documentação da proposta e da construção do Museu do Amanhã, o autor aponta diversas ‘políticas da boa vizinhança’ oferecidas pelo museu à população da Zona Portuária. A intervenção em curso “não impediu o Museu do Amanhã de se relacionar com instituições e moradores locais, do porto e região, (...)Antes mesmo de ser inaugurado, o Museu do Amanhã promoveu visitas para moradores de comunidades próximas à instituição

conhecerem melhor o projeto.(...) o Museu possui o setor de Relações Comunitárias, que tem o objetivo de envolver os 30 mil moradores da região portuária nos eventos, projetos e atividades em geral do Museu do Amanhã.” (p. 83)

Não por acaso, a prefeitura do Rio contratou o arquiteto espanhol Santiago Pevsner Calatrava Valls para projetar a estrutura do edifício. Calatrava é um profissional bastante conhecido no campo de atuação, com nome associado a importantes obras em algumas das cidades mais famosas do mundo e vencedor de vários prêmios. Seu nome já se tornou uma marca. Ele é uma espécie de “arquiteto-estrela”, capaz de atribuir determinado status às cidades onde é autor de obras. (MANSO, 2017 p. 82)

Porém, o fato de ser uma “instituição do mundo” não impediu o Museu do Amanhã de se relacionar com instituições e moradores locais, do porto e região, efetivando, inclusive, uma mediação cultural e conhecimentos entre o global e o local. Essa intenção é manifestada no plano museológico do Museu do Amanhã através da Operação Urbana. Antes mesmo de ser inaugurado, o MA promoveu visitas para moradores de comunidades próximas à instituição conhecerem melhor o projeto. Em reconhecimento a esse público, o Museu possui o setor de Relações Comunitárias, que tem o objetivo de envolver os 30 mil moradores da região portuária nos eventos, projetos e atividades em geral do MA. O Programa Vizinhos, por exemplo, concede aos moradores entrada gratuita nas dependências do Museu. (MANSO, 2017, p. 83)

Segundo o autor, o museu é diferenciado de categorias anteriores a ele por oferecer a possibilidade de construir discursos coletivos e pela possibilidade transformar a visita em uma narrativa pessoal e única do visitante que é ‘parte’ do museu. O museu é capaz de dialogar com setores menos acadêmicos e elitizados da sociedade e despertar curiosidade científica em um público mais abrangente, quebrando com a ‘aura’ de formalidade e distanciamento dos museus ‘convencionais’.

A proposta do Museu do Amanhã trabalha com duas tipologias de museus de ciências: a dos museus com acervo e que retratam a natureza e o ser humano; e a dos museus que possibilitam ao visitante desfrutar de experiências científicas e entender como se manifestam fenômenos da C&T. Segunda esta ideia, o MA inauguraria uma via alternativa, cuja principal característica seria a de proporcionar acervo imaterial composto por possibilidades de futuro a ser construído coletivamente. O elemento central dessa proposta é o Antropoceno, desafio histórico que liga o contexto global à consciência e à responsabilidade local e individual. A ideia dessa nova era geológica exige de instituições como o MA esforços na promoção da educação científica e do engajamento, elementos fundamentais para o exercício da cidadania na dinâmica da relação entre a ciência e a sociedade. (MANSO, 2017, p. 95)

Outro artigo que pode nos direcionar sobre os projetos envolvidos no Porto Maravilha, o texto de Leopoldo Guilherme¹⁵⁷ (2013) é anterior à inauguração do Museu do Amanhã e do

¹⁵⁷ PIO, Leopoldo Guilherme. “Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha” 2013. Revista Intratempus, Vol. 4 n° 1.

Museu de Arte do Rio, mas posterior à escavação do Valongo e a criação do Circuito da Herança Africana. Corte temporal que permite percorrer sobre o que eram os projetos desses museus em meio a revitalização da região de maneira geral. O autor leva em consideração o reaproveitamento do espaço no sentido de ‘adicionar sobre o que já existia’ como forma de ressignificação e re inscrição histórica do espaço.

Na medida em que a patrimonialização e revitalização dos centros urbanos tornam-se recursos cada vez mais frequentes na reestruturação urbana, as áreas históricas revitalizadas tornam-se metáforas de uma nova cidade que se quer construir. A partir da análise das estratégias e discursos presentes em tais iniciativas, pretendemos perceber de que maneira valores e bens culturais são utilizados na legitimação e orientação dos projetos de revitalização, bem como na reelaboração da imagem da cidade do Rio de Janeiro. Convém lembrar que a cidade depende de uma transformação material e simbólica no sentido de se adaptar aos mega eventos que ocorrerão em 2014 (Copa do mundo) e 2016 (Olimpíada). (PIO, 2013, p. 09)

Este artigo, mesmo sendo publicado fora de nosso recorte temporal, permite uma comparação com a atualidade dos monumentos e da Zona Portuária em si, possibilitando uma visão do que deveria ser/o que é. O autor, através da discussão que estava inserido em 2013, anterior aos eventos da copa do mundo de 2014 e das olimpíadas de 2016 (motivos principais do Porto Maravilha), utiliza dos documentos oficiais das obras do projeto para compreender que rumo poderia levar a questão museal na Zona Portuária em meio ao desenvolver das reformas.

O mesmo aponta: “O Museu do Amanhã já foi apresentado por diversas autoridades e em diversas situações como o ‘ícone da reurbanização’ da Zona Portuária. No texto chamado ‘Obras por todos os lados’, publicado na sexta edição da Revista Porto Maravilha, é destacado o papel central do museu na revitalização da região” (PIO, 2013, p.19). Logo temos a explicitação da relação entre os processos e produtos da ‘musealização’ e a própria revitalização do local. A revitalização vem, segundo o autor em questão, pelas narrativas dos museus (também).

Cabe lembrar que intervenções urbanas não devem ser interpretadas apenas como meios de transformação na estrutura material ou na lógica econômica da cidade, mas igualmente enquanto projetos que sugerem um certo ethos ou código social, bem como um certo ideal do que a cidade é ou deve ser. Assim, a partir dos processos de reestruturação material e simbólica da cidade, formula-se uma “imagem urbana (...) Nesse sentido, através de grandes reformas urbanas se estabelecem valores e representações que estimulam determinadas formas de vida urbana. Determinadas noções de “civilização”, “progresso” e “modernidade” são disseminadas, práticas culturais específicas são disseminadas, e uma ideia de “ordem pública” é legitimada. (PIO, 2013, p. 10)

De acordo com o EIV elaborado pela CDURP6, o objetivo da intervenção é conceber um plano completo de revitalização, “de forma que a transforme

num novo vetor de crescimento da cidade, como ocorreu com os bairros Copacabana, na década de 1940, Ipanema e Leblon na década de 1960 e com a Barra da Tijuca a partir da década de 1970.” É nesse sentido que, segundo o poder público “O Porto Maravilha é um projeto de requalificação que prevê o reencontro da Região Portuária com a cidade”, pois “a degradação presenciada pelos cariocas por décadas na área será revertida em histórica onda de reformas urbanas promovidas pela Prefeitura do Rio. (PIO, 2013, p.12)

Como componente da ‘inserção de vida’ na Zona Portuária, a questão museal mostra a complexidade da situação de quais museus ocupam quais espaços. A proposta de manutenção da narrativa histórica da memória da escravidão, luta e resistência que representam o Valongo e a Pequena África se mostrou na prática como a única alternativa para a inserção da mesma no debate como visível em meio a revitalização.

Quanto a instalação de equipamentos culturais, destacam-se os papéis do Museu do Amanhã e do Museu de Arte do Rio. O Museu do Amanhã já foi apresentado por diversas autoridades e em diversas situações como o “ícone da reurbanização” da Zona Portuária. No texto chamado “Obras por todos os lados”, publicado na sexta edição da Revista Porto Maravilha, é destacado o papel central do museu na revitalização da região. (PIO, 2013, p. 19)

Se o Museu do Amanhã se enquadra no modelo dos novos museus situados em edificações vistas como “marcas” emblemáticas que inscrevem a cidade no roteiro da arquitetura internacional, o Museu de Arte do Rio (MAR) segue outra vertente muito em voga na revitalização de centros históricos: a reutilização de prédios preexistentes que são reintegrados ao contexto urbano por meio do uso cultural. (PIO, 2013, p. 21)

Diante do exposto, podemos compreender a noção de revitalização cultural de centros urbanos e zonas portuárias a partir de suas estratégias de resgate histórico, desenvolvimento econômico e resemantização das identidades urbanas. (PIO, 2013, p. 24).

Ainda em 2019 o Cais do Valongo sofria com os mesmos problemas como poluição, enchentes comuns em épocas de chuva (por conta do sistema de vazão do sítio histórico), falta de sinalização (apesar de novas placas colocadas nos mesmos lugares das anteriores) e invasões recorrentes ao sítio arqueológico, ainda protegido com as mesmas correntes ao seu redor. Apesar de diferentes novos investimentos do exterior para novas obras no local, de diferentes eventos que discutiam as políticas a serem aplicadas no local e diferentes resultados propostos, o Cais ainda parece não fazer parte do discurso histórico do Rio de Janeiro.

Por outro lado, como indica o site do mesmo, o Museu do Amanhã “já recebeu mais de 4 milhões de visitantes desde a inauguração”¹⁵⁸ e figura como um dos mais eficazes equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura e das instituições mais rentáveis do centro do Rio de Janeiro.

¹⁵⁸ LEMOS, Ronaldo. Processo e criação. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/processo-e-criacao> Acesso em: 3/10/2019

Nas seguintes páginas nos dedicaremos a pensar no porquê da formação de um discurso histórico/historiográfico que não privilegia a história afro-brasileira ‘encontrada’ no Porto. Não privilegia no sentido de a mesma não ser trabalhada nas escolas do Rio de Janeiro, apesar de seu enorme apelo à construção da mesma como cidade. A Cultura oriunda da África fez parte do cotidiano do Rio de Janeiro desde sua fundação, como comprovado pelos achados na Zona Portuária e na historiografia trabalhada a partir de então. Assim sendo, o que impede que a mesma seja apresentada e trabalhada em sala de aula, seja nas escolas ou universidades cariocas e brasileiras? Vejamos.

Segundo Hartog¹⁵⁹, a partir dos anos 1980 é perceptível nos debates de intelectuais e principalmente historiadores uma maior preocupação com o nosso próprio mundo, no tempo presente. Mais especificamente, segundo o autor, o próprio mundo os intima a pensar na ‘história do agora’.

Hartog (2014) aponta essa preocupação como uma necessidade de não repetir o século anterior, uma vez que o século XX é considerado um século extremo, devido a todas as efemérides que o ilustravam. Dessa forma, vemos esta necessidade de se fazer ‘diferente’ nascer como oposição a ideia de repetir o século anterior. Entretanto, a ‘história do tempo presente’ se colocava em contradição, uma vez que, de acordo com a historiografia alemã, para se analisar a história, deve-se estar fora deste mesmo centro de análise, fazendo-se impossível estudar a história do presente.

O século XX aliou, finalmente, futurismo e presentismo. Se, em primeiro lugar, ele foi mais futurista do que presentista, terminou mais presentista do que futurista. Foi futurista com paixão, com cegueira, até o pior, hoje todos sabem. Futurismo deve ser entendido aqui como a dominação do ponto de vista do futuro. Este é o sentido imperativo da ordem do tempo: uma ordem que continua acelerando ou se apresentando como tal. A história é feita então em nome do futuro e deve ser escrita do mesmo modo. O movimento futurista estimulou essa postura ao extremo. (HARTOG, 2014, p. 141)

Ainda permanecendo nessa linha, temos Hartog (2014) nos apresentando o ‘regime de historicidade’, termo criado após a queda do muro de Berlim em 1989 e que tem a significância de ser como uma certa sociedade trata seu passado. Sendo assim, após elucidar a diferença entre o já citado termo ‘História do Tempo Presente’ e giro ético político, encontramos em Hartog a ponte de ligação entre a parte teórica, e a aplicável. O giro ético-político, portanto leva em conta essa nova necessidade que apareceu diante dos historiadores nos últimos anos. Assim, indo de

¹⁵⁹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

encontro com esta preocupação em pensar o mundo de agora, gerada por inúmeros acontecimentos considerados anti democráticos e muitas vezes, anti éticos ocorridos no século XX.

Hartog (2014) apresenta as divisões dos regimes de historicidade presentistas e futuristas e onde na história da humanidade as mesmas divisões se apresentaram como modo de pensar o tempo e por conseguinte a história do dito período.

Como aponta Hartog (2014), o que ele chama de “Giro ético-político” força os historiadores e sujeitos a pensarem sobre o agora e o hoje como a ferramenta de abordagem da história no nosso regime de historicidade, fazendo com que esta ‘responsabilidade’ mostre os indivíduos inseridos na sociedade e na história. Este apontamento do indivíduo como ‘ser histórico’ o insere na narrativa que o mesmo acompanha ou escreve, mostrando a noção de que a história e a disciplina histórica são construídas diariamente e que os atos individuais compõem o coletivo. A função ética-política presente na História e no seu ensino atualmente demonstram uma certa preocupação com a formação moral dos indivíduos, e não só sua graduação no âmbito escolar. Formação moral aqui teria mais o sentido de senso crítico, político e de realidade, componentes de extrema importância que formam (ou deveriam formar) o cidadão incluso na sociedade.

Em *A História Repensada*¹⁶⁰, de forma clara e direta, o autor Keith Jenkins (2001) trata inicialmente de subjetividades presentes no construir e fazer historiográfico. Trata igualmente de como essas tais subjetividades e circunstâncias ajudam a formar tanto o que está sendo estudado, como quem está a fazê-lo. O primeiro capítulo busca dirigir-se ao estudante de história que busca compreender quais são os limites dessa história. De maneira acessível, o Jenkins aborda a importância das possibilidades de se fazer história além das formulações inglesas e europeias, e que estas nada mais são do que discursos que ajudam a formar a história, e não verdades absolutas. De forma que, por cada subjetividade que formam estes discursos, alguns são validados outros não.

Ao colocar este discurso como em constante mudança, o autor demonstra que tal construção seria dinâmica e atualizável. As “buscas pela verdade”, como chama o autor, são o que ajudam a construir uma explicação plausível para o passado, que é distante, e não será explicado em sua totalidade. Isso demonstra a já mencionada subjetividade de que partem os

¹⁶⁰ JENKINS, Keith. *A História repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo, Contexto, 2001.

que buscam interpretar este passado. E que, por consequência, estes discursos são percebidos de maneiras diferentes por dominadores e dominados. Decorre daí que as divergências entre estes discursos produzem mais de um significado e interpretações da história. Segundo Jenkins

é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, vêem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas (JENKINS, 2001, p. 52)

O autor ainda critica certos moldes e formas que chama de “rígidas” de produção da história, por desmotivar diferentes construções das já pré-estabelecidas, mas que, apesar das dissonâncias discursivas, a história é fundamental para o conhecimento humano.

Estas leituras nos auxiliam a perceber também outro fenômeno apontado anteriormente no trabalho: a sobreposição de discursos sobre futuro (por exemplo, o museu do AMANHÃ) ante a discursos sobre o passado. Percebo as temporalidades neste caso como os “rótulos” a serem colocados em produtos que visam ser vendidos e consumidos. E, também neste caso, o amanhã “vende” mais que o ontem.

Assim, complementamos o raciocínio de “porque um e não outro” instaurado no sucesso de vendagem e de crítica do Museu do Amanhã, comparado ao esvaziamento e desconhecimento do que é o Cais do Valongo e sua significância para a cultura Afro-brasileira. Pois estes são sintomas de uma sociedade que tem um regime de historicidade presentista que separa cada vez mais o presente e o passado (e sua história) do futuro. Sintomas de uma sociedade que mercantiliza e quer lucrar com suas temporalidades e tudo que as compõe.

Entre os dias 23 e 26 de outubro de 2019 participei do evento intitulado “Porto Maravilha 10 anos: passado, presente e futuro da Zona Portuária”, um seminário ocorrido no atual Muhcab (Museu da História e da Cultura Afro-brasileira) que visava tornar público um feedback sobre as obras materiais e imateriais que compuseram o Porto Maravilha, através de integrantes destas obras e projetos que transformaram a Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro a partir de 2009, quando foi votado e aprovado na câmara.

Neste evento tive a oportunidade de ouvir a arqueóloga do Museu Nacional UFRJ, Tania Andrade Lima, citada já no primeiro capítulo desta dissertação. A autora compunha a mesa-

redonda de número 4 do segundo dia do evento, intitulada "Do Cais ao Porto Maravilha: a zona portuária em perspectiva histórica". Em sua fala¹⁶¹, que gravei com um gravador de voz e transcreverei aqui partes que nos são importantes, Tânia oferece um balanço dos dez anos seguintes a obra de escavação que “reencontrou” o Valongo e dezenas de objetos de valor arqueológico que estavam presentes no mesmo.

Boa tarde a todos, em primeiro lugar meus cumprimentos ao Muhcab e aos organizadores pela realização desse evento tão oportuno que para para refletir sobre uma década do projeto denominado à época como do Porto Maravilha. Meus agradecimentos por ter sido convidada a participar, uma grande satisfação para mim. Minha contribuição a esta mesa é uma pequena reflexão sobre a região do Valongo e sua saga como lugar dos excluídos. Uma história que começa lá atrás, em 1779, quando o então vice rei do Brasil, Marquês do Lavradio, determinou que o mercado de escravos, que funcionava então na área mais nobre da cidade, nas imediações do Paço Imperial, atual praça XV, fosse transferido para uma região muito distante: o Valongo, de modo a empurrar para bem longe o desfile de africanos recém chegados, seminus, esqueléticos, e pestilentos que tanto incomodavam as elites, receosas de serem contaminadas com suas doenças”. Era preciso remanejá-los para um local onde não constituíssem uma ameaça nem provocassem tanto desconforto e medo. (ANDRADE LIMA, 2019)

Após uma minuciosa e detalhada explicação da história do Cais do Valongo (já exposta nesta dissertação à exaustão) pela arqueóloga, chegamos à parte do seu discurso que de fato nos interessa neste momento do trabalho: os acontecimentos mais recentes do Cais no século XXI.

Por todo o resto do século XX, a antiga região do Valongo foi esquecida pelo poder público. Livre da especulação imobiliária que assolou outras áreas da cidade e longe dos interesses das classes dominantes, a pequena África conseguiu manter suas tradições e práticas culturais, essenciais à manutenção de sua identidade, quer nas religiões de matriz africana, quer na música, na dança, culinária, entre outros. Esse esquecimento a resguardou até o século XXI, quando foi concebido pela prefeitura, em 2009, o projeto Porto Maravilha, com o objetivo de revitalizar e reurbanizar a degradada Zona Portuária. O projeto teve que seguir determinações legais que obrigam a presença de arqueólogos nestas intervenções de modo a prevenir a destruição do patrimônio histórico que porventura existisse ali. E assim nós chegamos ao Valongo. Sabendo da sua existência naquela área, no passado, era nosso propósito buscar no subsolo possíveis evidências do Cais por onde chegaram milhares e milhares de africanos escravizados. E as escavações começaram, nas duas pistas de rolamento da Avenida Barão de Tefé, então existentes. Esse trabalho foi concebido desde o início como uma ação sócio-política. Era meu entendimento que, caso ainda existissem remanescentes do Cais, sua força e poder simbólico poderiam ser colocados a serviço das causas atuais da militância negra, contra a desigualdade social, política, econômica,

¹⁶¹ ANDRADE LIMA, T. Conferência na mesa redonda intitulada “Do Cais ao Porto Maravilha: a zona portuária em perspectiva histórica”. In: *Porto Maravilha 10 anos: passado, presente e futuro da Zona Portuária*. Rio de Janeiro, 2019.

assim como em nome do ativismo político que luta pelo reconhecimento, justiça, respeito à diversidade étnica e pelos direitos humanos mais fundamentais. Contudo, tão logo as notícias sobre o achado do Cais começaram a ser divulgadas nos meios de comunicação, nós aguardamos ansiosamente a chegada da comunidade negra, entendendo que era do seu maior interesse o lugar por onde muitos de seus ancestrais chegaram diretamente da África para serem escravizados no Brasil. Esperamos a primeira semana, mas não apareceu ninguém. A segunda, a terceira e nada. Na quarta semana, sem que ninguém se manifestasse, pensei: ‘a equipe de arqueologia trabalhou tão duramente para tirar o Valongo de dentro da terra e entregá-lo à comunidade descendente, e ninguém aparece pra receber o que nós temos a oferecer?’ (ANDRADE LIMA, 2019)

A autora permite que vejamos que a situação do projeto se desenrolava conforme as obras aconteciam, e muitos planejamentos tiveram de ser refeitos por terem resultados diferentes dos propostos.

O que nós tínhamos a oferecer era o remanescente de um passado extremamente doloroso, para colocá-lo a serviço de causas atuais, vale dizer, a serviço da luta dos afrodescendentes, historicamente discriminados. Era transformar um local de exclusão em um local de redenção. Trabalhando na profundidade temporal, a arqueologia tem a capacidade de expor as diferentes estratégias de dominação que capturam os indivíduos em tramas de opressão e impedem sua emancipação. Ora francamente abertas e declaradas, ora sutis e veladas, estas tramas foram tecidas no passado e continuam sendo construídas no presente, ao longo de dimensões como raça, classe, gênero, religiosidade, etnicidade, controlando o acesso ao conhecimento, à informação, à livre expressão, aos direitos básicos dos indivíduos, e à cidadania. Para compreender estas tramas em suas manifestações no presente, é preciso antes de tudo investigar suas raízes subterrâneas no passado e trazê-las à luz, denunciando-as, para que percam sua força. Entendendo que o cais do Valongo poderia exercer um papel fundamental na luta de grupos desfavorecidos pelo seu empoderamento, nós nos empenhamos em trazê-lo de volta. (ANDRADE LIMA, 2019)

Neste trecho, Tânia demonstra possíveis usos da arqueologia como ação sócio-política, com o exemplo da situação que a mesma via como uma ‘devolução’ do lugar recém escavado a seus descendentes, para que fizessem uso do poder historicizantemente libertário do local e seu passado.

Na denúncia dos processos de opressão a que foram submetidos, a materialidade exposta, no caso, as pedras do Valongo tem uma contundência que provoca forte impacto sobre a sensibilidade humana, favorecendo reflexões que podem contribuir para uma mudança nas condições desvantajosas ocupadas por esses grupos na sociedade. Elas exalam opressão, racismo, intolerância desigualdade e marginalidade no limite. Evocam o passado pesado e opressor cujas consequências se fazem sentir até hoje e serão sentidas por muito tempo no Brasil. Por isso mesmo, ele por certo estimula reflexão e inspira consciência social, o que favorece sua transformação em espaço de engajamento e diálogo cívico. A eloquência deste discurso material que expõe ao olhar, ao tato, aos sentidos em geral a brutalidade dessas estratégias, repercute fundo no íntimo das pessoas, sensibilizando-as para ações transformadoras. Para isso nós aguardávamos com ansiedade a comunidade negra do Valongo. Mas ela não chegava. Foi então que decidi:

se não vinham espontaneamente, teriam que vir a convite. Com a mediação do Instituto Pretos Novos, representantes do níveis federal estadual e municipal dos direitos dos negros, foram convidados e vieram ao Valongo. Foi feita uma reunião no próprio local das escavações e, ouvindo o relato do trabalho realizado, percorrendo o local das escavações, e vendo a dimensão dos achados, todos ficaram bastante emocionados e decidiram redigir ali mesmo a Carta do Valongo, onde propunham que lá fosse criado O Memorial da Diáspora Africana. Nosso entendimento foi o de que, dali para diante, a notícia se propagaria de modo a que a comunidade finalmente tomaria posse do local que, por direito de descendência, lhe pertence. (ANDRADE LIMA, 2019)

Entretanto, a autora registra suas próprias limitações como o motivo de não entender a imediata apropriação que tinha previsto por parte dos movimentos sociais negros da cidade. A mesma aponta que partir de suas próprias visões e expectativas de mundo não permitiam ver a situação em sua totalidade. Entretanto, aponta que outros tipos de apropriação e usos do local se colocaram, permitindo que a mesma mudasse de opinião sobre a maneira que o local poderia ser usada em favorecimento da causa negra e seus movimentos sociais.

E aí veio o Dia da Consciência Negra quando Movimento Negro Unificado concentrou as celebrações da data no monumento a Zumbi dos Palmares. Para o velho Cais do Valongo não foi cogitada em nenhuma programação e ele permaneceu deserto, vazio e mais uma vez esquecido. Isso se repetiu outras vezes e eu custei a compreender o surpreendente silêncio e distanciamento dos afrodescendentes, até que finalmente eu entendi. Ao meu ver, trata-se de uma repulsa a sua associação com a escravidão, uma página que desejam ver definitivamente virada. O que as circunstâncias me permitem supor é que eles se identificam muito mais com os arrojados movimentos de resistência à opressão, de luta por maior justiça social e de orgulho étnico, como as revoltas dos Quilombolas das quais Zumbi e Palmares são símbolos máximos, do que com a humilhação da condição cativa, O que é absolutamente compreensível. Em vista disso, minha maior expectativa de que o sítio se transformasse no lugar para todos os tipos de manifestações, celebrações e reivindicações da comunidade negra, nunca se concretizou. Nunca existiram movimentos coletivos de grande porte que promovessem maior consciência entre a população negra, que expressassem suas aspirações e demandas ou que celebrassem suas conquistas e vitórias. Mas, para minha grande surpresa, o Valongo foi apropriado pelos afrodescendentes de uma forma totalmente inesperada. Eu creio que uma iniciativa que contribuiu para isso foi o fato de que à medida que as escavações avançavam, intensificavam-se os achados de objetos que nós atribuíamos ao domínio espiritual e sagrado dos africanos. Aí foi do nosso entendimento que religiosos de matriz africana deveriam ser convidados a tomar conhecimento do que estava aparecendo. (...) E foi assim que diferentes religiões participaram da pesquisa. O Valongo foi reconhecido como o lugar dos ancestrais, um solo sagrado, onde ao longo dos anos passaram a ser conduzidos periodicamente cerimônias religiosas, entre elas a lavagem das Pedras do Cais, que se tornou um evento anual que todos conhecemos, através de lei municipal. Oferendas são depositadas cada vez mais frequentemente no Cais. (ANDRADE LIMA, 2019)

Com esta mudança de perspectiva, a autora mostra agora compreender um contraste entre o resto do projeto e as escavações das quais participava, e maneiras diferentes para contribuir e oferecer ferramentas para a historicização do local através da própria arqueologia.

Diante dessa inesperada apropriação, inesperada para mim, eu percebi claramente ter cometido um erro de avaliação lá atrás, de tal forma que minha expectativa jamais poderia ter sido satisfeita. Nós tiramos o Valongo de dentro da terra com o coração nas mãos, com grande respeito e profunda emoção. Colocamos nessa investigação todos os nossos conhecimentos e sentimentos mais profundos a serviço da causa negra. Contudo eu sou branca, de formação cristã e eurodescendente. Não posso jamais sentir falar ou agir como os afrodescendentes. Muito menos me colocar em seu lugar. E nessa condição não soube entender que aquele era um solo sagrado. Os dez anos decorridos me tornaram convicta de que é fundamental encorajar a aquisição, pelos negros, das ferramentas necessárias para a construção da sua própria história através da arqueologia. Passados 10 anos do projeto Maravilha e rememorando o início dos trabalhos, eu me lembro que todo o tempo eu pensava que aquele projeto grandioso, branco, luminoso, ensolarado, à beira d'água, com edifícios projetados por alguns dos arquitetos mais famosos do mundo e com aquele nome que me inquietava tanto, não poderia jamais apagar o que havia ali dentro. Um passado negro, sombrio e doloroso, mas o nosso passado, a nossa verdade, a nossa história. Uma história que não pode ser esquecida. É preciso lembrar sempre, lembrar em qualquer circunstância, para que os erros do passado não sejam repetidos. (ANDRADE LIMA, 2019)

A autora encaminha sua fala para o final ao falar da transformação do local como 'lugar dos excluídos' através dos séculos, mesmo com o título da UNESCO recentemente concedido, e o contraste do mesmo com o restante do Porto Maravilha. O que a citada arqueóloga se refere como 'estigma' da região prevalece sobre os grandes e vazios edifícios da revitalização e o conceito do que seria 'maravilha' no dito Porto.

Para mim, o grande desafio no Valongo seria conciliar a chegada da modernidade com os modos de vida tradicionais, com a afrobrasilidade daquela área, permitindo que ambos se beneficiassem mutuamente, já que é impossível deter o progresso. Sem que área se gentrificasse, expulsando seus moradores e apagando práticas memoriais. Em alguns momentos eu confesso que isso me pareceu impraticável, um dos dois fatalmente teria que sucumbir. Todo tempo eu também me perguntava a espetacularidade naquele projeto conseguiria apagar 200 anos do forte estigma da região do Valongo como lugar dos excluídos, a marca profunda e indelével da exclusão na pele da nossa sociedade. Não temos condições de antever o futuro. Mas posso falar do presente, ao cabo de dez anos. Posso falar do Valongo como mictório a céu aberto, coberto de lixo, cheio de mato, coberto pelas águas. Um patrimônio Mundial. Mas sobretudo posso falar dos dependentes de crack, os excluídos dentre os excluídos, os escravizados pelo tráfico só que agora das drogas, os quais num processo profundamente triste de identificação, escolheram o Valongo como seu lugar. O lugar dos excluídos. Olhando os espetaculares edifícios futuristas do porto, desocupados, vazios, fantasmagóricos, é inevitável a constatação de que até agora o estigma está sendo mais forte. Ou será que devemos rever nosso conceito do que é maravilha e aceitar que Porto Maravilha é isso? (ANDRADE LIMA, 2019)

Do mesmo evento, retirei o texto intitulado “O legado negado: notas sobre as promessas não realizadas no Porto Maravilha”¹⁶², dos autores Paulo Bastos e Regina Bienenstein (2019) que foi selecionado para compor os anais do seminário. Por intermédio de análises de dados do censo, relatórios com previsões das fases iniciais do projeto, reportagens e entrevistas com moradores, os autores constroem sua tese central: de que as obras do Porto Maravilha fizeram as desigualdades da área se aprofundar.

Como podemos perceber no raciocínio dos autores, fatores como a gentrificação direta e indireta são os principais motivos para esse aumento da condição de perda do direito à cidade pelos moradores da Zona Portuária pré revitalização. Mas não somente.

As promessas iniciais do projeto - como inclusão da população no ‘resultado’ das reformas - contrastam com as remoções de 675 famílias de diversas ocupações (os autores citam as ocupações Machado de Assis, Zumbi dos Palmares, Flor do Asfalto, entre outras) e do Morro da Providência, ações apontadas pelo dossiê do Comitê Popular da Copa do Mundo e Jogos Olímpicos de 2015. Remoções no Morro da Providência estas que visavam a construção de um teleférico inaugurado em 2014, desativado 3 anos depois por falta de verba.

Ainda segundo os autores,

Na verdade, a gestão Paes expressava as contradições presentes nas metrópoles mundiais. Sua legitimação se deu em grande parte com base em um discurso pautado na igualdade entre os munícipes cariocas, a cidade para todos, que, no entanto, se mostrou mais exclusiva do que parecia. Soma-se a isso o momento da economia e da política nacional naquele período que aliado à expectativa da realização dos megaeventos e com forte apoio de setores da grande mídia transmitiram a ideia de coalização em torno principalmente do “Projeto Olímpico”. Esse cenário positivo antagonizou com um período marcado pela remoção de milhares de pessoas, a repressão dos agentes do Estado, bem como a transferência de uma enorme quantidade de recursos públicos para iniciativas que, ao contrário do que prometiam oficialmente, eram destinadas especialmente aos interesses de agentes do mercado. Um exemplo desta opção foram os recursos destinados à cultura na Região Portuária durante a gestão Paes. Segundo a edição do Jornal do Brasil, de 26 de abril de 2017,²² auditoria realizada pela gestão Crivella havia apontado que tais recursos estariam inicialmente reservados para o Morro do Pinto, localizado no bairro de Santo Cristo, mas acabaram sendo reorientados para a construção do Museu do Amanhã. (PORTO MARAVILHA 10 ANOS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA ZONA PORTUÁRIA, 2019, p. 7)

Os autores apontam outro fator a ser adicionado nesta equação problemática do Porto Maravilha. Apesar do custo do projeto ter sido pago com dinheiro público da Caixa Econômica Federal, as administrações dos espaços e equipamentos criados pelo Porto Maravilha foram

¹⁶²PORTO MARAVILHA 10 ANOS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA ZONA PORTUÁRIA, 2019, Rio de Janeiro. **O legado negado: notas sobre as promessas não realizadas no Porto Maravilha** [...]. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/portomaravilha10anos/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

transferidos à iniciativa privada. Reforçando ainda mais a motivação central do projeto: fomentar e servir apenas ao mercado e capital privado.

Em acréscimo, os autores mostram que o Plano de Habitação de Interesse Social - a parte do projeto que já não levava em consideração as habitações previamente existentes no local, mas que minimamente poderia oferecer retorno aos cidadãos da Zona Portuária pré Porto Maravilha - sequer saiu do papel.

Concluem os autores então que os eventos esportivos globais (Olimpíadas e Copa do Mundo) que foram o motivo do Porto Maravilha

funcionaram, portanto, como “atalhos/alavancas” para garantir uma maior facilidade de espraçamento da reprodução do capital por todo o seu território que, ao se adaptar/adequar ao receituário mundial associado à realização desses eventos, acabou por não garantir melhores condições de vida para a sua população. Isso ocorreu também pela constituição de consórcios público-privados que exigiram cada vez mais dos recursos desses lugares. (PORTO MARAVILHA 10 ANOS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA ZONA PORTUÁRIA, 2019, p. 9)

Ainda no bojo das análises feitas no próprio espaço do Porto Maravilha, mais uma vez utilizaremos da dissertação de Geane Rocha¹⁶³ que oferece outra perspectiva sobre a gestão Eduardo Paes. O ponto central da autora, além de oferecer uma leitura dos cenários dos diferentes projetos de reformulação da Zona Portuária do Rio de Janeiro através dos anos (como o projeto Porto Novo na década de 1990 e o Porto Maravilha de 2009), é demonstrar exposições ocorridas no Museu de Arte do Rio que representam e trabalham a memória e identidade Afro-brasileira carioca e brasileira.

Segundo a mesma, uma característica que diferenciava a gestão da prefeitura que aplicou o projeto Porto Maravilha em comparação com as anteriores era que, mediante as movimentações e manifestações dos movimentos sociais negros reivindicatórios da narrativa e espaço do Porto cada vez mais presentes e constantes, “os gestores absorvem e negociam com movimentos sociais e moradores a memória negra da região. O exemplo claro desse processo é a criação do Circuito da Herança Africana, da posterior indicação do Cais do Valongo ao título de Patrimônio da Humanidade” (ROCHA, 2020, p. 85).

Entretanto, com a eleição de Marcelo Crivella à prefeitura do Rio de Janeiro em 2016 e sua posse em 2017, até mesmo esse curto espaço de ‘negociação’ se alterou. A autora menciona o polêmico veto do prefeito recém eleito à Pedra do Sal ser considerada patrimônio municipal¹⁶⁴

¹⁶³ ROCHA, Geane. A cultura afro-brasileira na Zona Portuária do Rio de Janeiro: A construção da memória em intervenções urbanísticas e no Museu de Arte do Rio. 2020.98 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-veta-lei-que-declara-quilombo-da-pedra-do-sal-patrimonio-imaterial-do-rio-1-22829432>. Acessado em 01/11/2020.

como marco dessa mudança no modus operandi da prefeitura. Segundo a mesma, a religião de Crivella se colocava como entrave para a continuidade destes investimentos que permitiam que o Museu de Arte do Rio trabalhasse com as temáticas Afro-brasileiras, como vinha fazendo sob a direção e curadoria de nomes como Paulo Herkenhoff, Clarissa Diniz e Izabela Pucu. Nestes anos onde a direção e curadoria permitiram as mostras e exposições que trabalhassem as questões Afro reivindicadas pelos movimentos sociais, a autora enxerga as ditas exposições como parte dessa negociação pela memória do local.

Sobre as ditas exposições que trabalham a Afro-brasilidade, questões de raça e formação de identidades e memórias visitadas pela autora no Museu de Arte do Rio,

Nesse sentindo, foram apresentadas exposições que debatem questões raciais na instituição, são elas: *O Rio do samba: resistência e reinvenção* (04/2018 a 04/2019), *A Pequena África e o MAR de Tia Lúcia* (11/2018 a 03/2019) e *Pardo é papel* (11/2019 a 05/2020). A primeira exposição citada foi elaborada como uma homenagem ao centenário do samba carioca. A mostra sobre a Tia Lúcia, foi uma das iniciativas de Clarissa Diniz na tentativa de dialogar e trazer para o museu artistas da Zona Portuária, obstante, essa mostra delegada ao pequeno espaço da biblioteca da Escola do Olhar, foi realizada a partir de um processo de negociação interna do museu, após Evandro Salles vetar a participação de Tia Lúcia na exposição *O Rio do Samba*, desgastando a relação com Clarissa (Diniz) e provocando sua saída eventualmente. Já a mostra individual do artista plástico Maxwell Alexandre *Pardo é Papel*, ocupa um importante espaço do museu, além de contar com uma prestigiosa festa de abertura em novembro de 2019. (ROCHA, 2020, p. 86)

Percebemos, junto a leitura do trabalho da autora, a fragilidade da manutenção do pouco espaço ocupado (através de manifestações e movimentação social junto aos governos) pela memória Afro-brasileira no Porto. Outro ponto importante é que segundo a autora, os indivíduos e organizações sociais que se manifestavam na luta política que permitiu esse espaço no Museu de Arte do Rio foram os mesmos que ajudaram a compor um ‘abraço coletivo’,¹⁶⁵ à instituição que tinha sido ameaçada de fechamento por falta de verba em novembro de 2019.

No mês de novembro do ano 2019 retornei ao Cais para mais uma visita de campo. Inicialmente a ideia era buscar qualquer coisa diferente do que habitualmente havia no local no início do trabalho em 2016. De diferente só encontrei as seguintes placas que buscam evidenciar o investimento milionário do Fundo dos Embaixadores dos EUA para a preservação cultural no local, como noticiado no jornal no capítulo anterior. O investimento procurava resolver os problemas dos constantes alagamentos do local. As seguintes fotos foram tiradas:

¹⁶⁵Disponível em: <http://ultimahoraneews.com.br/geral/2019/11/33748/artistas-e-frequentadores-realizam-abraco-coletivo-em-defe.html>. Acesso em 01/11/2020



Imagem 12 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, Novembro de 2019.

Na placa encontrada no Cais em Novembro de 2019, em meio a diversas bandeiras estado-unidenses, lemos: “O Sítio arqueológico foi um dos mais significativos portos de entrada de africanos escravizados nas Américas. Reconhecido em 2017 como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, sua conservação e um projeto que amplia a conscientização da nossa herança de diversidade compartilhada, das contribuições feitas pelos povos afrodescendentes no Brasil e de seu significado para o hemisfério como um todo. A missão diplomática dos EUA através do Fundo dos Embaixadores dos EUA para a preservação cultural sente-se honrada em apoiar a conservação deste sítio.”



Imagem 13 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, Novembro de 2019.

Na placa ao lado da primeira, como disposto acima, lemos: “Finalidade da Obra Reparo: Consolidação e conservação do Sítio Arqueológico do antigo Cais do Valongo e Cais da Imperatriz. Início 03/06/2019 - Término 31/08/2019”. A foto foi tirada em 07 de novembro de 2019.



Imagem 14 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, Novembro de 2019.

Na última placa, de coloração predominantemente verde, lemos: “Sítio Arqueológico Cais do Valongo e Cais da Imperatriz. Obras de conservação e consolidação. Valor total da Obra: R\$ 2.000.000,00. Comunidade: Centro. Município: Rio de Janeiro. Objeto: Obras de conservação e consolidação. Agentes Participantes: U.S Ambassadors Fund. IDG; Rio Prefeitura e IPHAN. Início da obra: Maio/2019. Término da Obra: Novembro/2019. Denúncias, reclamações e elogios: ouvidoria.gov.br”

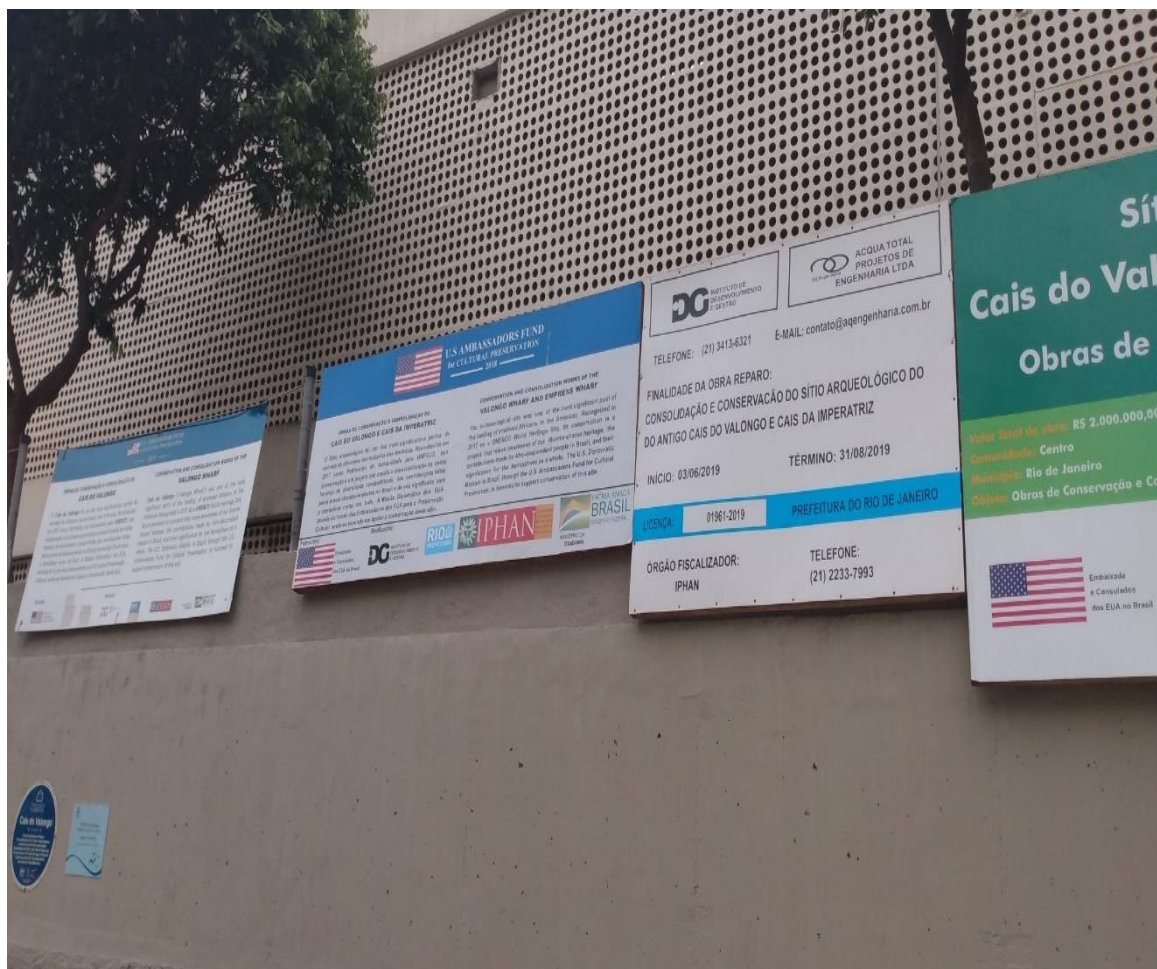


Imagem 15 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, Novembro de 2019.



Imagem 16 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, Novembro de 2019.



Imagem 17 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, Novembro de 2019.



Imagem 18 - Fotografia de Henrique Bresolin. Cais do Valongo, Novembro de 2019.

Com as fotografias, podemos perceber poucas alterações visíveis, uma vez que as obras anunciadas nas placas eram no subterrâneo do sítio arqueológico. Apenas as visíveis ‘elevações’ de alguns pontos do sítio se mostram diferentes das visitas nos anos anteriores, possivelmente para um trato arqueológico que estivesse em curso juntamente com as obras de saneamento.

Considerações Finais

A Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro oferece aos visitantes infinitas leituras e roteiros de compreensão do que a mesma é e sua importância para a cidade e o Estado. Em certos sentidos a cidade nasce à partir dali e também nascem as relações de trabalho que formam a esfera pública da cidade num período onde a escravidão era a ferramenta de construção do Rio de Janeiro e do Brasil.

Em meio à polissemia que a Zona Portuária oferece, nos atemos ao recorte da história da Zona Portuária que busca levar em consideração importância dos sujeitos em condição de escravidão. Cativos que aportaram ali e, a partir de então, construíram uma nova cidade. Trabalho compulsório este que não encontra reconhecimento, antes descaso sofrido quanto à tentativa da transmissão de sua memória e história a seus descendentes.

Buscou-se aqui, em três capítulos evidenciar as estruturas de formação e manutenção da memória Afro-brasileira, bem como as dificuldades enfrentadas pela mesma para se legitimar como discurso histórico e historiográfico na história do Rio de Janeiro e do Brasil escravista. Procuramos oferecer página após página uma leitura da realidade percebida na Zona Portuária do Rio de Janeiro à luz de trabalhos teóricos que buscam explicar a sobreposição do futuro ante ao passado do local.

Tendo como chave de interpretação o Cais do Valongo e as recorrentes reformas que ocorrem ao seu redor, encontramos similaridades em momentos distintos da história do Brasil. Tanto no Brasil República como no Brasil Império, percebemos similares as negligências com o sítio histórico (hoje arqueológico) do Valongo. Tanto monarcas como republicanos não ofereceram espaço nas ditas reformas à história Afro-brasileira, negando a possibilidade da mesma existir como discurso histórico. As motivações dessa negação foram várias, desde ‘embelezamento’ do espaço até a incompatibilidade da narrativa da escravidão em meio a uma área reorganizada conforme os interesses do capital especulativo imobiliário e da urbanização cosmopolita.

Como explicitado logo na introdução, da corrente dissertação, uma das dificuldades enfrentadas na busca deste enquadramento específico da Zona Portuária era o fato da mesma estar em constante mudança e reformulação, desde 2009 com a instauração do Porto Maravilha. De forma que desde que o trabalho foi iniciado já tivemos consideráveis mudanças nos objetos observados, como o título da Unesco cedido ao Valongo e a instabilidade administrativa/política dos museus recém criados e do Porto Maravilha.

Isso posto eu procurei fazer dialogar autores nacionais e internacionais que tratam dos conceitos utilizados aqui. Também procurei expor ligações entre livros, capítulos e artigos com dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, jornais e revistas que tratavam do nosso tema dos mais diferentes pontos de observação, buscando uma pluralidade de discursos maior.

Em momento algum nossa intenção foi a de afirmar uma ‘maneira correta’ de lidar com as questões problemáticas apresentadas aqui, ou de apresentar uma fórmula que dissesse como solucionar as mesmas problemáticas. Desde o princípio nossa ideia era de apresentar o debate em curso sobre a Zona Portuária e oferecer um levantamento de materiais que almejavam complementar as possíveis análises a serem feitas futuramente sobre o assunto.

Pela falta de incorporação às narrativas convencionais (pela via acadêmica, pela via midiática de grande alcance, pela via jurídica e governamental etc) a cultura, a memória e a identidade Afro-brasileira se desenvolvem e se alastram por fora dessas vias. Obviamente, não é pelo fato da pouca procura pelo Cais do Valongo e seu passado que o mesmo está fadado ao desaparecimento. Nem quando o mesmo foi literalmente aterrado com outras placas de identificação ele desapareceu.

A questão tratada e apontada aqui é o fato dos indivíduos que compõem os movimentos sociais que se incluem no Valongo e na Pequena África já saberem que irão encontrar pouco ou nenhum incentivo para contar sua história. E, sabendo disso, o fazem por fora das vias apresentadas como comuns para construção de discursos históricos, historiográficos e memoriais através de suas práticas religiosas, culinárias, culturais e afetivas. Nosso trabalho, tendo isso em vista, se restringe a apontar os sintomas deste racismo epistêmico velado enfrentado pelos descendentes do Cais e da África desde que passaram a ser aportados na diáspora. Um exemplo dessa apropriação para além das formas tradicionais de formação e consolidação de memória fica evidenciado pelo livro “Roda de Saberes do Valongo”¹⁶⁶:

As obras de urbanização do Porto Maravilha, realizadas na Região Portuária do Rio de Janeiro, redescobriram o Cais do Valongo em 2010, (...) A partir dessas mudanças, o local se configurou como espaço urbano adequado à prática da Roda de Capoeira, evidenciado pela singularidade de ser o ponto onde funcionou o maior entreposto escravagista durante o período do tráfico Atlântico de africanos. Este fato acabou despertando a consciência, motivando o interesse e gerando a necessidade de se falar a respeito do que havia acontecido, em especial, na região conhecida a partir do início do século xx, como A Pequena África, um dos berços da cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro. A Roda de Capoeira do Cais Valongo iniciou suas atividades no dia 14 de julho de 2012, treze dias após a inauguração dos monumentos do Cais

¹⁶⁶ TEIXEIRA, C. A. (ORG). Rodas dos Saberes do Cais do Valongo. Niterói, RJ: Kabula Artes e Projetos, 2015. Disponível em <https://kabulartes.files.wordpress.com/2015/02/roda-saberes-dos-saberes-do-cais-do-valongo.pdf>. Acesso em 01/11/2020.

do Valongo e da Imperatriz e Jardins Suspensos do Valongo. As palestras que precedem cada roda de capoeira logo ganharam nome, passando a se chamar Roda dos Saberes. Em seguida foi criada uma agenda fixa, trazendo um programa de que participaram palestrantes renomados. (...)De 2012 para cá, contamos mais de 30 rodas naquele local e uma frequência estimada em mais de três mil visitantes, entre amantes da cultura, capoeiristas, pesquisadores, moradores da região e turistas, que visitam o Valongo nos dias de roda para assistir não apenas a capoeira angola mas, também, às atividades integradas a ela. Por isso, é importante frisar que seu maior diferencial e ineditismo consiste na dimensão da produção de conteúdos, dinamizados no contexto desta cultura imaterial, ou seja, a partir do envolvimento de especialistas nas Rodas dos Saberes como prática sistemática integrada à Roda de Capoeira. (TEIXEIRA, 2015, p. 14)

Lidar com a atualidade no processo estudado aqui aumenta a dificuldade da análise pretendida, uma vez que os eventos vão se atualizando e ganhando novas roupagens. De forma que o material apresentado aqui pode mudar de sentido conforme o passar do tempo.

Algumas diferenças ficam claras entre o Cais do Valongo e o Museu do Amanhã. O primeiro não foi transformado em equipamento de cultura da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, apesar de sua capacidade de sê-lo. O segundo, apesar de ‘largar à frente’ do Valongo, demonstrou que pode também atravessar dificuldades de cunho político e administrativo, tendo recentemente uma constante ameaça de fechamento e suspensão de atividades. Assim percebemos que, no Rio de Janeiro dos anos 2000, nem mesmo as instituições com mais visitação e acessos estão seguras e com a continuidade garantida.

Com o primeiro capítulo, concluímos que o apagamento da memória Afro-brasileira se dá como um processo histórico que não é exclusivo do tempo presente. As reformas (que atravessam períodos históricos do país, do Império à República) acontecidas na Zona Portuária acabam por soterrar a memória Afro-brasileira ao ponto que buscam novos ares revitalizados. Com a escravidão como ferramenta de construção do país, esta problemática se acentua no sentido em que os sujeitos em condição de escravidão trazidos da África não são considerados nem humanos e dignos de um passado e uma memória.

Entretanto, ao lidar com o tema hoje e encontrar a mesma mazela histórica da negação de uma memória nos tempos atuais, a situação apenas reforça a constatação que não abandonamos completamente costumes e abordagens escravocratas, e este racismo ainda é presente. Apresentamos leituras de teóricos estrangeiros e brasileiros, que confirmam a inação das autoridades (políticas, acadêmicas) responsáveis pelo patrimônio em dar a devida importância para as contribuições Afro-brasileiras na formação do Brasil como país, tanto no mil e oitocentos, no mil e novecentos e nos anos dois mil. Com a inclusão do Cais do Valongo no Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em 2017, temos a oportunidade de acompanhar

uma tentativa (ainda que tardia) de ir contra esta tendência de apagamento da cultura negra no Brasil presentista, na segunda década do século XXI. Ainda no capítulo primeiro deste texto vemos nosso debate pelo prisma do ‘direito à cidade’, direito que também é constantemente negado aos moradores da Zona Portuária.

O segundo capítulo nos oferece uma outra possibilidade de analisar o tema, pela via midiática, que nos mostra diferenças e similaridades entre os dois monumentos aqui tratados e permite que acompanhem o desenrolar dos anos através dos acontecimentos noticiados próximos ou nos próprios monumentos. Por meio das reportagens podemos evidenciar os acontecimentos ligados à Zona Portuária como a fundação do Museu do Amanhã no final de 2015, os jogos olímpicos de 2016, que tiveram no Porto um espaço de socialização onde era possível assistir aos jogos e até mesmo alguns shows e apresentações com a temática olímpica. Também foi possível acompanhar a patrimonialização do Cais pela Unesco, em 2017, noticiada na mídia, e seus desdobramentos para procurar cumprir os requisitos da instituição. Assim como presenciar os primeiros problemas na manutenção do Porto Maravilha em 2017 e 2018, com a troca de prefeitos e planos de governo da cidade.

O ano de 2019 mostra um agravamento nestes problemas do Porto Maravilha, e a continuidade dos problemas do Valongo como inundações recorrentes, invasões e sujeira. A leitura das notícias nos proporciona compreender que a falta de alinhamento entre diferentes setores do governo propicia os ‘apagões’ na gestão de patrimônio e cultura no Rio de Janeiro. Como dito anteriormente, a entrega dos equipamentos de cultura, como o Museu do Amanhã e Museu de Arte do Rio, à iniciativa privada (apesar de boa parte das obras do Porto Maravilha ter sido paga com dinheiro público dos Fundos de Garantias do Tempo de Serviço – FGTS da Caixa Econômica Federal) também é outro sintoma da falta de controle da pasta pelos governos municipais e estaduais.

Além de mostrar a cobertura dos eventos culturais e esportivos, acontecidos na Zona Portuária, com os jornais podemos perceber um número expressivo de pessoas que passaram a frequentar o local após as obras do Porto Maravilha. O acompanhamento da referida cobertura de imprensa também nos permitiu acesso a alguns cenários políticos (como votações, apresentações de projetos junto à câmara) onde a temática era o Porto da cidade, a fim de compreender um cenário maior de ação sobre o lugar, para além do campo corporativo.

Outro fator que chama nossa atenção no capítulo dois é a diferença entre o número de matérias sobre o Museu do Amanhã e o número de matérias publicadas sobre o Cais do Valongo. Como dito anteriormente, um foi transformado em equipamento de cultura da

prefeitura e o outro não. Assim que número de matérias sobre o Museu do Amanhã é bem maior na mídia burguesa de grande alcance que analisamos aqui. Dada a proximidade espacial entre os dois marcos urbanos, a possibilidade de estender a reportagem em algumas linhas para recomendar uma visita ao Valongo ou o Circuito da Herança Africana deveria ser considerada pela edição, mas não é o percebido pela leitura do segundo capítulo.

O terceiro capítulo busca mostrar uma aplicação de cunho mais prático com os dados levantados e apontados pelos capítulos um e dois. Com ele, buscamos apresentar e referenciar nosso debate em meio a um cenário mais amplo no país, com trabalhos, artigos, teses e dissertações que tratavam do tema vindos da arquitetura, do urbanismo, da comunicação, do turismo e patrimônio. Esta interdisciplinaridade é pensada previamente afim de proporcionar uma leitura maior do cenário acadêmico na última década, que trata da temática comum à apresentada nesta dissertação.

O capítulo final também aponta minha presença num evento de 10 anos do Porto Maravilha, onde aproveitei para mais uma visita de campo ao Valongo, por ser próximo ao local do evento. No dito evento, procurava se apresentar levantamentos de uma década do projeto de revitalização. Com a presença de acadêmicos, técnicos e políticos que compuseram o projeto ou estudiosos que o analisaram de fora, o evento produziu material interessantíssimo para nossa análise, nos permitindo analisar o que foi feito à sombra do que foi planejado e assim tirar um balanço do que poderia ter sido o projeto inicialmente caso tomasse outro direcionamento. As tensões políticas da prefeitura da cidade que atingiram a gestão de patrimônio também foram registradas no terceiro capítulo, que procurou oferecer uma visão mais recente dos objetos de nossa análise, levando em consideração o material levantado pelo trabalho até então.

Com a notícia do alagamento do Cais do Valongo, em pleno 2020¹⁶⁷, após toda anúncio das obras que visavam consertar este tipo de problemas, temos a noção de que o tratamento correto oferecido a um sítio arqueológico de primeira importância ainda está longe de ser a realidade do Valongo hoje em dia. Entretanto, buscamos apresentar, ao longo dos capítulos, materiais e análises que pudessem complementar um diálogo no sentido de uma melhor gestão do patrimônio sensível do Cais do Valongo, que resiste apesar de toda esta lógica de apagamento e silenciamento. Também procuramos apresentar diferentes análises sobre o

¹⁶⁷BOM DIA RIO. Cais do Valongo, Patrimônio Mundial da Unesco, está alagado há dias: Prefeitura do Rio diz que a bomba parou de funcionar e água começou a vazar e represar no local. Local foi a principal porta de entrada dos escravos no continente.. **G1**, [S. l.], 22 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/22/cais-do-valongo-patrimonio-mundial-da-unesco-esta-alagado-ha-dias.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Museu do Amanhã e como destoa a relação do mesmo com o passado identitário do Valongo e da pequena África, apesar de seu sucesso de crítica. Entretanto, concluímos que nem mesmo este sucesso de crítica e venda é suficiente para que o mesmo se mantenha descolado da realidade espacial e temporal da Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, sem que haja uma gestão patrimonial que seja capaz de mantê-lo funcionando e cumprindo seus objetivos.

Contemplamos, com a conclusão de nossa dissertação, que novas possibilidades de trabalho com o tema sejam possíveis a partir daqui. E que também esta dissertação ajude a complementar o entendimento e leitura da Zona Portuária, que tem infinitas leituras e apropriações, históricas ou não.

Referências Bibliográficas

- ALFANO, Bruno; BRISO, Caio Barreto. Em busca do tempo perdido: Após tragédia, cariocas resolvem aproveitar feriado para visitar acervo de museus. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.078, 8 set. 2018. Rio, p. 13.
- ALTINO, Lucas. Prefeitura fará concessão de 15 anos para o Museu do Amanhã: Em edital que será lançado hoje, município permite que vencedor de licitação aumente o valor do ingresso. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.452, 17 set. 2019. Rio, p. 13.
- ALVARENGA, Telma. Segredos e relíquias para descobrir e guardar na memória: Do Jardim suspenso do Valongo a histórias sobre o fantasma de Drummond, roteiros atraem cariocas que querem saber mais sobre o Rio e seus personagens. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.897, 1 mar. 2018. Rio, p. 11.
- AMORIM, Diego. Aos olhos dos turistas, o Rio continua lindo: Tempo chuvoso não desanimou os visitantes que já estão na cidade para o réveillon; Muitos deles trocaram atrações tradicionais ao ar livre por museu. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.825, 29 dez. 2017. Rio, p. 12.
- AMORIM, Suellen. Futuro da gestão do patrimônio histórico do Rio gera preocupação: Presidente do IRPH critica propostas dos candidatos a prefeito para instituto. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.378, 8 out. 2016. O País, p. 6.
- ANDRADE LIMA, T. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios -Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v. 7, n.1, jan- jul,177-207, 2013.
- _____. Conferência na mesa redonda intitulada “Do Cais ao Porto Maravilha: a zona portuária em perspectiva histórica”. In: *Porto Maravilha 10 anos: passado, presente e futuro da Zona Portuária*. Rio de Janeiro, 2019.
- APÓS virar 'piscinão', Cais do Valongo passa por limpeza: Prefeitura diz que obras serão feitas no sistema de drenagem em 2019. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.187, 26 dez. 2018. Rio, p. 10.
- ARANTES, Erika Bastos. “A vida fora do cais: cotidiano e repressão policial no Porto Carioca.” In: “*O Porto Negro: Cultura e Associativismo dos Trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX.*” (P. 89-146). Disponível em: http://www.historia.uff.br/mundosdotrabalhhouff/textos/Dissertacao_Erika_Arantes.pdf. Acesso em: 03/08/2017.
- AUTONOMIA do Rio Patrimônio precisa ser preservada. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.381, 11 out. 2016. Opinião, p. 16.
- AUTRAN, Paula. Troca-troca na Secretaria municipal de Cultura do Rio: Mariana Ribas assume o cargo de Nilcemar Nogueira, que vai se dedicar ao Museu da História Afro-Brasileira. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.239, 16 fev. 2019. Segundo Caderno, p. 4.
- BAIMA, Cesar. Retrato de onde estamos: Rastros da civilização são ponto central de exposição que busca traçar rumos no planeta. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.110, 14 jan. 2016. Sociedade, p. 22.

BARBOSA, David; SCHMIDT, Selma. Chegada de turistas a ver navios: Porto esburacado e abandonado recebe 45 mil visitantes para a folia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.256, 5 mar. 2019. Rio, p. 7.

BOERE, Natália. Ajuda dos EUA aporta no Cais do Valongo: Fundo do governo americano doará quase 2 milhões para refazer sistema de drenagem, restaurar pedras originais e instalar um guarda-corpo em volta do sítio arqueológico. Obras começam em dezembro. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.151, 20 nov. 2018. Rio, p. 14.

_____. Museu de dia, skate à noite: Depois de atrair multidões com atrações culturais, Praça Mauá vira point, após o pôr do sol, de manobras radicais e de praticantes da modalidade street do Brasil todo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.974, 27 maio 2018. Rio, p. 16.

_____. Olimpíada em ritmo de carnaval: Integrantes do bloco Escravos da Mauá e da escola de samba Paraíso do Tuiuti desfilam na nova Orla Conde durante festa que foi encerrada com show de Elza Soares na Praça Mauá. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.319, 10 ago. 2016. Esportes, p. 13.

_____. Os horrores do Holocausto no Museu do Amanhã: Exposição tem fotos de famílias judias assassinadas em campos de concentração e objetos de sobreviventes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.669, 26 jul. 2017. Rio, p. 16.

_____. Unesco exige 'pequena reforma' no Cais: Pedras de sítio arqueológico devem ser assentadas, e grama substituída por água do mar para que lugar volte a ter aparência do século XIX. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.654, 11 jul. 2017. Rio, p. 12.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRESOLIN MONTOZA, Henrique Pedro. Entre o Cais do Valongo de ontem e o Museu do Amanhã: Guerras de memória no Rio de Janeiro atual (2015-2017).. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 121-141, dez. 2018. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/76917>>. Acesso em: 13 Jul. 2020.

_____. *Entre o Cais do Valongo de ontem e o Museu do Amanhã: Guerras de memória no Brasil atual (2015-2017)*. Orientador: Mateus Pereira. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, 2017.

BRISO, Caio Barreto. Museu do Amanhã completa um ano com festa na praça: Desde que foi inaugurado, em dezembro passado, equipamento cultural recebeu 1,4 milhão de visitantes; sendo 5 mil só ontem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.450, 19 dez. 2016. Rio, p. 16.

CANDIDA, Simone *et al.* A escravidão recontada. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 29.952, 9 ago. 2015. Rio, p. 15.

CANDIDA, Simone. Ação da Cidadania recebe ordem de despejo; galpão sediará museu: Atual sede de ONG, prédio no Porto será integrado ao Cais do Valongo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 31.019, 11 jul. 2018. Rio, p. 11.

_____. Cais do Valongo, a história em busca de reconhecimento: Unesco visita atracadouro que poderá se tornar Patrimônio da Humanidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.393, 23 out. 2016. Rio, p. 19.

_____. Caos do Valongo: Um mês após ter sido eleito Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco, sítio histórico enfrenta problemas como invasões e retirada de pedras, vendidas como souvenir. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.683, 9 ago. 2017. Rio, p. 12.

_____. Fantasma da decadência ameaça a Orla Conde: Mais novo cartão-postal carioca, Boulevard Olímpico sofre com jogo de empurra de autoridades. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.919, 2 abr. 2018. Rio, p. 7.

_____. Iphan estuda tombar Armazém das Docas, sede da Ação da Cidadania: Instituto quer criar Museu do Valongo e ONG pretende lançar material. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.421, 20 nov. 2016. Rio, p. 15.

_____. Laboratório de Arqueologia Urbana, uma ideia encaixotada: Projeto de criar espaço para exibir e preservar 1,5 milhão de peças achadas no Porto não deslanchou. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.407, 6 nov. 2016. Rio, p. 33

_____. No Porto, instituto que perserva memória da escravidão pode fechar: Região tem 18 pontos que lembram história da Pequena África. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.549, 28 mar. 2017. Rio, p. 10.

_____. Pais e mães de santo vão lavar o Cais do Valongo: Evento marcará um ano da conquista de título de Patrimônio Mundial. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 31.015, 7 jul. 2018. Rio, p. 14.

_____. Pequena África ganha novas atrações: Roteiro, que será percorrido pela primeira vez no próximo sábado, tem 18 endereços que fazem referência à escravidão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.184, 28 mar. 2016. Rio, p. 14.

_____. Sítios arqueológicos se multiplicam no Centro: Escavações para obras resultam em achados preciosos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.834, 13 abr. 2015. Rio, p. 14.

_____. Um pedaço do passado debaixo dos trilhos do VLT: Arqueólogos que trabalham em obra do bonde acham no Centro restos de loja de venda de escravos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.048, 9 ago. 2018. Rio, p. 13.

CARLONS, Claudio Antonio S. Lima. Porto maravilha para quem. Disponível em: <https://portomaravilhaparaquem.wordpress.com/2012/05/06/uma-olhar-critico-a-zona-portuaria-do-rio-de-janeiro/> Acesso em: 03/08/2017.

CARNEIRO, Aparecida Suely. *A construção do outro como Não-ser como fundamento do Ser*. Feusp. São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 18/08/2017.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *A percepção do tempo através do jornalismo contemporâneo - A valorização do presente e a demanda de memória no jornal O Globo*. 2006. 109 p. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) - ECA, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLO, José. Prelo: Ao redor do Valongo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.769, 7 fev. 2015. Prosa e Verso, p. 5.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COPA serve de teste para novo padrão de transmissão de TV: Tv Globo exibe em museus jogos em 8K e experimenta sucessor da tecnologia digital. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 31.022, 14 jul. 2018. Economia, p. 19.

CORRÊA, Marcello. Africarioca: Senegalês de 21 anos visita a Gamboa, berço da cultura negra no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.314, 5 ago. 2016. Esportes, p. 20.

CRUZ, Eliana Alves. A coragem de encarar o passado nos olhos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.428, 24 ago. 2019. Segundo Caderno, p. 3.

DAFLON, Rogério. O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/escavacoes-de-obra-de-drenagem-da-zona-portuaria-encontram-restos-dos-cais-da-imperatriz-do-2816387> Acesso em: 03/08/2017

DE LIMA, Ludmilla. Ciência ao alcance de todos: Museu do Amanhã e navio de pesquisas oceanográficas da Marinha, ancorado na Praça Mauá apresentam nesta semana uma programação voltada para o tema. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.221, 4 maio 2016. Rio, p. 20.

_____. Com museus e Cidade das Artes em risco, cariocas se mobilizam: Em carta a prefeito, Juntos Somos + Rio manifesta preocupação com possível fim de contratos que ameaçaria cena cultural carioca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.433, 29 ago. 2019. Rio, p. 16.

_____. Diáspora africana na Gamboa: Guardas Municipais foram expulsos por traficantes de galpão que guarda peças achadas no Cais do Valongo, que concorre a Patrimônio da Humanidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.642, 29 jun. 2017. Rio, p. 12.

_____. Dois anos após título da Unesco, Valongo tem pouco a celebrar: Cais não ganhou ainda iluminação, museu e centro de interpretações previstos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.383, 10 jul. 2019. Rio, p. 19.

_____. Um museu de grandes novidades: de ioga a serestas: Conectadas ao mundo além das salas de exposição, instituições atraem visitantes com atividades fora do lugar comum. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.394, 21 jul. 2019. Rio, p. 19.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos; VALADÃO, Regina Coeli Mendes,. "Porto Maravilha": Tradição e Inovação nos Museus da Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Musear*, Ouro preto, n. 1, p. 13-24, jan. 2015.

DORFMAN, Ariel. "Una Mensaje desde Troya: Si Pinochet me hubiera hecho caso". In: *Otros Septiembres: Provocaciones desde un Norte perplejo*. Buenos Aires, Seix Barral, (Los Tres Mundos, Ensayo), 2007.

ENCONTRO debate hoje educação e tecnologia: Realizado no Museu do Amanhã, o Educação 360 Jovem Tech reúne estudantes e especialistas para discutir soluções para a aprendizagem baseadas em novas mídias, que 'devem vir acompanhadas de estratégia maior'. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.266, 15 mar. 2019. Sociedade, p. 27.

FAJARDO, Washington. As Olimpíadas negras. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.175, 19 mar. 2016. Opinião, p. 21.

_____. Meio e mensagem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.050, 11 ago. 2018. Rio, p. 15.

FESTIVAL Mulheres Pelo Mundo (WOW) leva shows e debates gratuitos à Praça Mauá: Artistas, ativistas e intelectuais participam do evento, que tem entre atrações Karol Conka e Dona Onete. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.148, 17 nov. 2018. Segundo Caderno, p. 8.

FINGUERUT, Silvia. Museus de ontem, de hoje e de amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.122, 26 jan. 2016. Opinião, p. 15.

FORTUNA, Maria. Artistas testam 'pegada ecológica' em jogo interativo do Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2015. Gente Boa, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/artistas-testam-pegada-ecologica-em-jogo-interativo-do-museu-do-amanha.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

FRANÇA, Renan. O tamanho real da escravidão: Pesquisa americana indica que a cidade recebeu 2 milhões de africanos, o dobro do que era estimado. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.826, 5 abr. 2015. Rio, p. 12.

FRÓES, Luciana. Cozinha afinada em ponto singular. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.895, 9 mar. 2018. Rio show, p. 6.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/16592/15842> Acesso em: 31/07/2017.

GALDO, Rafael. Revitalização sob ameaça: Tráfico da Providência expande seus domínios e já controla área da Gaboa. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.997, 19 jun. 2018. Rio, p. 8

_____. Verão no Rio deverá ter mais turistas nacionais: Brasileiros vão representar 80% dos visitantes; Violência tem inibido a vinda de estrangeiros. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.821, 25 dez. 2017. Rio, p. 6.

GOBBI, Nelson. 'Abraço' pede a manutenção do MAR: Museu sediou, ontem, manifestação de artistas, curadores, colecionadores, galeristas e membros da sociedade civil; reunião entre OS e secretário de Cultura, hoje, pode suspender o aviso prévio dos funcionários. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.523, 26 nov. 2019. Segundo Caderno, p. 6.

_____. Museu do Amanhã comemora quatro anos com novo fôlego: Organização social teve contrato renovado até 2020 e, além da programação, planeja como manter contas no azul, já que município não fará mais aportes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.539, 12 dez. 2019. Rio, p. 13.

GOBBI, Nelson; ALVARENGA, Telma. Quem vive de futuro é museu: Pesquisa mostra que o brasileiro não vê muita graça neles. Mas, no Dia Internacional dos Museus, especialistas dão ideias para espanar a má impressão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.330, 18 maio 2019. Segundo Caderno, p. 1.

GOIS, Ancelmo. A Coluna de Hoje: "O espetáculo da queda". **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jan. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/a-coluna-de-hoje-559184.html>. Acesso em: 12 set. 2019

_____. A transformação do Porto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/a-transformacao-do-porto-563177.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. Cais do Valongo, o filme. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.306, 24 abr. 2019. Rio, p. 14.

_____. Cineasta prepara espetáculo para o Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 nov. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/cineasta-prepara-espetaculo-para-o-museu-do-amanha.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

_____. Museu do Amanhã e MAR ficarão abertos até as 20h. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 dez. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/museu-do-amanha-e-mar-ficacao-abertos-ate-20h.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. O bonde do Paes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 out. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/o-bonde-do-paes.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

_____. Porto do Rio: o museu e as flores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/porto-do-rio-o-museu-e-flores.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

_____. Prefeitura cria 'bilhete único' para MAR e Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 out. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/prefeitura-cria-bilhete-unico-para-mar-e-museu-do-amanha.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, v.15, no. 2, jul.-dez., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n2/a02v15n2.pdf>

GURAN, Milton. O desafio de ser Patrimônio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.637, 24 jun. 2017. Opinião, p. 15.

HARTOG, François. "Tempo e Patrimônio". *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HEYMANN, Luciana. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea : entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPN chegou a fechar em dezembro. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.734, 3 jan. 2015. Jornais de Bairro, p. 8.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo, Contexto, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LE MOS, Ronaldo. Processo e criação. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/processo-e-criacao> Acesso em: 03/08/2017

LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o passado*. Proj. História, São Paulo, (17), nov. 1998. p.63-201.

MACIEL, Matheus. Cais do Valongo terá sinalização e iluminação cênica: Intervenções, com recursos privados, começam em dezembro e devem ficar prontas até agosto. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.453, 24 ago. 2019. Rio, p. 20.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Rio 2016. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.295, 17 jul. 2016. Rio, p. 9.

MANSO, Bruno Lara de Castro. “Museu do Amanhã: uma nova proposta de museu de ciência?” 2018. Tese de doutorado PPG Ciência da informação/ UFRJ.

MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MEROLA, Ediane. Porto Maravilha sob nova administração: Prefeitura desembolsa R\$ 150 milhões para socorrer fundo, e concessionária volta a fazer manutenção e obras na região. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.781, 15 nov. 2017. Rio, p. 11.

MILHORANCE, Flavia; MENASCE, Marcio. Museu do Amanhã ganha seu 1º prêmio internacional: 'Oscar' do setor foi entregue em cerimônia realizada em Londres. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.371, 1 out. 2016. Rio, p. 23.

MONTEIRO, José Fernando Saroba. Tempo presente: entre os métiers do historiador e do jornalista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 510 - 539, abr./jun. 2018.

MONTOZA, H..ENTRE O CAIS DO VALONGO DE ONTEM E O MUSEU DO AMANHÃ: GUERRAS DE MEMÓRIA NO RIO DE JANEIRO ATUAL (2015-2017). *REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-CAMPUS NITERÓI*, América do Norte, 1,mar. 2019.Disponível em:<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=view&path%5B%5D=7365>. Acesso em: 26 Ago. 2020.

MORAIS, Gabriel. Museu do Amanhã chega a quatro milhões de visitantes: Professora, que marcou recorde, ganhou troféu. Prefeitura prorrogará por um ano contrato com gestora do espaço cultural. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.516, 19 nov. 2019. Rio, p. 21.

MOURA, R. 1983. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Funarte/INM.

MUSEU do Amanhã ganha prêmio internacional por inovação verde: Projeto sustentável na Zona Portuária tem reconhecimento em Cannes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.538, 17 mar. 2017. Rio, p. 15

NA ZONA Portuária renascimento: com investimentos de mais de R\$ 8 bilhões, a região, requalificada depois da derrubada do Elevado da Perimetral, foi redescoberta pelos cariocas e deve se tornar uma das âncoras do processo de revitalização da área central da cidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.307, 29 jul. 2016. Rio, p. 14.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro . Processo de um racismo mascarado*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/o-genocidio-do-negro-brasileiro-processo-de-um-racismo-mascarado-abdias-do-nascimento.pdf> . Acesso em: 18/08/2017.

NASCIMENTO, Bruno Pereira do. “Reestruturação Espacial na Zona Portuária do Rio De Janeiro: Gentrificação e coesão espacial”. 2017. Dissertação de mestrado PPG Geografia/UFRJ.

NOBREGA, Barbara. Seu Imposto de Renda pode virar cultura até o dia 28: Cidadão comum tem direito de deduzir 6% do IR para apoiar museus e instituições pelo país. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.183, 22 dez. 2018. Segundo Caderno, p. 8.

NOGUEIRA, Nilcemar. Por um museu sobre a verdade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.484, 22 jan. 2017. Opinião, p. 19.

NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993

O PASSADO do Rio presente. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.809, 19 mar. 2015. Primeiro Caderno, p. 2.

PARA DAR um tempo no sol: Museu do Amanhã, Frida Kahlo, orquestra de computadores... ou como driblar o calor. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.103, 7 jan. 2016. Rio Show, p. 40.

PEREIRA, Mateus. *Nova direita? guerras de memória em tempos de comissão da verdade (2012-2014)*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-87752015000300863&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02/08/2017.

PINHEIRO, Márcia Leitão e CARNEIRO, Sandra Sá. “Revitalização urbana, Patrimônio e Memórias no Rio de Janeiro: usos e apropriações do Cais do Valongo”. 2016. Revista Estudos Históricos. Vol. 29, nº 57.

PIO, Leopoldo Guilherme. “Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha” 2013. Revista Intratempus, Vol. 4 nº 1.

POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

PONTES, Fernanda. "Outeiro da Glória podia ter iluminação mais elegante": arquiteta fala sobre monumentos cariocas". **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2015. Gente Boa, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/outeiro-da-gloria-podia-ter-iluminacao-mais-elegante-arquiteta-fala-sobre-monumentos-cariocas.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

_____. Herança africana: antigo Largo do Depósito será reinaugurado após obras no porto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 maio 2015. Gente Boa, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/heranca-africana-antigo-largo-do-deposito-sera-reinaugurado-apos-obras-no-porto.html>. Acesso em: 18 set. 2019

_____. Museu do Amanhã terá escultura gigante de artista americano. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2015. Gente Boa, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/museu-do-amanha-tera-escultura-gigante-de-artista-americano.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

PROJETO leva alunos a pedaços da África no Rio: Estudantes visitam pontos marcantes da época da escravidão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.908, 22 mar. 2018. Rio, p. 20.

RAMALHO, Guilherme. No Museu do Amanhã, a primeira viagem: Pesquisa revela que 42% dos visitantes não são frequentadores de museus, sendo que 10% pisavam em um pela primeira vez. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.239, 22 maio 2016. Rio, p. 20.

_____. Um voo sobre a vida e as obras de Santos Dumont: Milhares de pessoas prestigiam a mostra que conta a história do avião brasileiro, inaugurada ontem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.214, 27 abr. 2016. Rio, p. 12.

RAMALHO, Guilherme; SCHMIDT, Selma. Crise na revitalização - Porto nem tão maravilha assim: Sem receber desde janeiro, concessionária suspende limpeza e manutenção da região. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.648, 5 jul. 2017. Rio, p. 10.

REGO, Ana Regina. Articulação temporal e essência narrativa: o jornalismo para além do tempo presente. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 03, p. 149-168, dez. 2018/ mar. 2019.

RELIGIÃO, oralidade e matriarcado. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.358, 15 jun. 2019. Jornais de Bairro, p. 16

RIBEIRO, Geraldo. Após título da Unesco, Cais do Valongo atrai visitantes: Cariocas e turistas, no entanto, reclamam de falta de sinalização, policiamento e informações. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.660, 17 jul. 2017. Rio, p. 10.

ROCHA, Geane. A cultura afro-brasileira na Zona Portuária do Rio de Janeiro: A construção da memória em intervenções urbanísticas e no Museu de Arte do Rio. 2020.98 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

RODRIGUES, Renan. Frequentadores reclamam da má conservação do 'santuário': Visitantes encontram lixo e sentem cheiro de urina no sítio histórico. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.653, 10 jul. 2017. Rio, p. 8.

_____. Manutenção começa a ter problemas: Após saída de concessionária, lixeiras ficam cheias e jardins já dão sinais de abandono. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 31.006, 28 jun. 2018. Rio, p. 10.

_____. Para não esquecer o passado: Cais do Valongo é reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural Mundial. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.653, 10 jul. 2017. Rio, p. 6.

_____. Pequena África, joia do Rio, pode ter proteção da lei: Texto, que aguarda análise do prefeito, prevê a demarcação da região e ações como a criação de um memorial. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.338, 26 maio 2019. Rio, p. 15.

ROGERO, Tiago. OSB tocará tema de 'De volta para o futuro' no Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 dez. 2015. Blog do Ancelmo, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/osb-tocara-tema-de-de-volta-para-o-futuro-na-abertura-do-museu-do-amanha.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

ROSA, Bruno. *O GLOBO cresce em assinantes e lidera mercado de jornais*. [S. l.], 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/component/k2/midia-nacional/16022-o-globo-cresce-em-assinantes-e-lidera-mercado-de-jornais.html>. Acesso em: 2 mar. 2020.

RUBIN, Nani. Registros de morte e memória: Em "Valongo: cartas ao mar", em cartaz no CCJF, o mineiro eustáquio Neves exibe fotografias que remetem aos negros africanos trazidos ao Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 29.897, 15 jun. 2015. Segundo Caderno, p. 3

SANTOS, Milton. *O espaço da cidadania e outras reflexões* / Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3). Disponível em: <http://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/img-pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>. Acesso em: 18/08/2017.

SCHMIDT, Selma. Ambulantes e moradores de rua se multiplicam: Grupos tomam espaços em região que se estende do Boulevard Olímpico à praça Marechal Âncora. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.631, 18 jun. 2017. Rio, p. 11.

_____. Tania de Andrade Lima: Arqueóloga liderou a equipe que encontrou o antigo Cais do Valongo, no Porto, permitindo que a Unesco aceitasse a candidatura do acervo a Patrimônio da Humanidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.497, 2 fev. 2017. Híbrida, p. 2.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In; SELEME, Ascânio. Fazendo a coisa certa. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.342, 30 maio 2019. Opinião, p. 3.

SEMINÁRIO no Museu do Amanhã debaterá Ciência e Inovação: Encontro acontecerá na próxima terça-feira, terá transmissão ao vivo e será aberto ao público. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.560, 8 abr. 2017. Sociedade, p. 32.

SILVA, Ana Cristina Costa de Lima E. *Porto Maravilha: arbitrariedade, mídia e produção de consenso na construção da nova região portuária do Rio de Janeiro*. Orientador: Prof. Dr. Marcio de Souza Castilho. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) - Instituto de Arte e Comunicação Social, UFF, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3826>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SIMAS, Luiz Antonio. Herança africana e intriga policial no Rio de João VI. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.980, 2 jun. 2018. Segundo Caderno, p. 5.

TEIXEIRA, C. A. (ORG). Rodas dos Saberes do Cais do Valongo. Niterói, RJ: Kabula Artes e Projetos, 2015. Disponível em <https://kabulartes.files.wordpress.com/2015/02/roda-saberes-dos-saberes-do-cais-do-valongo.pdf>. Acesso em 01/11/2020.

TEIXEIRA, Mariana. A História que ninguém vê: Sete anos após escavações, objetos achados no Valongo estão em caixas e correm risco. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.500, 4 nov. 2019. Rio, p. 8.

_____. MP cobra ações sobre construção de centro de herança africana: Espaço que vai expor peças achadas no Valongo deveria ficar pronto em dezembro, mas não foi licitado. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 31.501, 5 nov. 2019. Rio, p. 18.

TORRES, Bolívar; RUBIN, Nani. Adivinhe o que vem para o jantar: Como alimentar um mundo com 10 bilhões de bocas? Insetos ricos em proteína, lavouras biodiversas, tesouros no fundo dos oceanos e alimentos sintéticos são algumas soluções propostas por cientistas para que a humanidade não morra de fome. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.120, 20 out. 2018. Segundo Caderno, p. 1.

TOTTI, Iúri. Inscrições abertas para a primeira edição da Corrida “Sim à Igualdade Racial”, no dia 20 de novembro, no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2015. Pulso, p. 1. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/pulso/post/inscricoes-abertas-para-primeira-edicao-da-corrida-sim-igualdade-racial-no-dia-20-de-novembro.html>. Acesso em: 23 set. 2019.

TRANSPARÊNCIA ao lidar com equipe: Investimento na valorização dos funcionários põe companhia de volta ao topo do ranking. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.680, 6 ago. 2017. Boa Chance, p. 4.

VAINER, Carlos. “*Os liberais também fazem Planejamento Urbano? Glosas ao ‘Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.’*” In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

VAINER, Carlos. “*Pátria, Emprego e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*” In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

VASSALO, Simone; CICALO, André. "Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro". *Horizontes Antropológicos*. Disponível em: <http://horizontes.revues.org/915#tocto1n2> Acesso em: 24/07/2017.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 95, out/dez, 1988, p.119-126.

VIAGEM pelo espaço sem sair do lugar: Museu do Amanhã ao Mast, os caminhos que levam ao céu. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.266, 15 mar. 2019. Rio Show, p. 20.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o Revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.

WENECK, Antonio; RAMALHO, Guilherme. Tráfico avança em área histórica: Bandidos ameaçam a paz do Morro da Conceição, ponto turístico redescoberto por cariocas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCI, n. 30.207, 20 abr. 2016. Rio, p. 13.

ZARUR, Camila. 'Precisamos da ciência mais do que nunca': Britânico veio ao Rio participar da etapa brasileira da competição internacional científica FameLab, no Museu do Amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.593, 11 maio 2017. Segunda Página, p. 2.

ZONA franca da camelotagem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.834, 7 jan. 2018. Rio, p. 12.